

UNIVERSIDADE DE UBERABA  
SIMONE ALVES CAVALCANTI

TRABALHO DOCENTE E CULTURA VIRTUAL NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO  
DE SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES

UBERABA, MG  
2020



SIMONE ALVES CAVALCANTI

TRABALHO DOCENTE E CULTURA VIRTUAL NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO  
DE SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sálua Cecílio

UBERABA, MG

2020

i

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

C314t Cavalcanti, Simone Alves.  
Trabalho docente e cultura virtual no Ensino Superior: produção de subjetividade e saúde mental de professores / Simone Alves Cavalcanti. – Uberaba, 2020.  
115 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Profissional, Trabalho Docente e Processo de Ensino-Aprendizagem. Orientadora: Profa. Dra. Sálua Cecílio.

1. Ensino superior. 2. Docência – Ensino superior. 3. Trabalho docente. 4. Saúde mental. 5. Subjetividade. I. Cecílio, Sálua. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 378

Simone Alves Cavalcanti

TRABALHO DOCENTE E CULTURA VIRTUAL NO ENSINO SUPERIOR:  
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 13/03/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Sálua Cecílio (Orientadora)  
UNIUBE - Universidade de Uberaba.



Prof.ª Dr.ª Maria Célia Broges  
UFU – Universidade Federal de  
Uberlândia



Prof.ª Dr.ª Vania Maria de Oliveira Vieira  
UNIUBE – Universidade de Uberaba



*Dedico este trabalho aos professores, que amam seu trabalho,  
se dedicam, exercem seu papel com coragem e amor,  
que são capazes de transformar vidas e mundos.*





## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao Universo que se faz presente dentro de mim, pela vida e pela oportunidade de estar aprendendo e evoluindo nas dificuldades e nas alegrias.

Agradeço à minha família pelo apoio nessa aventura que precisa de tanta dedicação.

Agradeço em especial ao Renato, meu amor, companheiro, amigo, por me incentivar a voar e me potencializar sempre para o bem e para o melhor da existência.

Agradeço aos meus filhos, Manuela e Pedro, pela alegria de aprender e viver e me ensinar o que é amar intensamente todos os dias.

Agradeço à professora Sálua pela paciência e pelos ensinamentos, e também a todos professores que estiveram presentes na minha formação nesse período.

Agradeço a todos que contribuíram nessa caminhada.

Entrego

Confio

Aceito

Agradeço!



*“A essência de toda vida espiritual é a emoção que existe dentro de você, é sua atitude para com os outros. Se sua motivação é pura e sincera, todo o resto vem por si. Você pode desenvolver essa atitude correta para seus semelhantes baseando - se na bondade, no amor, no respeito e sobretudo na clara percepção da singularidade de cada ser humano”.*

*Sua Santidade, o Dalai – Lama*



## RESUMO

Na sociedade globalizada as transformações caminham juntas com o mundo do trabalho que sofre impactos da reestruturação produtiva e do capitalismo flexível. O trabalho docente no contexto da cultura virtual passa por importantes mudanças e acarreta diferentes papéis para os que o desempenham. A produção de subjetividade e a saúde mental docente são afetadas pelas transformações da sociedade do século XXI, principalmente pela globalização e pelas evoluções das tecnologias e da cultura virtual. A partir desses aspectos, o trabalho, o ser docente e o fazer docente tendem a apresentar modificações, ora mais rápidas, ora mais lentas. Nesse sentido, esta pesquisa trata da Cultura Virtual e Trabalho Docente no Ensino Superior em suas relações com a Produção de Subjetividade e a Saúde Mental de Professores. Está ligada à linha de pesquisa desenvolvimento profissional, trabalho docente e processo ensino-aprendizagem e ao Grupo de Estudos Trabalho docente, tecnologias e subjetividade – GEPETTES – do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba. Tem como objeto de pesquisa, o trabalho docente e a produção de subjetividades. O problema da pesquisa é saber se, no contexto do capitalismo flexível e global, e a partir da inserção na cultura virtual, o trabalho docente no ensino superior afeta a produção de subjetividade e a saúde mental de professores. O objetivo é compreender a relação entre trabalho docente, subjetividade e saúde mental de trabalhadores docentes do ensino superior no contexto do capitalismo flexível em tempos de cultura virtual. A pesquisa apoia-se nos referenciais teóricos de Ricardo Antunes, Manuel Castells, David Harvey, Richard Sennett, Vai Moreira Kenski, Pierre Lévy, Cleomar Locatelli, Cinara Rosenfield, Lucia Santaella, Félix Guattari, Suely Rolnik, Maurizio Lazzarato, Antônio Negri, Henrique Caetano Nardi, Fernando Gonzáles Rey, Paula Sibilía, Christophe Dejours, Evaldo Piolli e Edith Seligman-Silva. O recorte temporal da pesquisa é de 2010 a 2020. A pesquisa é bibliográfica e empírica, de abordagem qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista narrativa. Os participantes foram 12 docentes das grandes áreas do conhecimento Humanas, Saúde, Ciências Sociais e Exatas, do Ensino Superior de uma Universidade Privada do interior de Minas Gerais. Para análise dos dados, usou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados indicam que as condições de trabalho no ensino superior vêm sendo impactadas pela cultura virtual e que o trabalho é essencial na produção de subjetividades e na constituição da saúde mental de professores. O trabalho docente tem suas particularidades e características que influenciam na busca de qualificação, atualização e atuação mais produtiva e exige polivalência nas ações e também envolvimento mental, físico e cognitivo nas suas funções. Em conclusão, o docente do ensino superior vive um processo de muitas e significativas mudanças; em que o que mais impacta no trabalho e na docência do ensino superior são as tecnologias e a cultura virtual. A expectativa é que esta pesquisa possa contribuir para o aprimoramento teórico acerca do trabalho docente e seus desdobramentos para a vida dos docentes do ensino superior.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente. Cultura virtual. Docência no Ensino Superior. Produção de Subjetividade. Saúde Mental.



## ABSTRACT

In a globalized society, transformations go hand in hand with the world of work that suffers from productive restructuring and flexible capitalism. Teaching work in the context of virtual culture goes through important changes and different roles for those who play it. The production of subjectivity and teachers' mental health are affected by the transformations of 21st century society, mainly by globalization and the evolution of technologies and virtual culture. From these aspects, the work, the teacher being and the teacher doing tend to present changes, either faster or slower. In this sense, this research deals with Virtual Culture and the Teacher Work in Higher Education in its relations with the Production of Subjectivity and Mental Health of Teachers. It is linked to the line of professional research, teaching work and the teaching-learning process and to the Study Group Teaching work, technologies and subjectivity - GEPETTES - of the Graduate Program in Education at the University of Uberaba. Its object of research is teaching work and the production of subjectivities. The research problem is whether, in a context of flexible and global capitalism, and from the insertion of virtual culture, teaching work in higher education affects the production of subjectivity and the mental health of teachers. The objective is to understand a relationship between teaching work, subjectivity and mental health of teaching staff in higher education without a context of flexible capitalization in times of virtual culture. A research based on the theoretical frameworks of Ricardo Antunes, Manuel Castells, David Harvey, Richard Sennett, Vai Moreira Kenski, Pierre Lévy, Cleomar Locatelli, Cinara Rosenfield, Lucia Santaella, Félix Guattari, Suely Rolnik, Maurizio Lazzarato, Antônio Negri, Henrique Caetano Nardi, Fernando Gonzáles Rey, Paula Sibilía, Christophe Dejours, Evaldo Piolli e Edith Seligman-Silva. The time frame of the research is from 2010 to 2020. The research is bibliographic and empirical, with a qualitative approach. The data collection instrument was the narrative interview. The participants were 12 professors from the large areas of Humanities, Health, Social and Exact Sciences, from Higher Education at a Private University in the interior of Minas Gerais. For data analysis, Laurence Bardin's Content Analysis technique was used. The results indicate that working conditions in higher education have been impacted by virtual culture and that work is essential in the production of subjectivities and in the constitution of teachers' mental health. The teaching work has its particularities and characteristics that influence the search for qualification, updating and more productive performance and requires versatility in the actions and also mental, physical and cognitive involvement in its functions. In conclusion, the higher education teacher is going through a process of many and significant changes; where the most impacting work and teaching in higher education are technologies and virtual culture. The expectation is that this research can contribute to the theoretical improvement of the teaching work and its consequences for the life of higher education teachers.

**Keywords:** Teaching Work. Virtual Culture. Teaching in Higher Education. Production of Subjectivity. Mental Health.





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
GEPETTES	Grupo de Estudos de Trabalho Docente Tecnologias e Subjetividades
IES	Instituição de Ensino Superior
PDT	Psicodinâmica do Trabalho
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação
SCIELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Electronic de Library Online)
SMRT	Saúde Mental Relacionada ao Trabalho
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TD	Tecnologias Digitais
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNIUBE	Universidade de Uberaba



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 TRABALHO DOCENTE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b> .....	19
1.1 TRABALHO DOCENTE NA SOCIEDADE DO CAPITALISMO FLEXÍVEL.....	19
1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA TRABALHO DOCENTE E CONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE.....	23
1.3 TRABALHO DOCENTE E TRABALHO IMATERIAL.....	30
<b>2 CULTURA VIRTUAL E TRABALHO DOCENTE</b> .....	35
2.1 CULTURA VIRTUAL: CONTEÚDOS E SIGNIFICADOS .....	39
2.2 TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR .....	42
2.3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR .....	48
<b>3 SUBJETIVIDADE E A SAÚDE MENTAL DOCENTE</b> .....	53
3.1 PRODUÇÃO CAPITALISTA DA SUBJETIVIDADE .....	56
3.2 SUBJETIVIDADE, SOFRIMENTO E PRAZER NO TRABALHO DOCENTE.....	61
<b>4 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	63
4.1 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA .....	63
4.2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	64
<b>5 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS, TRABALHO, CULTURA VIRTUAL E SUBJETIVIDADES DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR</b> .....	69
5.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	69
5.2 TRABALHO DOCENTE E TRAJETÓRIAS .....	71
5.3 TRABALHO DOCENTE, CULTURA VIRTUAL E TRANSFORMAÇÕES .....	78
5.4 TRABALHO, VIDA, SUBJETIVIDADE E SAÚDE.....	83
5.5 TRABALHO DOCENTE E RUMOS DA EDUCAÇÃO .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101
<b>APÊNDICES</b> .....	109
APÊNDICE A – <b>Entrevista</b> .....	109
APÊNDICE B – <b>Termo de consentimento livre esclarecido</b> .....	110
APÊNDICE C – <b>Roteiro de Entrevista Narrativa</b> .....	113



## INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho sofre significativas mutações marcadas pelas mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e culturais. O sujeito contemporâneo vive em um contexto característico que configura os tempos atuais e favorece uma dinâmica própria à produção de sua subjetividade, consoante a uma época cuja dimensão histórica expressa aspectos locais e globais. Grandes e importantes transformações da sociedade, como o processo de ampla globalização dos séculos XX e XXI, vinculada ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), que aproximaram a crescente articulação entre trabalho e modo de vida das pessoas, afetam diretamente a constituição da subjetividade. Nessa nova realidade mundial, a ciência e a inovação tecnológica reforçam o sistema capitalista global e atingem diretamente os docentes, que são exigidos a se adaptar e lidar com as novas situações de trabalho e de vida.

Por isso, a questão do trabalho em suas articulações com a subjetividade se faz necessária de ser investigada o sentido de compreender os efeitos de tantas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas consequências na constituição dos sujeitos, nas relações interpessoais, no fazer docente e no processo saúde-doença de professores. Não há como dissociar trabalho da vida e das condições subjetivas de quem trabalha.

Para Antunes (1999; 2018), o trabalho atual se dá no contexto da flexibilização de produção, de novos padrões de produtividade, de novas forças de trabalho e gestão, e uma adequação obedecendo à lógica do mercado, buscando qualidade e excelência de resultados. Uma das principais características do trabalho após a reorganização dos paradigmas produtivos do pós-fordismo é a flexibilização das relações de trabalho e a utilização das TDIC. Para Sibilia (2015), esses dispositivos inovadores, que não cessarão de surgir, e essa nova cultura que infiltra nas instituições e articula a sociedade moderna, tomam um espaço importante na vida das pessoas.

Para ser compreendido em todos seus aspectos, o trabalho docente precisa ser relacionado ao mundo do trabalho sendo reestruturado pelo capitalismo flexível e pela vinculação da cultura virtual aos processos produtivos. Com as inovações das fábricas e a implantação do Toyotismo, tem-se um novo modelo de organização de trabalho, com mais flexibilidade de produção. É a transição da rigidez do fordismo de produção em massa e padronizada para um regime de acumulação inteiramente novo, denominado “acumulação flexível”, que segundo Harvey (1996, p. 140):

Se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (p. 140)

Diante de tal cenário, saber quem são os trabalhadores da educação do ensino superior requer uma ampla compreensão das mutações no mundo do trabalho e sua ligação com a cultura virtual. Produções de subjetividades são afetadas pelos novos padrões de trabalho, organizacionais e tecnológicos inspirados no capitalismo e suas formas flexíveis de acumulação.

Sennett (2009) reconhece que o contexto do trabalho flexível é marcado por transitoriedade, efemeridade e descontinuidade. Nele se desenvolvem relações superficiais e descartáveis. Com o avanço do sistema capitalista e dos riscos que ele acarreta sob a forma de precarização do trabalho, há necessidade de se pensar no desenvolvimento de novas aprendizagens no âmbito do trabalho e vida. Isso vem se mostrando cada vez mais evidente, conforme o exposto por Kenski (2013, p.43):

As tecnologias digitais alteram o trabalho colocando os profissionais em redes ou comunidades onde eles podem estar frequentemente presentes, mesmo quando situados em locais e tempos diversos. Essas novas possibilidades alteram drasticamente a natureza e a função do trabalho.

Novas necessidades no trabalho precisam ser atendidas de forma rápida em relação ao tempo da atividade, esses processos alteram pouco a pouco a ótica temporal dos sujeitos. Esta nova ótica é construída e influenciada pelas tecnologias incorporadas na cultura e no trabalho. O desenvolvimento tecnológico favorece que a mesma pessoa viva em múltiplas temporalidades, ampliando suas agendas e ações no trabalho e na vida. As transformações se propagam aceleradamente com tecnologias novas e sofisticadas, que tomam força e cada vez mais o tempo vivendo de forma cada vez mais simbiótica.

Sob estas influências, o trabalho docente apresenta uma característica peculiar que é sua imaterialidade. Segundo Lazzarato e Negri (2001), quando o trabalho se transforma em imaterial, é reconhecido como base fundamental da produção. Este processo não investe somente na produção, mas na forma inteira do ciclo reprodução-consumo: o trabalho imaterial

não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas, sim, na forma de reprodução de subjetividade. O trabalho imaterial se encontra no cruzamento desta nova relação produção/consumo, é responsável por inovar e dar continuidade aos padrões de consumo afetando as comunicações intersubjetivas. Estes novos mecanismos de poder e saber moldam os corpos e as subjetividades, dado que tais mecanismos agem no marketing e no consumo, se desenvolvem em torno dos mercados, sustentam o capitalismo alcançando e dominando esferas subjetivas e intersubjetivas nas vidas no planeta inteiro.

Pensar em subjetividade e suas conexões com o trabalho implica querer compreender os processos através da experiência do trabalho e como eles se refletem em nossa forma de pensar, ser e agir. O sujeito tem uma subjetividade que se configura e se reconfigura ao longo da vida, principalmente na relação com o outro e nas relações de trabalho. Rey (2005) afirma que a teoria da subjetividade em todo o momento se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, em que este está representado por um sujeito comprometido permanentemente com o processo de suas práticas sociais, suas reflexões e seus sentidos subjetivos. A construção da subjetividade decorre das atividades desempenhadas e das experiências vivenciadas cotidianamente nos espaços sociais. A subjetividade é um intercâmbio entre ação cotidiana, construída nas interações sociais dos indivíduos, acontece e desenvolve-se de maneira processual de forma individual e social e são momentos diferentes dentro de um mesmo sistema.

Guattari e Rolnik (1986) falam de uma produção de subjetividade em escalas industriais regida pela lógica de funcionamento capitalista em escala internacional. Há uma ordem capitalista que produz modos de relações humanas. Uma nova dinâmica se impõe ao conjunto da sociedade: é a cultura da instantaneidade, marcada por individualização nos processos sociais e aceleração, que atingem as formas de relação e a organização subjetiva na contemporaneidade.

Com surgimento de uma nova realidade produtiva, a subjetividade é capturada pelas inovações tecnológicas e reinventada o tempo todo gerando esforços e atualizações. O mundo contemporâneo, a sociedade capitalista e suas leis de valor necessitam cada vez menos de trabalhos estáveis; dado que reforça a lógica de trabalhos imateriais e a expansão de trabalhos terceirizados causando impacto nas relações trabalhistas, instabilidade para o docente e flexibilidade para a instituição, o que pode gerar precarização nos contratos.

As grandes transformações no setor produtivo até os dias atuais, e os muitos avanços das tecnologias virtuais/digitais da informação e da comunicação associadas às novas concepções de organizações e instituições trazem implicações para o trabalho e a profissão

docente, afetam a subjetividade, os modos de trabalho e a saúde mental de professores. Neste sentido o trabalho, a educação, a vida e a sociedade são atingidas. Assim, as transformações do sistema econômico global causam impactos no trabalho docente, requerendo que o professor compreenda e saiba lidar com as transformações em curso e a partir delas buscar seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Dado esse quadro, e considerando que esta pesquisa tem como problema saber se no contexto do capitalismo flexível e global e a partir da inserção do trabalho docente na cultura virtual, qual impacto que o trabalho docente no ensino superior exerce na produção de subjetividade e quais os seus reflexos na saúde mental de professores, a hipóteses da pesquisa é saber se o aumento da produção acadêmica do docente universitário e relações flexíveis de trabalho sendo fomentadas pelos órgãos de controle promovendo uma desvalorização docente em nome da produtividade, estas relações de trabalho refletem diretamente na saúde mental do docente, afetando sua subjetividade, comprometendo seu processo de saúde doença, na forma de desgastes psíquico e físico relacionado à reconfiguração das instituições e precarização social e do trabalho. O objetivo geral que é compreender a relação trabalho docente, produção da subjetividade e saúde mental de trabalhadores docentes do ensino superior, no contexto do capitalismo flexível e em tempos de cultura virtual.

Os objetivos específicos são:

- 1 Discutir articulações entre trabalho docente na sociedade contemporânea, na sociedade do capitalismo flexível, reestruturação produtiva e imaterialidade do trabalho.
- 2 Identificar as relações entre Cultura Virtual e trabalho docente, quais condições o trabalho docente de diferentes cursos/áreas do ensino superior.
- 3 Analisar as trajetórias docentes e influencias do trabalho docente na saúde mental e na produção de subjetividade de professores do ensino superior.

A pesquisa Cultura Virtual e Trabalho Docente no Ensino Superior: Produção de Subjetividade e Saúde Mental de Professores está vinculada à linha de pesquisa desenvolvimento profissional, trabalho docente e processo ensino-aprendizagem e ao Grupo de Estudos Trabalho Docente, Tecnologias e Subjetividade – GEPETTES – e no Programa de Pós-graduação em Estrado em Educação da Universidade de Uberaba.

A pesquisa foi realizada em uma Universidade Privada do interior de MG, com docentes das grandes áreas do conhecimento, sendo três de cada grande área, a saber, Humanas, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Exatas; as entrevistas narrativas aconteceram entre junho de 2019 e dezembro do mesmo ano. As entrevistas foram realizadas individualmente com duração de 30 minutos a 1 hora de duração. O roteiro da entrevista foi construído a partir dos objetivos da



pesquisa. A escolha do local da pesquisa foi direcionada de acordo com a disponibilidade dos docentes e agendadas com antecedência pelos mesmos.

Antes de iniciar a pesquisa empírica, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, após aprovação do mesmo, submetido à Reitoria e Pró-Reitora de Ensino da Universidade e, aprovado a realização da pesquisa, deu-se o primeiro contato com a instituição escolhida para apresentar o Projeto de Pesquisa. Por meio das secretarias e coordenações de curso foram feitos os primeiros contatos, enviado e-mails com uma apresentação da pesquisa juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as secretarias e direção dos cursos de Psicologia, Direito, Arquitetura, Engenharias, Medicina, Pedagogia, Enfermagem, Odontologia e Administração. A princípio, a escolha dos professores seria realizada em sorteio por um programa online, mas a pesquisa empírica caminhou para um outro formato. Alguns docentes entraram em contato pelo e-mail se mostrando interessados em participar e outros foram indicações pelos colegas que participaram da pesquisa e também pelas direções de curso.

Conforme Minayo (2014), a pesquisa que se ocupa das Ciências Sociais, aprofunda-se no mundo dos significados, dos valores e das atitudes. Em atenção às características da pesquisa qualitativa, o ambiente natural foi a fonte direta dos dados; os dados coletados foram predominantemente descritivos; a preocupação com o processo foi muito grande e muito cautelosa a aplicação nas etapas da pesquisa.

González Rey (1999; 2002) reconhece que a pesquisa qualitativa também envolve imersão do pesquisador no campo de pesquisa, considerando esse como cenário social em que o lugar o fenômeno estudado em torno do conjunto de elementos que o constitui e que, por sua vez, é constituído por ele. Importa ressaltar a contribuição de González Rey (2001) sobre a subjetividade e seu contexto histórico-cultural, em que as funções psíquicas são compreendidas como processos permanentes de significados e sentidos. Nesse sentido, o método qualitativo revela-se o mais apropriado, ajudando a esclarecer o objeto de estudo, constituído pela subjetividade do docente em suas relações com o trabalho docente.

Para a coleta de dados da pesquisa, utilizou-se de entrevistas narrativas. O instrumento utilizado implica a construção de um enredo para definir espaço e tempo, começo e fim de uma narrativa, a vida humana e as narrativas podem não ter inícios ou fins precisos. Na construção do instrumento da pesquisa foi elaborado um enredo em cima do tema, objeto e objetivos da pesquisa, entrevistou-se uma professora do programa de pós graduação, durante a conclusão das disciplinas do mestrado, sendo este instrumento testado e construído para responder o que a pesquisa se propõe em investigar. Segundo Bauer e Gaskell (2007), o emprego de narrativas

na investigação traz um conteúdo real das histórias vividas. A narração substitui o esquema de pergunta e resposta e dá espaço para o participante contar histórias que implicam estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal.

Conforme Bardin (2006; 2016), tal opção apresenta certas características particulares, pois são válidas elaborações de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa e não em inferências gerais. Pode-se estabelecer categorias mais discriminantes de acordo com a temática, as categorias são o que dá sentido para as análises, levantando o problema e a pertinência dos índices retidos. E então a análise qualitativa caracteriza-se mais adequada aos procedimentos de interpretação. Para as interpretações das entrevistas usou-se análise de conteúdo que, conforme Bardin (2006, 2016), é uma técnica de tratamento de dados que visa obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições das mensagens.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com os descritores individuais e combinados como: trabalho docente; trabalho docente e reestruturação produtiva; trabalho docente e precarização docente; trabalho docente e ensino superior; saúde mental docente; trabalho docente e saúde mental; professores universitários e saúde mental; sofrimento e prazer docente; trabalho docente e sofrimento psíquico. Os critérios para a busca foram: artigos produzidos nos últimos dez anos; estar em língua portuguesa; e versar sobre a temática trabalho docente, subjetividade, cultura virtual e saúde mental docente. Estes temas para pesquisa foram definidos de acordo com os objetivos e problema da pesquisa. Assim, utilizou-se as buscas e foram encontrados 80 artigos com os temas abordados na pesquisa e selecionados apenas 37 artigos para serem usados na revisão bibliográfica.

Realizada a pesquisa bibliográfica e empírica com os docentes, chegou-se à sistematização dos resultados, embasando a seguinte estrutura textual organizada em seções. Na primeira seção, intitulada “O Trabalho Docente na Sociedade Contemporânea”, faz-se uma reflexão sobre os grandes momentos históricos, em que o trabalho e principalmente o trabalho docente vem evoluindo para uma nova forma de atuação e características. Na segunda seção busca-se evidenciar a relação estreita entre “Cultura Virtual e Trabalho Docente”, tratando a cultura virtual e seus significados e impactos no trabalho docente no Ensino Superior. Na terceira, discute-se “Subjetividade e Saúde Mental Docente”, em que se articula a teoria e as entrevistas narrativas para analisar seus reflexos na subjetividade e saúde mental docente e no trabalho docente no ensino superior. Na quarta seção, intitulada “Caminhos Metodológicos” apresenta-se a metodologia, tipo de pesquisa, procedimentos metodológicos, revisão

bibliográfica. Na quinta seção intitulada “Trajetórias Profissionais, Trabalho, Cultura Virtual e Subjetividades Docente no Ensino Superior” apresentamos as análises das narrações sobre trajetórias docentes. Por último, nas Considerações Finais, são destacadas as análises sobre subjetividades, saúde mental e a trajetória singular de cada professor, no desenvolvimento de sua formação, atuação e construção do ser professor.

As seções foram elaboradas de forma que fiquem claros para o leitor os conceitos teóricos e metodológicos sobre trabalho docente, cultura virtual, subjetividade, saúde mental, e suas implicações para aqueles que o exercem. Em conclusão, não podemos avaliar os efeitos que a cultura virtual pode causar na vida das pessoas, o que sabemos e vivenciamos é um uso intenso de tecnologias e uma nova relação com o mundo de trabalho e sociedade.



## 1 TRABALHO DOCENTE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*O trabalho é a melhor e a pior das coisas:  
A melhor se for livre;  
A pior, se for escravo.  
(Émile – Auguste Chartier)*

Nesta seção, busca-se contextualizar o trabalho docente na sociedade contemporânea e a cultura virtual integrada à vida, ao trabalho docente e a educação. A educação, como fenômeno social, não pode ser pensada como parte isolada, mas, sim, no contexto macrossocial caracterizado na atualidade pela coexistência de fenômenos importantes como a reestruturação produtiva, globalização, trabalho flexível e expansão das tecnologias digitais. A docência se faz sob influências das transformações sociais, políticas e econômicas em uma realidade de cultura virtual global. A partir do trabalho podem ser reconhecidas e evidenciadas as implicações do mundo do trabalho na subjetividade e na saúde mental do trabalhador docente.

Na década de 1970, as formas de organização das relações de trabalho, no movimento mundial de capitalismo industrial, mostraram sinais de esgotamento, pois não conseguiram manter a acumulação em escalas mundiais. Assim, se estabeleceu uma crise do capitalismo mundial em que altas taxas de inflação conduziram a uma mudança de substituição de sistema fordista/taylorista pelo de acumulação flexível. Antunes (2002) reafirma que a rigidez do processo produtivo deu lugar à flexibilização, com mudanças na forma de reestruturação produtiva e novas regulamentações no mercado e nas relações de trabalho. O capitalismo flexível enfatiza um novo modelo, onde o trabalho é ressignificado.

Diante as mudanças no mundo do trabalho, há a necessidade de olhar sobre a realidade do trabalho docente e ampliar estudos e reflexões para se entender o processo de precarização do trabalho docente e as condições objetivas e subjetivas dos profissionais da educação do ensino superior.

### 1.1 TRABALHO DOCENTE NA SOCIEDADE DO CAPITALISMO FLEXÍVEL

O trabalho docente se modificou e no Brasil, durante a década de 1990, ocorreram os primeiros impulsos de reestruturação produtiva do capital, alterando a organização do processo de produção, modificando a estrutura e as relações de trabalho. Essa mudança e a força do capitalismo enfraqueceram a força do trabalho organizado provocando desemprego, perdas salariais, retrocessos do poder sindical e reestruturação radical do mercado de trabalho. De certa

forma, os padrões aproveitaram a crise e o enfraquecimento do poder da classe operária e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes de contratos mais flexíveis cujo resultado imediato foi a redução nos índices de empregos regulares e uso de trabalho em tempo parcial, temporário ou terceirizado, intensificando, assim, o controle do empregador sobre o trabalho (HARVEY, 1996).

Essa nova lógica de trabalho e de sociedade indica que a produção capitalista tem uma essência que está presente na exploração da força de trabalho expressa em processos precarizados, caracterizados pela ampla flexibilização de tempos de contratos, remuneração, jornada de trabalho e direitos trabalhistas. A precarização está presente em todas as modalidades de trabalho e atinge diferentes categorias de trabalho.

Nesse contexto, a jornada de trabalho do docente do Ensino Superior sofre uma redução, porém esse profissional precisa estar disponível para atender às demandas do trabalho, isso quando não se tem que ter outro trabalho para complementar sua renda familiar. A essa realidade toma-se lugar das tecnologias que contribuem para a precarização do trabalho quando os profissionais da educação têm que continuar seus trabalhos em domicílio e não tem condições de controlar o seu tempo, considerando que as solicitações dos alunos são quase sempre ilimitadas e isso requer disponibilidade excessiva para atendimentos aos mesmos, fora os trabalhos burocráticos e organizacionais.

Para Antunes (2002), esse processo de mudança provocou a formação de um novo trabalhador, mais adaptável às necessidades do mundo produtivo, por meio de subcontratação e de terceirização da força do trabalho. O autor ressalta que a natureza dessas mudanças e suas consequências para a vida social foram significativas, a ponto de admitir que

[...] se pode afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2002, p. 15).

O trabalhador mudou, o sistema flexível produz sua própria forma de produção, e essa articulação entre relações de trabalho e produção, torna possível entender os significados atribuídos ao trabalho que se desenvolvem na experiência profissional, vinculada a produção de subjetividade de cada trabalhador.

A acumulação flexível, de acordo com Harvey (2010), caracterizou-se pelo movimento de compressão do espaço e do tempo no mundo capitalista. Diz ele: “os horizontes temporais da tomada de decisão privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e

a queda dos custos dos transportes possibilitaram cada vez mais” (HARVEY, 2010, p. 140) e “[...] as inter-relações entre indivíduos, grupos e culturas”. A cultura virtual é um exemplo que transcende o raciocínio de Harvey (2010), visto que os impactos modificaram e modificam as relações humanas, as organizações e os processos de trabalho e torna-se, talvez, a ferramenta mais potente de compressão do tempo-espaço.

Sabe-se que na era da globalização possibilitou-se um novo movimento de tempo e espaço, viabilizando a difusão imediata de relações e decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

Antunes (2010) afirma que a partir da era digital o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho não estão mais claramente demarcados, isso significa que estando no trabalho ou fora dele, esse mundo digitalizado envolve todos durante 24 horas ao dia com o trabalho. As infinitas temporalidades se manifestam nos trabalhos provocando um redimensionamento e novos desafios e práticas.

As mudanças trazem consequências não favoráveis aos trabalhadores. Segundo Sibilia (2015, p. 23)

[...] a progressiva automatização das indústrias acabou desvalorizando a mão de obra operária, desembocando numa crise aguda e estrutural do emprego em nível mundial e a globalização dos mercados, vem provocando profundas na geopolíticas.

O trabalho docente, para ser compreendido em todos seus aspectos, requer que seja relacionado à conjuntura e às condições e características no capitalismo flexível. O mundo do trabalho vem sendo reestruturado pela própria mudança do capitalismo e pela inserção de tecnologias digitais nos processos de trabalhos. As exigências do sistema global do capital, a globalização econômica, segundo Castells (1999), é uma

[...] nova realidade histórica [...] é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária... A categoria tempo real marca a divisão entre entendimento do conceito de internacionalização e o conceito de globalização, pois traz consigo aquele ritmo de velocidade e intensidade incomparáveis imprimidos nas mudanças que se dão em todas as esferas da vida social e humana na contemporaneidade (p. 111).

No momento histórico em que vivemos, com mudanças estruturais, uma nova dinâmica, globalização e novas experiências da vida social, abrem-se novas portas para o novo, adquirindo outras formas de produção e reprodução da realidade. Ainda com relação ao contexto do novo

mundo do trabalho, nesse modo de produção de flexibilidade, altera-se o sentido do trabalho e com isso afeta também a subjetividade do trabalhador.

Para Marx (1984, p. 156 *apud* Basso, 1995), o trabalho sob relações de dominação se impõe ao homem como simples meio de existência, isto é, como uma atividade que tem como único sentido o de garantir a sobrevivência física. Mas, segundo o mesmo autor, a atividade vital humana é tanto a responsável ou a base para prover as condições materiais de existência, quanto engendradora da vida genérica do homem. No trabalho alienado, "a vida mesma aparece só como *meio de vida*" (MARX, 1984, p. 156 - grifos no original), sendo entendido, assim, como meio de existência, como uma aparente atividade, como exterior ao trabalhador e não como ato que desenvolve novas capacidades e cria novas necessidades, não como essência humana no sentido da realização das potencialidades alcançadas pelo gênero humano. O trabalho passou a ser considerado como uma mercadoria negociada a menor preço, influenciando o direito trabalhista em função das leis mais flexíveis. Essas características do trabalho nesses modelos têm uma tendência a agravar a precarização do trabalho. Uma reestruturação do mercado de trabalho expressa por meio da competitividade, volatilidade e flexibilidade para a execução do trabalho. Dal-Rosso (2008) afirma que o trabalho flexível cria condições para que a jornada real de trabalho se aproxime da formal, elimina tempos ociosos durante a jornada de trabalho, como ainda pode inserir o trabalho na vida pessoal do trabalhador, nos momentos de lazer e de não trabalho.

A produção de massa, produção flexível do fordismo ao pós-fordismo, fundamenta-se nos ganhos de produtividade obtidos pelas economias mundiais em sistemas de produção padronizadas, inspirados nas linhas de montagem desses sistemas, sob controle de um grande mercado mundial em larga escala. Essas mudanças vieram acompanhadas da revolução tecnológica que se difundiu em um período da reestruturação global do capitalismo.

Castells (1999), Dal-Rosso (2008) e Sennett (2009) apontam o lugar central que o trabalho ocupa na sociedade e na vida das pessoas. Traz mudanças significativas nas estruturas da sociedade contemporânea que afetam diretamente as relações sociais e a subjetividade do trabalhador, causando um impacto na saúde mental. Importa reconhecer o valor atribuído ao trabalho para cada ser. Compreender crenças, papéis sociais e impacto dessa nova organização do trabalho contemporânea, que funciona a partir da flexibilização, de outros modelos e valores, requer readaptações psicossociais, subjetivas e corporais.

Rosenfield (2010) diz que as pessoas valorizadas são aquelas que se engajam pessoalmente em novos projetos, demonstram grande flexibilidade, dispõem de boas competências relacionais para se integrar em redes e agem de maneira autônoma mostrando se



dignas de confiança. O trabalhador passa a ser seu próprio empreendedor ao dispor de suas próprias competências e seus recursos emocionais a serviço de projetos individualizados e ou coletivos. Nesse movimento de aumentar cada vez mais a produtividade, velocidade e intensificação do ritmo de trabalho, o trabalhador passa a ser monitorado em relação ao tempo de produção. Os trabalhadores modificam seu tempo, adquirem habilidades, mudam interesses e transformam suas características para se adequarem ao padrão produtivo que traz reflexos para os processos de constituição da subjetividade e relação com o trabalho.

O trabalho passa a ser definido como função da produção social, o mundo do trabalho impede que o trabalhador se reconheça naquilo que faz, que se transforme ao desenvolver uma atividade laboral. Além de não reconhecer como sua produção aquilo que produziu, ele não reconhece seu trabalho, que é visto como essência não só da economia, mas também do homem.

## 1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO DOCENTE E CONFIGURAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

A palavra trabalho revela-se complexa e seu conceito apresenta ambivalências em seus sentidos e múltiplos significados ao longo da história. Refere-se a uma experiência que perpassa, de diferentes formas, a vida das pessoas, suas trajetórias pessoais e profissionais, adquirindo características próprias de acordo com a cultura. Suas implicações para os sujeitos são distintas e variam entre a dor, o sofrimento, a satisfação e o prazer.

A palavra trabalho, em grego, *πονοϋ*, aplica-se às atividades que exigem esforço penoso e não somente as tarefas produtivas com valores socialmente úteis. No mundo antigo, era clara a divisão entre virtude e necessidade, ainda que o trabalho não fosse totalmente desprezado, este “era totalmente desprovido de sentido ontológico, [...] a verdade do ser não dependia do trabalho, mas do uso da liberdade para uma vida contemplativa ativa, enfim, para o cultivo da mente” (BENDASSOLLI, 2007, p. 40).

Diferente dos dias atuais, o significado de trabalho para os gregos era associado a nenhum valor por ser obstáculo ao desenvolvimento das virtudes. Nossa concepção de significados ao trabalho está muito mais próxima de outras culturas em outros tempos como influência do Latim. No Latim, trabalho vem de *tripalium*<sup>1</sup>, que traz referência do arado de tração animal, registrando sentido de instrumento de tortura. Em português, trabalho é sinônimo

---

<sup>1</sup> Etimologicamente a palavra trabalhar origina-se do latim *tripaliare*, martirizar com *tripaliu*. (ANTUNES, 2009)

de labor e pode ser entendido em dois sentidos: como profissão, ocupação, ofício, esforço; e como atividade vital, educativa e emancipatória ao ser humano.

No começo dos tempos, trabalho era a luta incessante para sobreviver, indicando ação sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades. Essa relação existe desde sempre, desde o momento que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente em sua volta. Neste sentido,

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como numa de suas forças. Põe em movimento as forças naturais e seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 1971, p. 202).

Sendo um processo em que o ser humano, com sua ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza e também modifica a natureza, o trabalho é visto não só como essência econômica quando se converte em mercadoria, o capitalista se torna proprietário da força de trabalho e, assim, determina a atividade ao trabalhador; mas também como essência humana, pois pelo trabalho o ser humano se produz.

Com a Revolução Industrial definiu-se um conjunto de transformações econômicas e sociais na economia pautada nos trabalhos manuais/artesanais. Estes trabalhos foram substituídos por outro tipo de trabalho, dominado pela indústria altamente mecanizada e detentora dos meios de produção. Segundo Marx (1970, 1971), as evoluções tecnológicas tiveram efeitos de grande impacto na organização industrial, a qual passou de manufatura assentada no trabalho artesanal, à fábrica, onde se concentrava um grande número de trabalhadores, uma intensificação da divisão do trabalho e, consecutivamente, aumento da produtividade. Essas transformações econômicas e sociais mudaram radicalmente a expressão dos países da Europa Ocidental e se convertem em um motor de expansão do capitalismo para outros continentes.

Para Nardi (2006), foi no século XIX que se consolidou a ideologia de trabalho para além da riqueza, tornando-se meio da criação individual e coletiva. Desse modo,

[...] o trabalho no período foi associado à humanização e a civilização do mundo, transformando-se no instrumento capaz de tornar possível a realização plena do potencial humano – mesmo que, no plano real, as condições de trabalho dos operários não permitissem essa realização do potencial humano, no plano das possibilidades, a construção das utopias era centrada no trabalho, na produção. O trabalho era visto como única possibilidade de emancipação

do homem. É nesse período que começa a organização do movimento sindical (NARDI, 2006, p. 29).

Esse período foi marcado por novas experiências da vida social, incorporando os conhecimentos científicos e técnicos, modificando os sentidos da força de trabalho humana para uma aceleração da acumulação capitalista. Na sociedade capitalista, o trabalhador não domina todo o processo de produção e de trabalho; o sistema econômico vigente controla e se baseia no lucro e na mais-valia, ou seja, no excedente do trabalho humano não repassado ao trabalhador. O conceito de mais-valia elaborado por Karl Marx (1971) na obra “O Capital” se desdobra em: mais-valia absoluta e mais valia relativa. A absoluta é caracterizada pelo prolongamento do dia de trabalho e a mais valia relativa ocorre quando surgem novas tecnologias no processo de produção, caracterizado pela redução do tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente (MARX, 1971, p. 363).

A essência do sistema capitalista encontra-se entre o capital e o trabalho. Segundo Marx (1971), o operário trabalha sob controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho, isto significa que o produto é propriedade do capitalista e não do operário. Na produção de mercadorias, o capitalista tem dois objetivos:

Primeiro, quer produzir um valor de uso, que tenha valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor, e não só valor, mas também valor excedente (MARX, 1971, p. 211).

Marx (1971), em sua teoria sobre o trabalho no século XIX, traz entendimento e compreensão sobre o pensamento social e econômico humano: alienação, classes sociais, valor, trabalho, mais-valia e modo de produção. Na sua teoria, acompanhamos através dos tempos a evolução das organizações de trabalho. Por meio do trabalho, o homem constrói sua consciência, sua subjetividade e vai desenvolver sua inteligência, suas habilidades e seus conhecimentos, estabelecendo relações sociais amplas em vários campos. Conforme Marx (1971), podemos admitir que a categoria trabalho foca no modo de produção capitalista e na relação com a existência humana, mesmo que, em tal processo, o trabalhador tenha uma falsa liberdade. A atividade laboral, então, gera contradições, onde para alguns produz riquezas e para outros traz alienação, submissão e condições insatisfatórias.

A economia política oculta a alienação na característica do trabalho enquanto não analisa a imediata relação entre trabalhador (trabalho) e a produção. É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores (MARX, 2001, p. 113).

No modo de produção capitalista, o trabalhador e todos os produtos são transformados em mercadoria e, em cada momento da história da humanidade, o trabalho é associado a um conjunto de interesses políticos e econômicos que refletem uma concepção específica, seja do Sistema Feudal, da Revolução Industrial e até do período Contemporâneo, mas nem sempre com a ideia de trabalho como atividade principal da construção da subjetividade e com influência na saúde mental do trabalhador.

Na primeira década do século XX, Frederick Taylor (1856-1915) introduziu o conceito da chamada Administração Científica revolucionando o sistema produtivo e criando base sobre a qual se desenvolveu a atual teoria da administração. Esse modelo tem o nome de “taylorismo”, seu criador acreditava em uma forma mais eficiente de organizar a produção, que consistia na simplificação do trabalho complexo, reduzindo-o a tarefas repetitivas e simples, no aumento de produtividade, outra característica do taylorismo é que sua teoria foi desenvolvida a partir de observação dos trabalhadores nas indústrias, a divisão, parcelamento do trabalho, simplificação e rapidez no processo, o trabalhador era monitorado seguindo o tempo da produção. O engenheiro Taylor constatou que os trabalhadores organizados de forma hierarquizada e sistematizada produziam mais. Na indústria automobilística taylorista, esse padrão produtivo estruturou-se com base na decomposição das tarefas “que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. (ANTUNES, 2002).

Já no início do século XX, a divisão do trabalho foi intensificada, quando Henry Ford introduziu o sistema de linha de montagem na indústria automobilística. A expressão “fordismo” designa a produção imaterial em massa, onde cada trabalhador executava em cadência a mesma tarefa. O trabalho na era fordista vigorou por quase todo o século XX, um período de exploração maçante do trabalhador. O fordismo constituiu um modelo de organização produtiva em que o mundo podia ser mais previsível, as pessoas permaneciam em seus empregos por anos, tinham estabilidade, planos a longo prazo, enfim, permitia-lhes ter mais controle de suas vidas. Nesse período os sindicatos e os trabalhadores conquistaram

direitos sociais, o trabalho contava com a proteção desses, mesmo assim a luta entre trabalho e capital permanece sempre atual mantendo o pensamento em produtividade e lucro.

Para Castells (1999) e Harvey (2010), o taylorismo e o fordismo tinham como objetivo a ampliação da produção em um menor espaço de tempo e também dos lucros dos detentores dos meios de produção através da exploração da força de trabalho dos operários. Esses dois modelos fizeram com que várias empresas adotassem técnicas desenvolvidas por Taylor e Ford.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente tirou o mundo capitalista do sufocante torpor do “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência disso, às décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (HARVEY, 2010, p. 140).

Esta reestruturação produtiva que marca o início da década de 1970 vem incorporando um novo padrão tecnológico e organizacional que tem como objetivo suplantar a crise gerada nestes anos com sistemas de trabalho mais eficientes e com maior produtividade. Nessa reestruturação produtiva, com as inovações das fábricas da Toyota no Japão, de onde vem o nome “toyotismo”, produz-se um novo modelo de organização no trabalho que tinha como objetivo maior flexibilidade de produção. Desse modo, passou-se da rigidez de produção padronizada em massa do fordismo para o regime de acumulação inteiramente novo, a “acumulação flexível” que para Harvey (1996, p. 140),

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

A partir daí, novas formas de acumulação de riqueza, de organização do trabalho e da produção que interfere diretamente na vida do trabalhador. Essas transformações dos processos produtivos se tornando as relações de trabalho mais flexíveis, essa flexibilidade envolve processos de terceirização, subcontratações e com isso permitem relações de trabalho mais

flexíveis, com direitos trabalhistas reduzidos, trabalho não regulamentado, de tempo parcial e subcontratações ligadas a economias informais.

Para Castells (1999), sistemas flexíveis de produção em grande volume, geralmente ligados a uma situação de demanda crescente de determinado produto, coordenam grandes volumes de produção, permitindo economias de escalas e sistemas de produção personalizada reprogramável captando economia de escopo. As novas tecnologias permitem a transformação das linhas de montagem típicas de grandes empresas em unidades de produção de fácil programação que podem atender às variações do mercado e das transformações tecnológicas.

Novos processos e experiência no campo da produção emergem em contraposição à produção em série e em massa. A partir daí surgem novas formas de organização do trabalho que trazem muitas mudanças aos trabalhadores. Essa mudança veio acompanhada de uma revolução tecnológica e originou-se e difundiu-se em um período histórico de reestruturação global do capitalismo (CASTELLS, 1999, p. 31).

Na era da globalização e de estruturação da economia, o funcionamento capitalista impõe aos governos a intervenção de novas formas de flexibilização e precarização da legislação do trabalho. Para Antunes (2006), significa perda de direitos conquistados durante a história. Os governos são pressionados a se adequar às exigências do sistema global do capital. Foi em meados dos anos 1980 no Brasil, sob a chamada “Nova República” de José Sarney, que foi possível presenciar o início lento das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços no nosso país, ao contrário dos países centrais que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital.

Trazendo esse contexto para o campo da educação no Brasil é possível reconhecer que as condições de vida e condições de trabalho dos docentes depreciaram-se muito nos últimos trinta anos com a implementação do modelo capitalista neoliberal no nosso território. O neoliberalismo preconiza a defesa do livre mercado, como pressuposto da liberdade civil e política, a desregulamentação da economia e administração; a configuração do estado mínimo, subordinados às prerrogativas do mercado (ANTUNES, 2002).

Para Antunes (2006), a partir de 1990, ou seja, do governo de Fernando Collor de Melo, deu-se o início do desmonte do setor produtivo estatal, criado por Vargas, privatizando empresas, tendência que se acentuou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, demonstrado na entrada ao Fundo Monetário Internacional e aos interesses da grande burguesia industrial e financeira.

Os trabalhadores da educação pertencem a setores diversificados da classe trabalhadora, essas diferenças nas condições de trabalho causam desalinhamentos. O sistema educacional brasileiro divide -se em dois setores distintos: um amplo e crescente setor privado e um grande setor público. Existindo uma fragmentação, tal cenário demonstra que a classe trabalhadora em educação fica desarticulada e fragilizada. A situação do ensino brasileiro em geral é de remuneração insuficientes aos trabalhadores, em condições precárias e desprestígio do trabalho docente por parte dos governos.

Antunes (2002 *apud* HELOANI; PIOLLI, 2005) compreende que as transformações no processo produtivo, emergem como um processo de reestruturação visando recuperar seu ciclo reprodutivo do capital e repor seu projeto de dominação societal abalados pelos conflitos do trabalho que vinham questionando a sociabilidade do capital e seus mecanismos de controle social. A necessidade das empresas e instituições de ajustarem sua capacidade produtiva a uma demanda de um outro modelo de gestão e mercado vem de encontro a estratégias de um ideal da nova economia e cumpre o papel de encobrir processos de dominação e de desregulamentação do capital e com consequências diretas ao trabalho precário, aumento das desigualdades, controle social e manipulação de subjetividades.

Para Harvey (2010), o capital é um processo e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma o espaço e acelera a vida.

Dessa maneira, o homem contemporâneo foi se tornando compatível com as máquinas que o rodeiam ou pelo menos embarcou nos sonhos e processos para ser compatível ao mundo capitalista. O trabalho faz parte desse processo de saberes e técnicas,

Marx havia demonstrado que o trabalho é fundamental na vida humana, porque é condição para sua existência social e ao mesmo tempo os indivíduos transformam a natureza externa e alteram sua própria natureza humana, num processo de troca que resulta no trabalho social elemento central da sociabilidade humana. Podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meios de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria,

ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 232).

Dentre as mudanças promovidas nesse período, a globalização dos mercados, os sistemas flexíveis, revolução tecnológica acentuam a aceleração do capitalismo, acarretando uma expansão geográfica dos sistemas produtivos em termos sociais, culturais e econômicos. Essa extensão modifica as fronteiras sobre o trabalho e trabalho docente na busca de produção enxuta, ágil e flexível. No mundo do trabalho esse processo marca as organizações de educação exigindo disponibilidade total na forma de engajamento subjetivo na produção de trabalho material e imaterial.

### 1.3 TRABALHO DOCENTE E TRABALHO IMATERIAL

Na sociedade contemporânea, a organização do trabalho docente tem sido alterada. A docência no ensino superior, cada vez mais virtual e cursos à distância, tem atendido às demandas por qualificação e formação. Porém pode tornar a condição do trabalho de professores muitas vezes precária, com vínculos de trabalho flexíveis, docentes mal remunerados e horários flexíveis. Essas características do trabalho docente apontam para uma tendência mercadológica sobrepondo-se aos aspectos de natureza pedagógica do trabalho docente. Na lógica capitalista, a força de trabalho se tornou presente na vida contemporânea. O trabalhador passou a realizar tarefas fragmentadas com intensa influência de tecnologias, modificando não só formas de expressão de trabalho, mas também a subjetividade social do ser humano, distanciando do real valor do trabalho como uma atividade de realização humana.

Conforme Marx (1971), o trabalho no sistema capitalista é uma mercadoria, a mercadoria passa a ter valor de acordo com a lógica do mercado, o trabalhador também é considerado objeto desse sistema de produção de bens e serviços e, assim, acontece o fenômeno da precarização do trabalho com a diminuição de trabalhos efetivos e estáveis e sem garantias contratuais e trabalhistas.

Os professores tiveram que se adaptar a essa realidade de reestruturação de modos de produção e que impactam diretamente as relações de trabalho. Diante de uma nova organização do trabalho, impõem-se as exigências de um nível de desempenho em acordo com as tecnologias e os modos do modelo global do capitalismo flexível, com mais controle e exigências, mais produções e menos tempo para vivências e relações de trabalho.

Para Antunes (2001, p.36), o trabalho contemporâneo acentua a imaterialidade, pois



[...] o trabalho imaterial expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo informacional da ... exprimindo as mutações do trabalho no interior das grandes empresas e do setor de serviços, em que o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual. Trabalhos material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital.

Nesse contexto a relação entre trabalho docente e sujeito torna-se complexa e dependente de muitos fatores, econômicos, sociais e culturais de relações específicas, como relação institucionais e funções que impactam a singularidade e significação de cada sujeito, de cada trabalhador num processo subjetivo.

Segundo Lazzarato e Negri (2001), o trabalho imaterial assumiu um papel estratégico na organização global da produção e integração do trabalho industrial e de serviços, provocando uma transformação radical no perfil dos trabalhadores, nas relações e no modo de trabalho que caracterizam e estruturam o sistema produtivo. O trabalho imaterial não se reproduz na forma de exploração, mas na forma de reprodução de subjetividade. Essa nova força de trabalho apresenta-se como uma forma de poder que tem a participação ativa dos sujeitos nesse processo, sujeitados à produção, e toma como base toda uma sociedade.

Dal-Rosso (2008, p. 21) afirma que “no capitalismo contemporâneo, a análise de intensidade do trabalho está voltada para os resultados”. Tais resultados podem tornar o indivíduo escravo de trabalho, pois se espera do trabalhador, além do empenho, esforço e tempo para realizar as tarefas. Desse modo, o capital, sob o impacto das transformações tecnológica não pode acabar com o trabalho vivo do processo de mercadorias, mas pode maximizar o trabalho corporificado do maquinário informatizado, intensificando as formas de exploração e acumulação do capital, sem tirar do trabalho seu papel central.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos flexíveis, precários, temporários ou “perambulam pelo mundo, como Prometeus<sup>2</sup> moderno, à cata de algo para sobreviver” (ANTUNES, 2001). No ensino superior privado, as condições de trabalho são permeadas por vínculo empregatício instável, intensa jornada de trabalho, fragilidade de laços funcionais e contratos de trabalho com carga horária semestral instável. A vida no trabalho

---

<sup>2</sup> Há várias versões sobre o mito de **Prometeu**, herói da mitologia grega. Seu nome, no idioma grego, significa ‘premeditação’. E é realmente o que este titã, um dos deuses que enfrentam o Olimpo e suas divindades, mais pratica em sua trajetória, a arte de tramar antecipadamente seus planos ardilosos, com a intenção de enganar os deuses olímpicos (Ana Lucia Santana, Info escola, navegando e aprendendo).

passa a existir numa temporalidade de aceleração permanente em busca de produtividade e competência com aumento dos dispositivos de controle que enfatizam ligações funcionais e pragmáticas dos trabalhadores no seu cotidiano.

A expansão tecnológica cada vez maior na educação, traz mudanças que representam simultaneamente oportunidades e ameaças, [...] “no mundo do trabalho atual, tem se a intensificação do trabalho imaterial, como se não bastasse a enorme exploração, ainda dominante, sobre o trabalho material.” (ANTUNES; POCHMAN, 2007, p. 199 *apud* CECÍLIO; ARAÚJO, 2013, p.343). A desvalorização e desprestígio profissional permanecem, o que, de certa forma, contribui para reafirmar a tênue e ambivalente relação entre trabalho docente e subjetividade e saúde mental frente à flexibilização, precarização das condições e organização do trabalho, reestruturação produtiva e cultura virtual.

Na linha de pensamento de autores como Lazzarato e Negri (2001, p. 88), “[...] o capitalismo contemporâneo não organiza mais o tempo de trabalho, mas o tempo de vida”. O estudo dos autores citados aponta três tipos de trabalho imaterial que movimentam as categorias do trabalho no setor de serviços e a economia global. O primeiro refere-se à produção industrial informatizada que incorporou tecnologia de comunicação, alterando o próprio processo de produção. O segundo tipo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos, de rotina, de outro. O terceiro tipo é o imaterial que produz ou manipula afetos, envolvendo o corpo e a mente (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Se o trabalho imaterial produz acima de tudo uma relação social em que o mundo produtivo, de consumo e de inovações estão arraigados no sujeito e estas atividades têm valor econômico, identifica-se produção material e imaterial, ao mesmo tempo produzindo subjetividade, demonstrando que a produção capitalista invade a vida das pessoas.

O sujeito é constituído e ao mesmo tempo constitui relações com os diferentes contextos sociais, culturais, econômico e históricos, que explicam a sua subjetividade em uma perspectiva de transformações. Santaella (2008) diz que a subjetividade é multiplamente construída e cuja natureza se marca pelas incertezas e indefinições. Nesse aspecto, a autora conclui:

A emergência da cultura digital e seus sistemas de comunicações mediados eletronicamente põe a nu o modo como o sujeito era pensado até então[...] Teorias que ignoram as linguagens das tecnologias comunicacionais ou as consideram do ponto de vista meramente instrumental deixam de enxergar as novas questões colocadas pela cultura digital, avaliando-as por meio dos antigos paradigmas que foram gerados para teorizar sobre a cultura impressa (SANTAELLA, 2008, p .91 *apud* CECÍLIO; ARAÚJO, 2013, p.345).

O trabalho se transforma e é reconhecido como base fundamental da produção existe uma emergência de se investir na produção das culturas digitais e midiáticas, mas não só na produção e sim no ciclo todo de consumo, gerando imaterialidade, essa imaterialidade está embutida e mascarada na forma de reprodução de subjetividades. Percebe-se o papel e a influência no trabalho, o modo de produção capitalista e como é essencial e complexa, nesse contexto, a relação entre sujeito e trabalho. Tais fatores produzem uma relação singular, subjetiva de cada trabalhador com seu trabalho.

Em relação ao trabalho e às subjetividades no mundo contemporâneo, Pelbart (2010), filósofo, ensaísta e estudioso, declara que o poder tomou de assalto a vida, e cita, como formas de poder, a ciência, o capital, o estado e a mídia. Para esse autor, esses mecanismos de poder não somente sequestram a vida humana, mas penetram em todas as esferas da existencial, movimentando-as para trabalhar em benefício próprio:

O poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou, e as pôs para trabalhar em proveito próprio. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado e invadido, mobilizado e colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes. (PELBART, 2010, p. 25)

Para esse pensador, os trabalhadores que usavam seus corpos, seus músculos, sua força bruta e realizavam rotinas mecanizadas de trabalho no modo de produção industrial fordista, hoje, no atual contexto do mundo do trabalho, exige-se deles a produção de processos cognitivos, que estudiosos denominam trabalho imaterial.

Por sua vez, Lazzarato e Negri (2013, p. 61) discutem e analisam as transformações no mundo do trabalho no contexto pós-fordista e afirmam que “os conceitos de trabalho imaterial e de intelectualidade e massa definem não somente uma nova qualidade do trabalho e do prazer, também novas relações de poder e, em consequência, novos processos de subjetivação”. Esses autores explicam que o trabalho imaterial é produto de capacidades humanas mais profundas da subjetividade dos trabalhadores, como inteligência, emoções, criatividade, linguagem, entre outros processos cognitivos, e que através dessas disposições mentais o modo de produção gerencialista explora as subjetividades dos trabalhadores, tendo como objetivo principal o resultado bens e serviços. Esses bens e serviços, portanto, devem possuir características inovadoras e sedutoras com a finalidade de ativar a sensibilidade do consumidor, produzindo, por essa interface (produção/consumo), um valor econômico, fundamental no mundo do capital. Afinal,

[...] o trabalho imaterial se encontra no cruzamento (é a interface) dessa nova produção/consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção/consumo. A ativação, seja cooperação produtiva, seja da relação social com consumidor, é materializada e inova continuamente as formas e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. E esses produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidades, do imaginário, de gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela [a mercadoria] não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 66).

As forças produtivas e de consumo são o meio para o capital desenvolver o indivíduo social. É o trabalho que cada vez mais define o capitalismo na nossa sociedade e não o contrário. O trabalho imaterial emerge de modos subordinados à construção de si como sujeito social. Ainda de acordo com Lazzarato e Negri (2013), o trabalho imaterial produz, acima de tudo, uma relação social uma relação de inovação, de produção e de consumo, que passam a ter um valor econômico. Esse valor econômico é produzido a partir de processos de exploração, do monopólio da subjetividade. Retomando as análises dos autores, Pelbart (2013) expõe suas críticas sobre a expropriação da subjetividade e da vida do trabalhador, no século XXI, relacionando-as à produção imaterial e ao consumo.

Se numa sociedade dita disciplinar ainda tínhamos a ilusão de transitar de uma esfera institucional para outra, com uma esfera de manobra e de um respiro, digamos, da família para a escola, da escola para a fábrica, da fábrica para a caserna, da caserna para o hospital, numa sociedade de controle como a nossa, essa margem parece ter se esvaído. Em suma, o corpo, o psiquismo, a linguagem, a comunicação, a vida onírica, mesmo a fé, nada disso preserva qualquer exterioridade em relação aos poderes, não podendo, portanto, servir-lhes de contrapeso ou de âncora crítica na resistência a eles (PELBART, 2013).

Para alcançar as evoluções do mundo e responder aos anseios da sociedade contemporânea, o sistema educacional e as IES são necessários aparatos para resolver muitas rupturas, criar uma nova cultura de colaboração, novas formações e novas estruturas. As tecnologias digitais e da informação podem ajudar no caminho de integração no mundo que funciona em redes, com intercomunicações, sensibilizando coletivamente as forças políticas, desenvolver ações críticas e libertadoras, criando força potente de um novo sujeito, poder constituinte entre as máquinas sociais do trabalho produtivo.

## 2 CULTURA VIRTUAL E TRABALHO DOCENTE

*É hora de se perguntar se um corpo bípede, que respira, com visão binocular e um cérebro de 1.400 cm é uma forma adequada. Ele não pode dar conta da quantidade, complexidade e qualidade de informações que acumulou; é intimado pela precisão, pela velocidade, pelo poder da tecnologia e está biologicamente mal equipado para se defrontar com seu novo ambiente. O corpo é uma estrutura nem muito eficiente, nem muito durável. Com frequência, funciona mal [...]. É o momento de reprojeter os humanos, torna-los mais compatíveis com suas máquinas.*  
(Sterlac<sup>3</sup>)

Nesta seção busca-se entender sobre os sentidos e significados da cultura virtual e seus impactos no trabalho docente. Na atualidade, as mudanças são evidentes quanto as relações trabalho no modo capitalista, a reestruturação produtiva no mundo do trabalho e as novas formas de produção, de flexibilização e novas formas de interagir com o trabalho e mundo.

Por meio da revisão bibliográfica busca-se analisar como esta realidade a cultura virtual e seus impactos no trabalho docente afetam de forma direta e indireta a vida dos professores universitários. Os termos cultura virtual, digital, cibercultura e culturas midiáticas, referem-se uma nova forma de ser e estar no mundo e, de acordo com essa realidade, não podemos deixar de compreender a relação do professor com seu trabalho e sua complexidade, como apontam vários estudiosos da educação, sociologia, filosofia e psicologia. Esta complexidade do trabalho docente resulta de transformações profundas de um contexto econômico, político e social de uma população geral e também da realidade dos sujeitos investigados nessa pesquisa. Nas revisões foram encontradas as influências das políticas, cultura virtual e dispositivos inovadores que alimentam nossa sociedade contemporânea.

A nova organização do trabalho, que vem se consolidando em todo o planeta, tem características e tendências importantes na nova sociedade informatizada e virtual. Configura novas relações entre sujeito-trabalho, novas funções de trabalho, novas ocupações, novas multifuncionalidades, novo perfil de trabalhadores. Assim, com uma nova codificação do trabalho surge o trabalhador com um perfil tradicional do operário especializado que se limitava

---

<sup>3</sup> STELARC - “Das estratégias psicológicas às ciberestratégias: a protética, a robótica e a existência remota”, in A arte no século XXI: a humanização das tecnologias, (org.) Diana Domingues, Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1997, p. 58. Livro de Paula Sibilia; O Homen Pós- Orgânico, alquimia dos corpos e das almas á luz das tecnologias digitais. Contraponto, coleção Arte físsil. (2015).

a conhecer e repetir os procedimentos restritos e rotineiros de um determinado trabalho, não se enquadra mais nesse modelo. O modelo fordista e sua lógica demarcavam os espaços do sujeito, enquanto hoje, no século XXI, com a reorganização do processo produtivo e com desenvolvimento das tecnologias e a cultura virtual, foi modificado a adequação dos recursos humanos, sendo importantes conceitos como competência, produtividade, flexibilidade e conectividade, os quais enquadram um novo sujeito e novas subjetividades.

Castells (1999, p.39), no prólogo “A rede e o ser” do livro “A sociedade em rede”, o ser na sociedade informacional, afirma que:

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 1990 é a construção da ação social e das políticas em torno das identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém construídas, em busca ansiosa por significado e espiritualidade. Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais.

Ainda segundo Castells (1999), a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação de novos sujeitos impactados pelo surgimento de uma nova estrutura social, apresentada sob várias formas, conforme as diversidades culturais e instituições sobre todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada a um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção do século XX. Com a rapidez desse sistema se estendendo durante o XXI o quadro social é diferente.

As transformações se propagam aceleradamente e, ao que parece, nessa reciclagem o capitalismo se revigora. Hoje a ênfase destaca não apenas os serviços, mas, sobretudo, o marketing e o consumo. Estes últimos são explorados com tecnologias novas e sofisticadas: toda uma série de saberes e ferramentas se desenvolvem em torno de uma retórica própria (SIBILIA, 2015, p. 25-26).

Nesse contexto, as tecnologias ganham importância e os dispositivos inovadores surgem cada vez mais nas sociedades modernas. Estas novas definições da cultura virtual contemporânea têm se estabelecido nos âmbitos do trabalho, da cultura, da economia e da educação. São dispositivos inovadores atrelados a nossa cultura e não param de se aperfeiçoar;

infiltrando-se nas instituições da sociedade moderna, trazendo mudanças rápidas e constantes que moldam nossa nova realidade.

A invenção de novas velocidades é o primeiro grau da virtualização. Neste contexto, Lévy (2011) relata que a aceleração das comunicações é contemporânea de um enorme crescimento da mobilidade física e trata-se da mesma essência da virtualização (BEUTLER; TEIXEIRA, 2015). Ainda nesse sentido a autora Sibília (2015, p. 27.) ressalta:

Neste contexto, a tecnologia adquire uma importância primordial. As ferramentas de uso habitual, nos mais diversos âmbitos, vêm abandonando gradativamente as leis mecânicas e analógicas que prevaleceram no século XIX e XX, para se plasmar nos códigos informáticos digitais que controlam todos os aparelhos com os quais convivemos de modo cada vez mais simbiótico. Agora a economia global é impulsionada pelos computadores e pela internet, pela telefonia móvel com suas diversas redes de comunicação e informações, pelos satélites e por toda a miríade de gadgets teleinformáticos que abarrotam os mercados. Tudo isso contribui, de forma oblíqua e complexa – embora não por isso menos potente, para a produção dos corpos e das subjetividades do século XXI .

As interferências tecnológicas indicam um novo movimento social, presentes na cultura virtual, as inovações das tecnologias remetem a uma ideia de evolução e progresso. Sua expansão e proliferação se faz necessária, para o aperfeiçoamento dessa referida cultura. Esses fenômenos, levando em consideração o que Lévy (2010) diz, essa virtualidade que se vive hoje, é resultado da digitalização que passamos, diversas manifestações para chegar ao virtual. Pode-se definir o conceito de virtualidade como algo que se pode ocorrer em lugares e tempos diferentes.

Para Castells (1999), estas novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas, sim, processos a serem desenvolvidos. Usuários e tecnologias podem tornar-se a mesma coisa. Um dos efeitos é a alteração no modo como temos que lidar com o tempo dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia. No entanto, segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e a capacidade de produzir diretamente sistemas virtuais e dispositivos tecnológicos interativos. A aceleração do tempo e espaço é reflexo do ritmo imposto pelas tecnologias as relações entre tempo e espaço são alteradas e desencadeadas organizando nossas vidas e movimentando toda rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais, familiares, instituições, governos e em todo mundo.

Para Sibilia (2015), esses dispositivos inovadores que não cessarão de surgir, essa nova cultura que infiltra nas instituições e articula a sociedade moderna, tomará um lugar na vida das pessoas. Na tentativa de definir o ser e as temporalidades da vida contemporânea,

Em um tempo vertiginoso e compactado, conforme os ditames da eficácia produtivista, parece cada vez mais difícil, quase um luxo, esposar a temporalidade inerente a processos por vezes longos, tais como luto ou tristeza profunda, que o campo psicanalítico, com suas temporalidades mais distendidas, procurou elaborar. Pois é preciso se manter vivo (ou mesmo hiperativo), performaticamente eficiente; portanto, livrar-se o mais rapidamente do sofrimento e do incômodo de toda ordem. Essa pressão comprime o tempo como duração, a temporalidade vivida com seus ritmos próprios e incontrolláveis, suas lentidões e bruscas reviravoltas (FERRAZ, 2015, p. 34).

O processo de trabalho se molda no cerne da estrutura social. As transformações tecnológicas, administrativas do trabalho atuam em rede; este é o principal instrumento da cultura informacional e do processo de globalização, que afeta a sociedade em todas as esferas. A comunicação simbólica entre os seres, as redes de relacionamentos estão inseridas em um sistema de produção que determinam a experiência de vida, os hábitos, os desejos, instalando valores e crenças, colocados à disposição da aparelhagem capitalista e da modernização do mundo.

Para Lévy (2011), o virtual reorganiza os modos de ser, o virtual é um nó de tendência que precisa de uma resolução inventiva, de uma criação, o virtual não é o fantasma do atual. Um dos efeitos mais significativos do processo de virtualização é a alteração no modo como temos de lidar com o tempo. A noção de momento presente ganha pela primeira vez na história uma dimensão global. O tempo é sincronizado, criando-se uma unidade temporal sem a necessidade da unidade de lugar, mesmo quando a ação é descontínua, a sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade do tempo. (LÉVY, 2011, p.21 *apud* GALVÃO, 2017, p. 111).

O virtual desamarra a entidade das coordenadas do espaço e tempo. Desse modo a virtualização de uma entidade é a passagem de uma resolução para o problema que lhe é inerente, sendo o virtual atual com diferentes intensidades, no novo modo informacional de desenvolvimento. O virtual tratado como potência e tende se atualizar através do tempo reorganizando os modos de ser libertando a entidade das amarras do tempo e espaço, o momento presente ganha uma dimensão global, o presente está aqui e em todo lugar em uma interconexão, em um tempo sincronizado, criando-se uma unidade temporal sem necessidade de lugar.



## 2.1 CULTURA VIRTUAL: CONTEÚDOS E SIGNIFICADOS

A entrada do século XXI é a era dos meios de comunicação em uma transformação de todas as mídias em transmissão digital, o mundo inteiro conectado ao mesmo tempo virando digital e virtual. Essa transmissão digital foi a conversão de sons e imagens, imagens gráficas, textos escritos legíveis pelo computador, em redes, ciberespaços, virtualidade. Essas conquistas foram atingidas pelas informações contidas nos computadores que são processadas e transmitidas via cabo ou fibra ótica para qualquer outro computador. Para Kenski (2013), essas redes que hoje circundam e cobrem todos os territórios do globo, interligam a comunicação em tempo quase real entre milhões de pessoas, criando um mundo virtual no qual a distância deixou de existir.

As tecnologias digitais introduzem uma nova dinâmica na compreensão das relações com o tempo e espaço. A velocidade das alterações, que ocorrem em todas as instâncias do conhecimento e que se apresentam com o permanente oferecimento de inovações, desequilibra a previsibilidade do tempo do relógio e da produção em série. O mundo se acelera, o avanço frenético das descobertas científicas impulsiona a produção e o consumo de novas formas de vida, permeadas pelas tecnologias. Novos avanços em pesquisas relativizam os conhecimentos anteriores. Tudo se torna descartável, passível de ser superado rapidamente. Prevalece a lógica do efêmero, do pontual. (KENSKI, 2013, p. 27)

Santaella (2003, p.81) acresce a discussão de Kenski (2013) que:

[...] a ideia de que não há uma linearidade na passagem de uma era cultural para outra, pois elas se sobrepõem, misturam-se, criando tecidos culturais híbridos e cada vez mais densos. Santaella discorre, ainda que, “Esta densidade estava fadada a intensificar-se com a chegada da cultura digital.

Desse modo, para se adequar aos ritmos e às exigências do novo século, a nossa natureza, subjetividade e os corpos vêm sendo modificados. Pode-se afirmar que estão sendo reconfigurados em sua forma de ser e pensar de acordo com o desenvolvimento do capitalismo industrial e das intervenções tecno-científicas na biosfera de nosso planeta. Diante desse novo panorama, a imagem de fábricas e chaminés das indústrias ganha uma nova cara, uma nova forma que acompanhe tamanha evolução tecnológica, virtual e cibernética. Uma vertiginosa aceleração dos ritmos, nas culturas e de nossas naturezas.

Sibilia (2015) traça um diagnóstico instigante acerca da alteração da percepção e da produção de regimes fragmentados de atenção. Ferraz (2015, p. 15) também diz:

[...] ensinar, aprender e pensar criticamente passam a ser no mínimo problemáticos, em novas e pervasivas situações de hiperconectividade, em fluxos de informação e contatos em rede, cuja velocidade tende a curto circuitar tanto o andamento elaborado do pensar, quanto a coesão e sedimentação de experiências.

O sujeito é constituído no espaço virtual ou ciberespaços, existindo uma virtualização do corpo, um corpo coletivo que se reinventa e multiplica-se. O corpo contemporâneo adquire novas velocidades e conquista novos espaços, temos a capacidade de criar organismos virtuais ampliando nossa percepção e criando realidades. As contribuições de Kenski (2013, p. 27) indicam que os corpos na sociedade industrial, com os corpos atuais atravessados pelas tecnologias.

A velocidade com que ocorrem as transformações na atualidade e todas as possibilidades tecnológicas comunicacionais existentes nos levam à necessidade de compreender e interpretar a realidade alterada em que vivemos. O modo previsível e linear com que a vida aparentemente se desenvolvia no passado recente correspondia a um momento sócio tecnológico em que a compreensão da realidade era identificada com os processos que ocorriam na sociedade industrial. As máquinas e fábricas regiam aos tempos e a forma de compreender o tempo e o espaço.

Para Lévy (2011), a cultura virtual são todas estas mudanças que estão se construindo a partir da revolução tecnológica. O virtual é um nó de tendências que precisa de uma resolução inventiva, de uma criação. O virtual não é o fantasma do atual, tal como poderia ser do real. Lévy (2011, p. 16) define que “a atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades”. Assim, no processo de atualização de uma entidade há mudanças irreversíveis que contarão para o surgimento do novo, o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual.

Na medida em que perde força a velha lógica serial (fechada e geométrica, progressiva e analógica) das sociedades disciplinares, emergem novas modalidades apoiadas na tecnologia digital, que se espalham aceleradamente por toda parte. Assim o modo de funcionamento associado aos novos dispositivos de poder é total e constante, opera velozmente e em curto prazo. Sua impulsividade e sua ubiquidade costumam ignorar todas as fronteiras: atravessam espaços e tempos, devorando tudo o que poderia ter ficado de fora e desativando as alternativas que se interpõem em seu caminho. Por isso, apesar da leveza e dos tons coloridos com que costuma se apresentar, a nova

configuração socioeconômica e política pode ser vista como “totalitária” num novo sentido: nada, nunca, parece estar fora de controle (SIBILIA, 2015, p. 28-29).

Quando falamos de virtualidade e na realidade dos processos de encurtamento das distâncias, de aceleração e de intensificação das práticas, da própria cultura, refletimos sobre o movimento de compressão espaço-temporal de particularidades dos últimos séculos. Portanto, estes efeitos na contemporaneidade, as tecnologias impõem ao cotidiano e ao conjunto de relações uma nova forma de vida globalizada.

Castells identifica um código cultural mais ou menos comum nos diversos mecanismos da empresa em rede: uma cultura virtual multifacetada da “destruição criativa” catalisada pelos circuitos optoeletrônicos que processam seus sinais num novo estágio de desenvolvimento simbólico. Ainda Castells apresenta o retrato desolador de uma nova fratura social polarizada por trabalhadores qualificados incluídos e trabalhadores desqualificados excluídos pela rede. Sob o impacto dos fluxos informacionais, a rede acolhe os vencedores e abandona os perdedores (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 62).

Para Foucault, citado por Sibilia (2015, p. 27, 29):

para estender sua analítica do poder à atual sociedade informatizada, além de destacar uma crise generalizada das instituições de confinamento características da era industrial (escolas, fábricas, hospitais, prisões), procurou mapear o surgimento de novos mecanismos de dominação, que seriam mais astutos e mais eficientes no novo contexto. [...] Mas essa vigilância múltipla é diferente daquela que vigorava algum tempo atrás: descentralizada e distribuída, costuma ser voluntária e até mesmo desejada, além de se mimetizar com roteiros do espetáculo e do entretenimento que também se expandem. De tudo isso deriva, portanto, sua enorme eficácia. Assim, foi se delineando nos últimos anos, o surgimento de um novo regime de poder e saber, ligado ao capitalismo pós-industrial, que alguns denominam “imaterial.

A imaterialidade está presente no modelo de organização contemporâneo, sendo um processo da lógica capitalista, transformando seus produtos em mercadorias sem fazer distinção de suas influências, sendo estas individuais ou coletivas,

Nosso modo de vida atual se constitui através de: ... fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. Chame-se como se quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia imaterial, sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade... (PELBART, 2002, p. 34).

O atual momento histórico é designado por uma dinâmica da globalização. Nesta dinâmica, abrem-se outras condições de produção e reprodução material e espiritual. A vivência do tempo e do espaço encontram possibilidades desconhecidas nesse complexo sistema em que há uma multiplicação das condições de integração e homogeneização, da mesma forma que diferenciação e fragmentação, a multiplicação dos contatos e das relações virtuais, ou não. As múltiplas interpretações retratam facetas do processo de globalização do planeta.

A palavra “global” traz consigo o sentido de conjunto de inteiro, total, de modo que, tomada em si, evoca a falsa imagem de um mundo homogêneo e integrado que pouco ou nada parece ter a ver com realidades de extrema fragmentação e desintegração encontradas no atual processo social. Desse modo, o termo globalização carrega, como marca de origem, um elevado índice de idealização, além de encontrar-se “atravessado por uma ambivalência ou imprecisão construtiva da variedade de fenômenos que abrange e dos impactos diferenciados que gera em diversas áreas”, a saber, financeira, comercial, produtiva, social, institucional, tecnológica, cultural e, em decorrência, na formação das subjetividades contemporâneas (MANCEBO, 2000).

É nesse contexto que o trabalho docente se faz presente, na atualidade tais questões implicam em todos os campos da vida e elas pressupõem uma ampliação e uma “mercadorização” do trabalho seja ele considerado material ou imaterial.

## 2.2 TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Com o surgimento do modelo de acumulação capitalista das três últimas décadas, ampliou-se o número de pensadores sobre os processos de trabalho e organização do trabalho e suas implicações sociais. Alguns autores, como Antunes (2001), Castells (1999), Locatelli (2017), Mancebo, Maués e Chaves (2006), Oliveira (2004), Bosi (2007), discutem as novas formas de trabalho e de produção dos novos modelos de trabalho docente no ensino superior e a abertura do mercado educacional e ampliação do ensino superior. As transformações do modo de produção contemporâneo afetam todos os setores da economia, sendo privados ou públicos.

O principal marco das mudanças acontecidas no mundo do trabalho que envolveram as atividades docentes situa-se numa crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional por volta da década de 1970. Sobre esse período, diversos estudos identificaram uma queda significativa nos ritmos das economias capitalistas quando a partir daí o capital começou a construção de uma solução para recuperar os lucros. Nesse sentido consolidou-se no Brasil um resultado contraditório entre a política e a economia, o Brasil buscava a

internacionalização da economia e na política os partidos mergulhavam em uma ideologia nacionalista neste contexto a educação sofreu impactos, o governo militar implementou nas instituições de educação pública a lógica de mercantilização, e aos poucos privatizando a educação. Essa orientação política, em linhas gerais, tem provocado uma deterioração na oferta dos serviços públicos, especialmente nos setores da educação e saúde, além de abrir todo um campo para transferência “(...) da educação para esfera política para esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores” (GENTILLI, 1998, p. 19).

Para Dourado (2002), na década de 1980 o Brasil começa a se adaptar ao modelo neoliberal e, com a eleição de Fernando Collor, tem uma abertura para esse novo paradigma esse modelo de produção mercantil é influenciado em todos níveis da educação, especialmente no ensino superior. Na década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais, as esferas públicas e privadas foram redefinidas nas mais atividades humanas, no âmbito do estado e da sociedade civil. Sob a lógica neoliberal desencadeou-se um processo de ampliação, com consequência para educação e Ensino Superior principalmente, os sucessivos governos brasileiros neoliberais, vêm implementando uma reforma estrutural nas universidades, afetando a organização do trabalho docente (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006).

As políticas públicas no governo de Fernando Henrique Cardoso são reformuladas por meio da reforma de Estado, causou modificações significativas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos, formas de gestão e como consequência as políticas públicas, particularmente, as políticas educacionais. O conjunto dessas ações no âmbito educacional resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A Educação Superior é voltada para aperfeiçoar competências para ao mundo do trabalho, além da perspectiva de pesquisa.

Para Bosi (2007), no Brasil este traço foi mais saliente na definição do processo de acumulação do capital do país. Principalmente a partir de 1964, a legislação trabalhista foi reconfigurada com objetivo de permitir a realização da exploração sobre o trabalho com base na combinação de formas “pré-capitalistas” de certos setores da economia. Assim, a acumulação de capital se fazia aqui produzida e sustentada por firme arrocho salarial, mecanismo assegurado por determinada legislação trabalhista que igualava reduzindo o preço da força de trabalho. Nesse sentido, a intensificação do trabalho, a precarização, a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho, já eram componentes cruciais na equação do capitalismo no Brasil. O trabalho docente no Brasil, uma vez que estabeleceu a

expansão da educação superior pela via privada e introduziu nas IES públicas uma tendência cada vez mais predominante de mercantilização do trabalho docente.

Expressão também de uma ordenada tendência mundial de reforma sobre os direitos sociais e funções do Estado, Chauí (1999 *apud* Bosi, 2007, p.1507) reconhece a política voltada para a mercantilização da educação superior foi irradiada por toda a América Latina pela atuação do Banco Mundial ao longo da década de 1990. Desde então, a ideia de que educação deveria ser encarada como setor dos serviços não exclusivos do Estado passou a orientar a ação do Estado em relação às universidades públicas (nos âmbitos federal, estadual e municipal).

O cenário brasileiro de 1990 era de reformas de Estado tendo como objetivo e centralidade a privatização. Para Mancebo, Maués e Chaves (2006), o discurso privatista dos governos brasileiros desde Fernando Collor de Mello proclama a superioridade do setor privado sobre o público ao mesmo tempo em que atribui ao mercado características de impulsionar o crescimento econômico. Em nome desses princípios, as sucessivas reformas promovidas no estado brasileiro visaram, dentre outros aspectos, a abertura do mercado para investimentos estrangeiros e liberalização das importações. Como consequência, segmentos inteiros da economia brasileira foram destruídos, agravando o desemprego e o aumento da demanda por serviços públicos, em especial, da assistência social, previdência e saúde. A defesa da universalização dos direitos sociais é substituída pelos princípios da igualdade e da equidade.

Considerando tal contexto, Oliveira (2004, p. 1130) diz que “a Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien em março de 1990, representou a tentativa de uma nova orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para equidade social.

Para cumprir o compromisso estabelecido em Jomtien de expandir a educação básica, os países em desenvolvimento tiveram que pensar estratégias de elevação do nível de atendimento às populações sem, contudo, aumentar na mesma proporção os investimentos. A redução das desigualdades sociais deveria ser buscada a partir da expansão da educação, a qual permitiria às populações em situação vulnerável encontrar caminhos para sua sobrevivência. (Carnoy 1992 *apud* Oliveira, 2004, p.1130).

Observa-se, então, um duplo enfoque nas reformas educacionais que se implantam nesse período na América Latina: educação dirigida à formação para o trabalho e a educação orientada para gestão. A fórmula para se expandirem os sistemas de ensino de países populosos e com grandes níveis de desigualdade social será buscada por meio de estratégias de gestão e

financiamento e políticas educacionais voltadas para massificação e padronização, associados à descentralização administrativa.

Essa mesma lógica continuou no governo Lula (2001-2010), mas a chamada democratização do acesso e expansão do Ensino Superior, realizada da forma como ocorreu, só aumentou as distâncias sociais ao não propiciar uma formação que garantisse boa atuação no mercado de trabalho, nem ascensão social. Ao longo desses dois governos, e no atual, presenciamos a mercantilização da educação. Com a crescente introdução de mecanismos de mercado no financiamento e no gerenciamento das universidades públicas, não bastava apenas educar, era necessário que os indivíduos adquirissem novas competências para atender o mercado, e coube à Universidade formar a nova força de trabalho exigida. A educação passou a ser um produto a mais entre os muitos a serem consumidos (MAGALHÃES, 2013).

Outro conflito dizia respeito à transposição, às propostas, às expressões e aos indicadores utilizados frequentemente no setor empresarial para a educação, tais como: eficiência, eficácia e produtividade, produto, treinamento, sistema de informação e validação de desempenho e estatísticas, também ajudaram a consolidar uma lógica que declaradamente passou a controlar o trabalho do professor, entendendo-o como um insumo.

A pauta política para a formação de professores representa uma boa síntese das reformas educacionais para o ensino superior: uma concepção de formação na/para a prática profissional, entendida como condição da melhoria da qualidade da educação básica, a busca de um modelo de formação que constitua uma profissionalização e, ao mesmo tempo, uma identidade docente, supostamente inexistentes até aqui, os currículos propostos para as licenciaturas com base no modelo de formação docente na/para a prática e o caráter de urgência que perpassa todos os discursos sobre a formação dos professores brasileiros dão uma ideia da dimensão do assunto (MAGALHÃES, 2013).

É preciso partir do pressuposto que o trabalho docente na Universidade é realizado com base nas relações políticas e sociais constituídas, e possui grande número de características conflituosas como, por exemplo, o fato de que a educação é ao mesmo tempo emancipação e alienação e necessita ser analisada a partir das relações que os professores estabelecem com as demandas e as pressões sociais e suas condições efetivas de trabalho nas instituições. Essas orientações políticas, em linhas gerais, têm provocado como resultado uma deterioração na oferta de serviços sociais públicos especialmente nos setores da educação e saúde, além de abrir campo para a transferência,

[...] da educação e da esfera política, para esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo mérito e a capacidade dos consumidores. (GENTILLI, 1998, p. 19 *apud* MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p.42).

A flexibilização do padrão de educação se fortalece obviamente com a construção de uma padronização e massificação de certos processos administrativos e pedagógicos. No caso específico da universidade, ganha força o argumento da necessidade de diversificação das fontes financeiras, via setor privado, e o fortalecimento da expansão do ensino superior privado por meio da liberalização dos serviços educacionais.

Podemos afirmar que, ao longo da década de 1990, com a implementação das políticas de ajustes neoliberais, as esferas pública e privada foram redefinidas nas mais variadas atividades humanas, no âmbito do Estado e da sociedade civil. Sob o efeito a estratégia neoliberal, desencadeou-se um processo de ampliação do espaço privado não apenas a atividades ligada ao setor produtivo, mas também no campo dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Como consequência para o setor educacional, em especial a educação superior brasileira, os sucessivos governos brasileiros neoliberais vêm implementando uma reforma estrutural nas universidades por meio de um intenso processo de privatização que tem, dentre outros aspectos, afetado a organização do trabalho docente (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 42).

O anteprojeto da lei da reforma, se aprovado, somado às medidas legais que o precederam, poderia trazer sérias consequências para a política de ciência, tecnologia e inovação tecnológica e para a esfera educacional de nível superior, remete à conclusão de que tanto nesse campo – o da educação superior – como no macroeconômico, nenhuma grande ruptura pôde ser visualizada em relação às políticas anteriores, o que se constata é a continuidade de um mesmo sistema.

Para Locatelli (2017, p. 79), a política de Educação Superior, adotada no Brasil nas últimas décadas do século XX, não só representou a possibilidade de expansão desse nível de ensino, como também trouxe consequências importantes para o trabalho docente na universidade. Entre as principais consequências está a constituição de um professor de tempo parcial, que cada vez mais vai perdendo sua capacidade crítica e seus status de intelectual. E, como tendência, observa-se um docente universitário sem autoridade, massacrado por um conjunto de regulações, submetido a um fazer quase repetitivo do ato de dar aulas, com preocupações voltadas para indicadores de produtividade, que geralmente são insensíveis às condições concretas do fazer pedagógico.



Cabe ressaltar o aspecto da desqualificação da pedagogia universitária referente a sua condição instrumental e, não raras vezes, entendida como um conjunto de normas e prescrições que, na perspectiva da racionalidade técnica, teria um efeito messiânico na resolução de problemas. Não se leva em conta a perspectiva bem canalizada por Lucarelli (2000, p. 36 *apud* CUNHA, 2009) a pedagogia Universitária é um espaço de conexão de “conhecimentos, subjetividades e cultura, exigindo um conteúdo científico, tecnológico ou artístico altamente especializado e orientado para a formação de uma profissão (CUNHA, 2009, p. 85).

Nesse processo, considera-se que os docentes universitários, enfrentam desafios relacionados à prática pedagógica, principalmente no que diz respeito ao currículo, planejamento, metodologias ativas, relação professor aluno e avaliação essas questões referem-se ao campo de estudo denominado pedagogia universitária (MELO, OLIVEIRA, VILELA, 2017). Um aspecto importante é considerarmos que a educação e o trabalho docente não se objetivam completamente, pois é impossível dar à ideia de formação o mesmo sentido que se dá à ideia de produto. Essa contradição acaba gerando uma outra: a educação e o trabalho docente nunca são completamente objetivados, mas, como vimos, tendem a ser produzidos e controlados como se fossem mercadoria, o que diminui o grau de autonomia do professor e, em consequência, afeta as condições de realização do trabalho, pois a docência universitária tem na autonomia uma de suas principais características.

Essas transformações apresentam uma nova dinâmica, o contexto do trabalho docente, as mudanças citadas proporcionam quanto demandam dos profissionais imediatismo resolutivos e atualizações constantes, afetando o ritmo e a capacidade de assimilação de tarefas. A vida no trabalho passa a existir em uma temporalidade de aceleração permanente em busca de produtividade e competência e com o aumento dos dispositivos de controle enfatizam ligações funcionais e pragmáticas dos trabalhadores no seu cotidiano (LEITE; NOGUEIRA, 2016). O sentido de todas essas mudanças, de um modo geral, de políticas de educação superior, leva as universidades a adotar modelos de atuação que provocam um novo docente com uma nova atuação e novas condições de trabalho afetam a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.

Para Dejours (1994), partindo da análise da psicodinâmica das situações de trabalho, considera que quando o trabalho se torna fonte de tensão e desprazer, gerando um aumento da carga psíquica sem possibilidade de alívio desta carga por meio das vias psíquicas, ele dá origem ao sofrimento e a patologia. Sendo assim, a insatisfação no trabalho é uma das formas fundamentais de sofrimento no trabalho.

Os docentes que atuam em Instituições de Ensino Superior (IES), a intensificação das exigências de trabalho, formação profissional de qualidade, novas tecnologias consolidam como tarefas adicionais a esses profissionais em especial por se referirem ao processo intelectual, investigativo e criativo, que não encaixam na lógica produtivista. Alguns docentes, apesar de excelentes em sua área de atuação, passam a apresentar dificuldades em cumprir as atividades de ensino, pesquisa e extensão contempladas em dividir em tarefas administrativas e financeiras acumulando na sua carga de responsabilidade (LEITE; NOGUEIRA, 2016).

Dejours (2015) ainda enfatiza e defende que quando o trabalhador se frustra, se irrita, se sente mal, se sente perdido e confuso diante dos imprevistos é que ele, através destas reações emocionais, se dá conta do obstáculo e da resistência do real. A psicodinâmica do trabalho não pode ser resumida a uma tentativa de entender o trabalhar dos sujeitos, numa busca de aprofundar o conhecimento somente sobre este aspecto que se sabe central da vida e reforçar a centralidade do trabalho e sua importância para os sujeitos.

Trilhar um caminho em busca da emancipação numa perspectiva intersubjetiva é a perspectiva primordial deste campo. A proposta não se resume a um estudo sobre o trabalhar, mas sim à constituição de um processo de ação, onde quem atua por meio da psicodinâmica do trabalho age como um facilitador, como alguém que se propõe a uma escuta arriscada, a um papel de sistematizar ideias construídas em grupos de expressão. Agir com grupos de expressão constituídos por trabalhadores, quase sempre homogêneos no que diz respeito à profissão e ao nível hierárquico, é consonante com as propostas de Arendt, postas em prática por Dejours e diferentes pesquisadores em PDT, visando facilitar a expressão no que diz respeito às vivências do trabalho (LACMAN; UCHIDA; SZNELWAR, 2011).

Como outras atividades profissionais, à docência também se submete a uma organização do trabalho essas características do trabalho, esses componentes de mudanças são responsáveis pelo sofrimento mental dos trabalhadores, convém refletir sobre a organização do trabalho na atualidade identificando novas formas de fazer-se docente, diminuindo os impactos e indicadores de sofrimento no trabalho.

### 2.3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

As transformações produtivas do trabalho incentivaram o aceleração dos processos de expansão das universidades públicas e privadas dentro de uma política educacional neoliberal, transformando o cenário com privatizações, inserindo novos métodos de organização, gestão do trabalho e inovações tecnológicas. Estes elementos inseridos na

educação modificaram, de certa forma, as produções, comportamentos e até mesmo o perfil do docente, com mais qualificação, exigências e flexibilidade.

Sobre o trabalho docente no Ensino Superior brasileiro nas últimas décadas, as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva, Locatelli (2017) afirma que os professores do ensino superior brasileiro vêm sofrendo grandes transformações do trabalho docente na última década.

Locatelli (2017), o chamado pós-fordismo tem se caracterizado como um processo em que o sistema produtivo deve buscar se adequar aos ditames do mercado. Para o trabalhador, a lógica desses processos produtivos traz a ideia de um novo trabalhador chamado de polivalente, multifuncional, precarizado, não significando de forma alguma o fim dessas relações, mas, sim, uma mutação. A atual Reforma de Educação Superior em curso no Brasil tem como intuito a expansão e nem sempre a qualidade acompanha esse movimento (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006). Desse modo, o processo de mercantilização e privatização através de recursos públicos para o financiamento e crescimento se deu não só nas IES públicas, mas também nas IES privadas por meio dos programas PROUNI e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), dentre outras políticas.

Segundo Locatelli (2017), no período de 2003 a 2013, houve uma expansão do Ensino Superior brasileiro e dados do Censo mostram mudanças no trabalho docente como regime de trabalho, grau de formação, sexo, função e papel docente. De 2003 a 2013, o crescimento foi significativo, passando de 268.816, para 367.282, um acréscimo de quase 100 mil novos professores. Em termos percentuais, significa aumento de 36,62%. Ainda sobre função docente, conforme o regime de trabalho, é necessário destacar o aumento dos contratos em tempo integral, os quais representavam, em 2003, apenas 23,23% e em 2013 passaram a representar 48,84%, sendo regime de trabalho que mais cresceu durante essa década. Porém deve-se considerar que ainda é bastante significativo, mais da metade se forem tomados professores horistas e de tempo parcial, o número daqueles que supostamente, não se dedicam integralmente às atividades docentes, que trabalham em mais de uma instituição ou que, mesmo atuando em uma única instituição, não são contratados em tempo integral (LOCATELLI, 2017).

A reforma de estado e as reformas educacionais se apoiaram no discurso da agilidade administrativa e técnica. O referencial para os argumentos foi encontrado no setor privado e nas teorias administrativas, destas se extraiu os conceitos produtividade, eficácia, eficiência, excelência e competência. Esse pacote conceitual foi disseminado junto a sociedade e justificado pela suposta morosidade e ineficiência burocrática da máquina pública e de seus funcionários. Sob o véu da austeridade e responsabilidade se impôs, e se impõe, uma

racionalidade econômica aplicada à política educacional, expressa em uma proposta de financiamento e avaliação enquanto elementos forçosamente aglutinados pela estratégia gerencialista (PIOLLI; SILVA; HELOANI, 2015). Esse modelo promove a expansão da educação básica e superior se faz por meio de uma racionalidade instrumental. Planeja-se a elevação no nível de atendimento das populações, mas sem aumentar na mesma proporção os investimentos.

De acordo com Goulejac (2007), o gerencialismo emerge como uma ideologia utilitária que tem como finalidade traduzir atividades humanas em indicadores de desempenho. Pretende construir um ideal do humano restrito à condição de recurso para sua instrumentalização. O gerencialismo pretende constituir-se como ciência lastreadas das ciências exatas e substituir todo pensamento considerado não utilitário como pouco eficiente. Há, portanto, predomínio da razão instrumental que pressupõe a desvalorização da ética e esvaziamento da política e dos espaços democráticos em proveito da gestão (PIOLLI; SILVA; HELOANI, 2015).

No Brasil temos o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) introduz uma série de metas e, dentre elas, algumas que tratam diretamente do trabalho e carreira docente. Regido pelo paradigma empresarial o novo modelo de gestão de políticas educacional busca a eficiência do processo e sua legitimação junto à sociedade pela introdução de novas medidas de financiamento, avaliação e controle do trabalho (PIOLLI; HELLOANNI; SILVA, 2015).

O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024, constitui um documento que define compromissos colaborativos entre entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira. A agenda contemporânea de políticas públicas educacionais encontra no PNE uma referência para construção e acompanhamento dos planos de educação estaduais e municipais, o que caracteriza como políticas orientadora para ações governamentais e de todos os níveis federativos e impõem ao seu acompanhamento um alto grau de complexidade. As questões políticas que motivam o PNE podem ser vislumbradas nas desigualdades educacionais, na necessidade de ampliar o acesso à educação e a escolaridade média da população, na baixa qualidade de aprendizado e nos desafios relacionados a valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação. Diante de tais fatores, o objetivo central do Plano, que pode ser apreendido de suas diretrizes, consiste em induzir e articular os entes federados na elaboração de políticas públicas capazes de melhorar de forma equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da Educação Brasileira. Como sintetiza o documento do ministério da Educação (MEC), “Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 metas do plano nacional de a Educação” (BRASIL, 2014).

O PNE tem como pressuposto que avanços no campo educacional devem redundar do fortalecimento das instituições (escolas, universidades, institutos de ensino profissionalizante, secretárias de educação, entre outras) e de instâncias de participação e controle social. Isso se materializa em suas estratégias que demandam ações provenientes de estados, municípios e da União, atuando de forma conjunta para consolidação do Sistema Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Saviani (2007) diz que, apresentado ao país em 15 de março de 2007, o assim chamado Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto n.º 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Este é, com efeito, o carro-chefe do Plano. No entanto, a composição global do PDE agregou outras 29 ações do MEC. Na verdade, o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC. Ao que parece, na circunstância do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal, cada ministério teria que indicar as ações que se enquadrariam no referido Programa. O MEC aproveitou, então, o ensejo e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a ele atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas. Trata-se, com efeito, de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infraestrutura. As 30 ações apresentadas como integrantes do PDE aparecem no site do MEC de forma individualizada, encontrando-se justapostas, sem nenhum critério de agrupamento.

Pode-se notar que as 30 ações que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação incidem sobre os aspectos previstos no Plano Nacional de Educação já que, como se mostrou, 17 dessas ações estão referidas à educação básica; cinco se referem à educação superior; sete dizem respeito às modalidades de ensino; e uma ação (estágio) se dirige simultaneamente ao ensino médio, educação tecnológica e profissional, e educação superior

Confrontando-se a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE) com a do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constata-se que o segundo não constitui um plano, em sentido próprio. Ele se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituíam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Com efeito, o PDE dá como pressupostos o diagnóstico e o enunciado das diretrizes, concentrando-se na proposta de mecanismos que visam à realização progressiva de metas educacionais

Para fazer face ao problema da formação docente, o PDE criou o programa “Formação” que, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pretende oferecer cursos à distância

para prover a formação inicial dos docentes em exercício não-graduados em nível superior, além de formar novos professores e possibilitar a qualificação contínua de quase dois milhões de professores da educação básica. O ensino a distância, nas condições atuais do avanço tecnológico, é um importante auxiliar do processo educativo. Pode, pois, ser utilizado com proveito no enriquecimento dos cursos de formação de professores. Tomá-lo, entretanto, como a base dos cursos de formação docente não deixa de ser problemático, pois arrisca converter-se num mecanismo de certificação antes que de qualificação efetiva. Esta exige cursos regulares, de longa duração, ministrados em instituições sólidas e organizadas preferencialmente na forma de universidades.

O conceito de ensinar não se restringe à simples transmissão de conhecimento e informação de cunho acadêmico durante aulas, essa dimensão abarca todo processo de mediação do conhecimento. Há uma diferença entre ensino e educação e, segundo (MARQUES; OLIVEIRA, 2016), ensino se refere principalmente ao ensino de conteúdos e conhecimentos, enquanto educação vai além do ensinar e envolve a possibilidade de autoconhecimento e valores éticos. A educação reflete modos de vida dos grupos sociais que a criam e recriam em suas sociedades. Nessa perspectiva, cabe refletir sobre o papel da educação no contexto brasileira, na conjuntura socioeconômica na era da informação.

Em suma, a análise de algumas tendências mais frequentes na forma como vem se organizado a educação e ensino no nosso país, sua dinâmica e consequências para os envolvidos comprova que na realidade esse campo de prática é bem complexo. As transformações contemporâneas trazem várias implicações ao campo educacional, entre as quais se destacam as articulações da educação ao desenvolvimento e desempenho da nação, condições que submetem os sistemas educacionais a interesses do capitalismo globalizado. As novas demandas são expostas a educação em todos os seguimentos e os professores sendo expostos a muitas cobranças sem que sejam garantidas as condições de trabalho necessárias para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

As considerações feitas até aqui buscaram evidenciar a forma como a educação se moveu sobre o impacto das transformações econômicas, políticas e sociais. O ensino superior privado tem uma relação direta com o mercado, as universidades tem um crescimento expressivo fato resultante dos fatores citados e estreitando cada vez mais os laços com o capital. Podemos dizer que como consequência a expansão das instituições do ensino superior privado tem trazido uma sobrecarga de trabalho para quem trabalha e assim repercutindo na subjetividade desses docentes.

### 3 SUBJETIVIDADE E A SAÚDE MENTAL DOCENTE

*O sofrimento e o prazer são essencialmente, subjetivos e seria ilusório querer objetiva-los.  
(Dejours, 2015, p. 201).*

Nesta seção, discute-se a produção de subjetividade e saúde mental docente, a relação como o mundo do trabalho, sofrimento psíquico e prazer no trabalho. As transformações no mundo do trabalho refletem diretamente na educação de uma forma geral e conseqüentemente na docência, causando impactos na vida do professor. Com bases nos estudos sobre trabalho e sofrimento psíquico, Bendassolli (2007), Dejours (2015), Piolli, Silva e Heloani (2015) e Seligmann-Silva (2011), os autores contribuem para refletir sobre os significados das mudanças que o trabalho implica nas produções de subjetividade e na saúde mental.

O mundo contemporâneo, com diferentes modos de pensar e ser, traz reflexões sobre as relações entre trabalho, produto do trabalho, a experiência do trabalhador em relação aquilo que faz, sua satisfação, saúde mental diante do trabalho e subjetividades produzidas. No modo de produção capitalista, o trabalho torna-se de grande relevância quando questões como sobrevivência e instabilidade empregatícia surgem e começam a impor novas exigências, pois o trabalho não atenderá apenas a satisfação pessoal, mas também as necessidades básicas do indivíduo, sendo ele o responsável pela geração de valor.

A subjetividade do indivíduo está relacionada à forma que o sujeito vive, sonhos, desejos, pensamentos, fantasias, percepções, medos, anseios, lembranças e comportamentos. As influências do mundo do trabalho constroem uma forma de atuação e um ser com características exigidas pelo mercado de trabalho. A saúde mental e física do trabalhador deveria ser preservada para estreitar as distorções e desencontros quando se fala de trabalho e sofrimento, e vai além. Bendassolli (2007) discutiu o mal-estar intensamente relacionado ao sofrimento que engloba todos os danos ao indivíduo relacionado ao trabalho, subjetividade, convívio e sociedade. O sofrimento emerge de um desequilíbrio entre exigências e pressões do mundo do trabalho e pode ser entendido como uma das faces subjetivas do trabalho.

Assim, o sofrimento no trabalho exige atenção, porque pode provocar danos à saúde do trabalhador. Esse tema é central para Dejours (2015), que diz que a organização do trabalho exerce uma ação específica sobre o homem, afetando seu aparelho psíquico. Quando essa organização garante mais liberdade permitindo ao trabalhador concretizar suas aspirações, suas ideias e adaptar a atividade profissional a seus desejos, às necessidades de seu corpo e as variações de seu estado de espírito, o trabalho será fator de equilíbrio e fortalecedor da saúde,

mas quando é rígida, atacando e destruindo o desejo dos trabalhadores sem deixar espaço para livre funcionamento psíquico, como numa atividade repetitiva, fragmentada e mecânica. Poderá se tornar fator de sofrimento favorável ao adoecimento do indivíduo em sua singularidade, dentro de uma organização homogeneizante do trabalho que produz sofrimento psíquico.

Piolli, Silva e Heloani (2015) discutem as metas introduzidas no Plano Nacional de Educação de 2014-2024. Dentre elas, algumas que tratam diretamente do trabalho e carreira docente. O modelo gerencial adotado tende a provocar individualismo e competitividade nas relações de trabalho, as metas prescritas e condições objetivas de trabalho dos trabalhadores da educação nos distintos sistemas e instituições de ensino. Assim, pode-se refletir considerando seus efeitos nas relações de trabalho e saúde de professores.

A invisibilidade do sofrimento psíquico vinculado ao trabalho pode ter origem, ainda, em valores impostos pela cultura do contentamento, característica nas empresas, e que prioriza a satisfação, a saúde perfeita. É como se adoecer fosse inadmissível, um sinal de fraqueza essa cultura exerce uma pressão invisível sobre os indivíduos, negando a busca de ajuda médica ou psicológica (SELIGMANN-SILVA, 2011).

O efeito principal da neutralização das defesas comportamentais é o aparecimento de uma doença somática. Sobre isso, Dejours (2015, p. 164) ressalta que:

A doença somática aparece sobretudo em indivíduos que apresentam estrutura mental caracterizada pela pobreza ou ineficácia das defesas mentais falta de vida onírica ou de atividades fantasmáticas, ausência de sintomas psiconeuróticos, má qualidade do funcionamento mental.

A somatização é um processo pelo qual o conflito que não consegue encontrar uma resolução mental, desencadeia, no corpo, desordens endócrinas-metabólicas, ponto de partida de uma doença somática. Pode atingir o sujeito com estrutura neurótica ou psicótica verdadeira, a somatização é encontrada, então, em sujeitos com estrutura psiconeurótica, quando seu funcionamento mental é, momentaneamente, colocado fora do circuito. Quando as defesas não conseguem conter a gravidade dos conflitos ou a realidade, tais sujeitos não descompensam de um modo neurótico, nem de modo psicótico. A desorganização à qual sucumbe o doente não se traduz por sintomas mentais, mas pelo aparecimento de uma doença somática (DEJOURS, 2015). Para Seligmann-Silva (2011), há três correntes metodológicas centrais sobre os estudos sobre saúde mental e trabalho: a teoria do estresse, a psicodinâmica do trabalho e do desgaste mental.



A Teoria do estresse foi criada pelo fisiologista austríaco Hans Selye (1936). Para ele, a adaptação é constituída por três fases: reação de alarme, fase de adaptação e fase de exaustão. Ainda sobre essa teoria, Seligmann-Silva (2011) acresce que esse conceito entrou no campo da Psicologia como estresse psicológico, definido como a relação entre pessoa e o ambiente que avaliado como prejudicial ao seu bem-estar e aí se destaca a importância do organismo mudança cognitiva comportamental, para se adaptar aos fatores estressores.

Essa teoria ao campo da saúde mental relacionada ao trabalho (SMRT) tem sido objeto de várias críticas pois usa modelos de ciência e pesquisa inspirados nas ciências físicas e naturais, com métodos comportamentais com foco na adaptação do sujeito e gerenciamento individual do estresse via mudanças cognitivas e comportamentais. Outra crítica é o estudo dos fatores, e não dos processos, não permitindo analisar interações, impedindo o entendimento da dinâmica como o processo saúde doença ocorre, também se crítica as práticas vinculadas à aceitação desse modelo para adaptar pessoas aos interesses da direção e do trabalho, comumente inadequado a condição humana.

Para Dejours (2015) e Seligmann-Silva (2011), esse modelo segue uma visão comportamentalista e individualista dos distúrbios psicopatológicos, pois considera que os distúrbios provêm de uma fragilidade psicológica, de uma pré-disposição ou vulnerabilidade inerente a cada indivíduo submetido, a adaptação do homem ao trabalho e não a do trabalho ao trabalhador. Muitas pesquisas e avanços vêm sendo produzidos a luz desta teoria pesquisas das ciências sociais além disso, é cada vez maior o número de pesquisas que associam abordagem qualitativa com quantitativa e correlacionam condições sociais e sentimentos em estudos voltados ao estresse associado ao trabalho, ainda que a psicologia permeie tais pesquisas, a uma ausência da subjetividade na abordagem de quem usa essa teoria. Os componentes responsáveis pelo sofrimento mental dos trabalhadores têm relação com as organizações de trabalho cabe refletir e identificar os efeitos dessas nas vivências de prazer, indicadores de sofrimento e as consequências destes para subjetividade e saúde docente.

Na teoria do desgaste mental, Seligmann-Silva, 2011) permite compreender a interação dos fatores ambientais e psicossociais objetivados pelos estudos sobre Work-stress com a dinâmica intrapsíquica e a intersubjetividade, em que a psicodinâmica do trabalho analisa as esferas distintas da vida social em que se desenvolvem relações de poder passíveis de se refletirem nas situações de trabalho. Dejours (2015), a respeito desse estudo, mostra que é válido considerar os elementos nocivos e agressores do trabalho como possíveis favorecedores do surgimento ou evolução do processo patológico, ressaltando-se em ambas as situações que

o trabalho pode acarretar em consequências negativas à saúde mental, ainda que não exista relação linear.

A psicodinâmica do trabalho (PTD) baseia-se em um modelo de homem e de subjetividade emprestados da psicanálise. Tem como ideia central que o sofrimento e o prazer são, em suas origens, provenientes de uma relação específica com o inconsciente. Nesse jogo entre pré-consciente e inconsciente é que se negociam as relações de prazer, de sofrimento, de desejo e saúde mental e até de saúde física, no que se refere também a psicossomática. Em geral se a organização do trabalho pode ser considerada como fonte de doença mental, a organização do trabalho é a causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental (DEJOURS, 2015).

Desse modo percebe-se a aproximação entre saúde mental e produção de subjetividade concebida como algo processual e se constrói conforme se produz e assume forma diversas de acordo com vivências e conexões de cada sujeito. A massificação da cultura na atualidade traz reflexão sobre as causas e os fatores que constituem a saúde mental dos sujeitos e entender as forças que atuam no processo de subjetivação dos mesmos que envolve possíveis estados de saúde e/ou doença mental.

### 3.1 PRODUÇÃO CAPITALISTA DA SUBJETIVIDADE

O ser humano se define justamente por sua indefinição. Entretanto, nos últimos séculos, isso está mais evidente. O sujeito contemporâneo emerge de um contexto particular que marca os tempos atuais com uma dinâmica para a produção subjetiva de nossa época. Os movimentos sociopolíticos das sociedades, desde a crise do capitalismo nos anos 1970, marcados por um desenvolvimento das tecnologias da informação, a globalização e a crescente articulação e outras compreensões das referências espaço temporais todos são fatores (e muitos outros) que afetam diretamente a constituição da subjetividade contemporânea. O conceito de produção de subjetividade, proposto por Félix Guattari (1993, [1988]), é uma forma de compreensão desta concepção que torna fundamental quando se quer entender de que maneira são engrenadas as mais diversas formas de ver, sentir e estar no mundo.

No texto “Subjetividade e História” de *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari afirma que: “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31). Para os autores definem como indissociavelmente vinculada ao plano do desejo, enquanto materialidade de onde emanam e sustentam-se as

produções coletivas. Os processos de subjetivação realizam-se, portanto, por intermédio de componentes heterogêneos, de materiais distintos, de linhas e vetores diversos relativos às existências, onde seus movimentos próprios caracterizam-se como devires múltiplos que se atravessam num plano infinito de conexões e agenciamentos. Neste aspecto, não se trata somente de uma leitura sobre os fatores biológicos, ou da dinâmica psíquica envolvida em tal produção. Trata-se também de fenômenos que dizem respeito à política, ao Estado, às tecnologias, à cultura e aos coletivos.

Os processos de subjetivação [...], não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias psíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc) (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31).

Guattari (1986) chama a atenção para o fato de que a produção de subjetividades é indissociável de uma multiplicidade de vetores que se atravessam constante e incessantemente. Torna-se claro que ela se manifesta na própria constituição desses vetores, ao invés de simplesmente advir deles, não sendo, portanto, produto de uma instância individual. Não é a subjetividade que emerge de uma singularidade do sujeito e sim este, a própria vida e o mundo que se encontram nela mergulhados. Tal concepção se alinha com a afirmação de uma condição ontológica da subjetividade pensada antes como (DELEUZE, 1968), sendo puro devir, solo pulsante que faz variar todo esse plano de multiplicidades. A novidade é justamente a descentralização da noção de subjetividade, antes comumente considerada um produto exclusivo de uma instância psíquica ou individual, em favor de uma perspectiva coletiva: “penso, ao contrário, que é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 340). Se se partir da proposição de que a subjetividade não é um produto de uma individualidade, não se pode entender a coletividade afirmada por Guattari simplesmente como um conjunto de indivíduos reunidos. A coletividade diz respeito à própria heterogeneidade de vetores que a compõem. Ou seja, a multiplicidade das infinitas linhas, dos devires moleculares que se atravessam, se imbricam, se entrelaçam e se agenciam, compondo as formas molares no plano da experiência

concreta. Afirma-se, de modo curioso e paradoxalmente, uma produção de subjetividades em escala industrial regida pela lógica de funcionamento capitalista em escala internacional: “a ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 42).

Existe uma relação entre os processos de subjetivação e o modo de funcionamento do sistema capitalista, afirmando que este procurou o entendimento de que o capitalismo promove como sua principal estratégia de expansão, a captura dos processos de subjetivação. Efetivamente trata-se de uma produção de subjetividades, porém de subjetividades capturadas. Se o poder constituinte impele o sujeito ao caráter revolucionário da multidão como gênese das singularizações ou dos modos de existência, a contra revolução se caracteriza justamente pelo cerceamento desta potência. A estratégia do capitalismo contemporâneo consiste em capturar a potência revolucionária nela implícita, isto é, se apropriar da dimensão do tempo como fundamento da multidão. Uma vez efetivada a captura, a produção de subjetividades passa a se orientar segundo uma lógica, na qual a potência constituinte é privada num processo de ordenação temporal, numa normatividade transcendente preestabelecida. É nesse sentido que se considera o sujeito contemporâneo como um empreendedor ontológico.

Deleuze e Guattari (1966), em *O Anti-Édipo*, referem-se, portanto, “à produção capitalista” nos sistemas econômicos tradicionais, interpretando-a como ação industriosa específica ao homem ou à cultura, mas à produção de produção:

O consumo e o registro determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção. De tal modo que tudo é produção: produção de produções, de ações e reações; produções de registro, de distribuições e de pontos de referência, produção de consumos, de volúpias, de angústias e de dores. Tudo é produção: os registros são imediatamente consumidos, destruídos, e os consumos diretamente reproduzidos (DELEUZE; GUATTARI, 1966, p. 09).

A vida se autotransforma, produz segundo um regime de variação inerente ao tempo e o capitalismo global tende a investir nisso. Ele se expande sobre este novo registro da produção que é a própria vida e, para tal, tenta se apropriar do tempo como solo-fundação do regime de variabilidade. Desse modo, o capitalismo, em seu movimento de expansão, tenta se impor como o eixo organizador de toda e qualquer relação. É no tempo que o capital quer se conectar. Se defendermos a hipótese de que a vida tem seu fundamento constitutivo num regime especial de temporalidade, nossa investigação nos leva a crer que o capitalismo quer se apropriar dela em

seu caráter ontogenético e por consequência, da potência de variação que lhe corresponde (GUATTARI; NEGRI, 2015). Ao se apropriar da vida dele, é deste modo que o capitalismo se torna eminentemente um empreendedor ontológico. Ele quer se infiltrar no ser das coisas, ser a imanência onde tudo flui. O plano de imanência é aquele no qual os poderes da singularidade são realizados e aquele nas verdades da humanidade, historicamente produzidas e o que é singular ao ser apresentado como coletivo.

No universo social, onde a aspiração a uma representação unificada do mundo ou a construção deste enquanto uma totalidade tende cada vez mais a ser rejeitada, onde os mandamentos transcendentais que legitimavam os limites entre certo e errado não estão mais a vista e a velha noção de identidade que incorporava o sujeito moderno vem gradualmente se despedaçando. De acordo com Harvey (2001, p 57):

O retrato do pós-modernismo parece depender para ter validade de um modo particular de experimentar, interpretar e ser no mundo que envolve questões ainda problemáticas quanto a personalidade, a motivação e ao comportamento nestas sociedades. A experiência torna –se fragmentada em uma série de acontecimentos presentes não relacionados no tempo, e a ideia de um eu coerente e de projetos para o futuro melhor tornar –se de difícil concepção. O caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo político, científico, militar, bem como a diversão se tornam a matéria da consciência forjada.

Uma nova dinâmica se impõe ao conjunto da sociedade, que é a cultura da instantaneidade, marcada por individualização nos processos sociais que atinge as formas de relação e organização subjetiva da contemporaneidade. Os processos de individualização acompanhados de aceleração e diversificação de consumo de bens e principalmente de ideias e atitudes e de massificação de determinado funcionamento social se cruzam e o sentimento de fragmentação e de diluição do corpo social subjetivo.

Guattari (1986) diferencia a noção de identidade e subjetividade e este segundo conceito para a concepção de singularidade, ou seja, a possibilidade de viver a existência de forma única, no entrecruzamento de diversos vetores de subjetivação, apontando para o campo da multiplicidade e da heterogeneidade, que o conceito de identidade parece expulsar e o movimento de valorizar a ideia de uma subjetiva produzida socialmente instiga a investigação.

Neste sentido, desconstruir a noção moderna de identidade não pode ser igual a desconsiderar a necessidade de territorialização, de delimitação dos processos sociais e dos contornos subjetivos no tempo e no espaço sob pena de impossibilitar qualquer tipo de compreensão, comunicação e ação sobre o mundo. A aceitação e defesa da noção de processos

de subjetivação, tal como a define, em contraposição a uma identidade estática, não deve ser confundida, portanto, com a exacerbação do fracionamento social e com a “descorporificação” dos contornos subjetivos produzidos por um certo desenho que a organização mundial globalizada vem produzindo. Portanto, o conceito de identidade é ligado a padronizações que o mundo contemporâneo desenvolveu para melhor desenvolver os processos sociais.

Guattari e Rolnik (1993) entendem que a subjetividade faz parte dos fluxos heterogêneos, compondo e sendo composta por essa realidade que transversaliza todos os sujeitos, toda história humana. Os autores colocam que a subjetividade se difere essencialmente da noção de indivíduo por não ser passível de totalização ou de centralização em um agente individual ou grupal. Existem níveis de individuação que sempre acompanham, mas a subjetividade não é posse dos indivíduos, ela é essencialmente social, pode ser produzida e construída nesse social, onde cada sujeito relacionara com essa subjetividade conforme as marcas que ela for produzida em seu corpo, conforme significações e nós que cada um for engendrando nos encontros e desencontros nessa rede social.

Para Nardi (2006), a subjetividade é um conceito estratégico para psicologia social, na medida que permite pensar com base na indissociabilidade entre individual e coletivo, interior e exterior, dentro e fora, indivíduo e sociedade, rompendo com as dicotomias que tradicionalmente marcaram a discussão de alguns conceitos. Segundo Ramminger e Nardi, (2008), o trabalho não deve ser analisado apenas em relação às técnicas de produção dominação, mas considerando a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho. Estas também variam conforme contexto social, histórico e econômico, apontando para diferentes processos de produção de subjetividades e diferentes sujeitos trabalhadores.

Sores e Miranda (2009) consideram que o grande problema da subjetividade sob o signo da produção no contexto do capitalismo mundial integrado alerta para o crescente enrijecimento da subjetividade em um mundo em que se vivencia o individualismo, a produção de subjetividade massificada vendida como promessa de singularização para milhões de sujeitos. A realidade atual muitas vezes limita as diversas formas de vida, pois há um distanciamento e controle da produção e constituição de sua própria subjetividade e da realidade que se está vivendo. Processo de subjetivação são elementos importantes para se ter consciência do processo de singularização que possibilita o agenciamento diferenciado de modos de ser e estar no mundo, também fortalecendo e potencializando aspectos subjetivos e saúde mental.

### 3.2 SUBJETIVIDADE, SOFRIMENTO E PRAZER NO TRABALHO DOCENTE

Na perspectiva de sofrimento e prazer no trabalho docente, destaca-se o desgaste físico e emocional dos docentes, pois as jornadas de trabalho afetam a qualidade de vida, determinam a quantidade de tempo das relações, intervêm na possibilidade de se desfrutar ou não do tempo livre das pessoas, estabelecem relações diretas entre qualidade de vida e saúde, a intensidade do trabalho docente e determinada pelo esforço gastos pelos professores no processo de trabalho. Ou seja, a intensidade é diretamente ligada ao sofrimento psíquico e prazeres provocados na execução do trabalho docente.

O trabalho docente é um trabalho que envolve um conjunto de capacidade de processamento de informações, que poderão ser usados na vida pessoal e profissional, as condições de trabalho aos quais os docentes se movimentam e todas suas capacidades física, intelectuais e afetivas são desencadeadas doenças que explicam os índices de afastamento de professores por transtornos mentais.

Para Vasconcelos e Faria (2008), a relação específica dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho conta hoje com 12 grupos de doenças mentais, dentre as quais se destacam o alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de stress pós-traumático, neurastenia (síndrome de fadiga crônica), neurose profissional, transtorno de sono, e sensação de estar acabado (síndrome de Burnout e a síndrome de esgotamento profissional). A presença de sintomas se mostra como condição necessária para detectar uma doença mental, sua ausência não significa a constatação de saúde mental, é preciso ir além do sintoma além da aparência do fenômeno para que se possa escutar o sujeito trabalhador e sua concepção acerca da saúde mental.

Dejours (2015), no contexto de trabalho, observa que a insatisfação no trabalho e a falta de reconhecimento como fator de sofrimento são desencadeadores de doenças relacionadas ao trabalho. O sofrimento vem camuflado de prazer, o trabalhador passa a ter ganhos no registro da identidade, ou seja, as atribuições de sentidos em relação a expectativas subjetivas e às realizações pessoais. A descompensação psicopatológica supõem uma crise de identidade e a falta de reconhecimento é um dos fatores de fragilização mental dos sujeitos trabalhadores.

O trabalho pode ser, portanto, fonte de realização ou de sofrimento, mas raramente se situa em um só desses dois extremos; o mais comum é ser atravessados alternadamente por componentes de um e de outro. O trabalho não é neutro na saúde do trabalhador, como também contraditório na vida das pessoas: pode afetar positivamente sua vida e proporcionar equilíbrio

e realização pessoal e afetá-las causando ou criando situações para o desgaste psíquico e emocional e disposição para o adoecimento.

Se o ser humano herda vontades e desejos de sua história psíquica de sua história pessoal, então seria conveniente ajustar, adequar a lógica da vontade e do desejo à organização de trabalho. Na perspectiva de Dejours (2015), a organização de trabalho exerce uma ação específica sobre o homem, afeta seu aparelho psíquico, quando essa organização ou trabalho garante mais liberdade permitindo ao trabalhador refletir sobre seus desejos, adaptando sua atividade laboral e desejos pessoais assim o trabalho faz o papel de equilíbrio e fortalecedor da saúde; quando a organização é rígida e destrói o desejo dos trabalhadores sem espaço para o livre funcionamento psíquico como numa atividade fragmentada e mecânica haverá então fator de sofrimento favorável ao adoecimento.

A organização do trabalho docente e seus agentes agressores que ela comporta aos efeitos causados sobre a saúde dos professores impõem vários tipos de sofrimentos, mas ver a saúde humana como instável e processual são estratégias psíquicas de defesa para enfrentamento adotados para proteger das pressões advindas do trabalho docente. O sofrimento psíquico vinculado ao trabalho na nossa cultura de trabalho que tem uma invisibilidade do próprio sofrimento e levando em conta o que as organizações valorizam e preconizam a satisfação, a excelência e a saúde.

A subjetividade que permeia o modo do sujeito viver no mundo e de modo geral, afetando o trabalho, o trabalho docente nos processos educacionais mostra-se difícil perceber que os docentes são seres subjetivos que exige-se habilidades de um perfil polivalente e com multiquificações com uma estrutura organizacional mais produtiva e tecnológica, que ao menos no discurso defende a qualidade de vida, a participação, a realização do trabalho e a autonomia. Na prática muitas vezes trabalho alienado, automatizado e muitas das vezes nega a subjetividade do professor. Cada professor traz em sua trajetória docente sua subjetividade e cada um constrói sua história singular em uma compreensão da relação dialética entre organização do trabalho e docente, os relatos dos docentes permite uma análise das trajetórias de cada docente e os seus enfrentamentos relacionados aos cotidianos da profissão.



## 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

*“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. (Albert Einstein)*

Nesta seção, é abordada uma reflexão sobre as trajetórias profissionais e as singularidades no trabalho docente no ensino superior, segundo a percepção dos sujeitos pesquisados considerada em suas articulações com a pesquisa bibliográfica. Para tal, são discutidas as bases teórico-metodológicas da pesquisa, os procedimentos de busca e tratamento das trajetórias docentes, utilizando a análise de conteúdo, segundo orientações técnicas de Bardin, com objetivo de se chegar aos resultados almejados, buscando compreender a realidade do docente contemporâneo.

### 4.1 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O interesse pela investigação do trabalho docente, cultura virtual, subjetividades e saúde mental de professores do ensino superior fortaleceu-se com integralização da disciplina: “Trabalho Docente no Capitalismo Contemporâneo”, oferecida como parte do currículo do Programa de Mestrado da Universidade de Uberaba (UNIUBE), no segundo semestre de 2018. Neste período, as contribuições dos grupos de pesquisa, as orientações em disciplina e individuais, conduziram a problemática da pesquisa para a investigação do trabalho docente, da cultura virtual, da subjetividade e saúde mental dos docentes do ensino superior privado.

Para compreender as mudanças no mundo do trabalho docente, partiu-se de uma análise teórico-bibliográfica, principalmente nos estudos realizados pelos autores Antunes (2002), Castells (1999), Harvey (2010) e Sennett (2009) para analisar o trabalho docente no contexto das inovações tecnológicas e da globalização. O trato específico da cultura virtual no ensino superior apoia-se nas contribuições de Kenski (2013), Lévy (2011), Locatelli (2014,2017), Rosenfield (2011) e Santaella (2003). No referente ao trato da subjetividade e imaterialidade recorreremos Guattari e Rolnik (1986), Lazzarato e Negri (2001), Nardi (2006), Rey (2005) e Sibilia (2015). Para abordar a saúde mental no trabalho Dejours (2015), Piolli (2017), Seligman e Silva (2011).

Na pesquisa empírica com entrevistas narrativas os docentes participantes contribuíram com narrativas de experiências pessoais. Essas narrativas são o material de produções subjetivas de cada participante para análise. Essa investigação parte de uma pesquisa bibliográfica que se iniciou em março de 2018. A intenção do estudo foi aprofundar em pesquisas sobre o tema

proposto, consultar artigos recentes, para fundamentar os estudos. As pesquisas destes artigos resultaram conteúdo para pesquisa. Os dados da pesquisa foram discutidos na seção, Trajetórias Profissionais, Trabalho, Cultura Virtual e Subjetividades Docente no Ensino Superior: pesquisa bibliográfica, resultados, análises e discussões.

#### 4.2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa e a pesquisa de campo utilizou como o instrumento de coleta de dados a entrevista narrativa. Essa abordagem surge como possibilidade de produção de conhecimento científico empírico, por levar em conta a realidade vivenciada pelo sujeito em seu contexto histórico, social e sua trajetória de vida. Minayo (2010, 2014, p. 57) diz que “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os fazem a respeito de como vivem.” Este método ajuda na aproximação da realidade dos participantes, como constroem seus artefatos e a si mesmos, como sentem e pensam.

A emergência do novo é o que a pesquisa implica, processo em que as realidades se integram e expressam formas diversas no curso da produção de vida. Escutar a voz desses professores suas opiniões, valores e crenças, possibilita acessar os significados de ser professor e como a profissão docente é rica de contradições e características próprias.

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram as entrevistas narrativas essa técnica possibilita uma reflexão dos docentes. Quando os participantes estão narrando suas experiências de suas vidas, estão estabelecendo uma escuta diferenciada de estruturação do pensamento individual e coletivo da profissão. A pesquisa pode contribuir para ampliar a compreensão dos participantes no que é ser professor, quais aspectos de suas práticas estão envolvidas na sua produção de subjetividade, saúde e suas relações no fazer docente que está sempre em transformações sendo assim reconstruindo a profissão e a si mesmos o tempo todo.

No processo de pesquisa de cunho dialético busca-se reter a explicação do particular no geral e vice e versa (MINAYO, 2014). As análises da relação dialética entre trabalho docente, cultura virtual, subjetividade e saúde, fundamentam aquilo que os docentes vivenciaram profissionalmente e nas suas vidas pessoais. Este estudo desenvolvido na proposta da dialética:

(...) significa compreender as semelhanças e diferenças numa unidade ou totalidade parcial dos fatos, fenômenos e processos, entender as conexões orgânicas, os modelos de relacionamento entre várias instancias da realidade e o processo de constituição da totalidade parcial; desvendar na totalidade

parcial em análise, as determinações específicas e gerais e as condições de sua manifestação. (MINAYO, 2014, p. 114).

Esta relação dinâmica revela articulação entre sujeito, trabalho, subjetividade, saúde e suas implicações na vida dos sujeitos participantes da pesquisa.

O primeiro passo foi convidar os participantes do ensino superior de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da rede privada da cidade de Uberaba-MG. O critério para inclusão do docente na pesquisa foi,

- A) ser professor do ensino superior;
- B) ter disponibilidade e interesse para participar da pesquisa;
- C) ser indicados pelas coordenações dos cursos selecionados,

Os docentes que participaram da pesquisa se enquadram nas grandes áreas do conhecimento: Humanas, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Exatas. As entrevistas foram realizadas com 12 docentes, sendo 3 docentes de cada área, com o objetivo de compreender a relação entre trabalho docente e produção da subjetividade e saúde mental de trabalhadores docentes do ensino superior, no contexto do capitalismo flexível em tempos de cultura virtual.

O procedimento usado para coleta de dados foi um roteiro aberto preestabelecido, construído durante disciplina Trabalho Docente no Capitalismo Contemporâneo, disciplina eletiva no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), curso mestrado da Universidade de Uberaba. O roteiro aborda o contexto da pesquisa e o nosso momento atual da sociedade. As entrevistas narrativas foram realizadas individualmente com duração de trinta minutos a uma hora de duração e, como norte da entrevista, os assuntos abordados seguiram os temas relacionados ao objeto e objetivos de pesquisa. Os temas foram o trabalho docente; trajetória profissional e mudanças no trabalho; trabalho docente e cultura virtual; impactos no trabalho; trabalho docente, saúde mental e produção de subjetividade; trabalho docente, ensino superior e educação.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal, com destaque para as falas com coerência com temas investigados. Das falas dos participantes foram extraídos recortes (categorias) que sinalizavam o conteúdo do material relacionado com os objetivos estabelecidos e as unidades de sentido representadas por categorias que são constituintes do objeto de pesquisa. O tratamento e a interpretação dos resultados foram orientados pela proposta de Bardin (2006, 2016), a análise de conteúdo, que é uma técnica de tratamento de dados que busca interpretação cifrada do material qualitativo. Para as análises das entrevistas utiliza-se o procedimento da análise de conteúdo que possibilita chegar a um

tratamento coerente com os objetivos da pesquisa. Nas análises, buscou-se utilizar todas as etapas, como a pré-análise do material com leitura fluente, exploração do material separando por temas e codificando material, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, estes são utilizados na última etapa do processo.

A análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas” (MINAYO, 2010, p. 74), constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e manifesta duas funções verificação de hipótese, ou questões e descobertas por trás dos conteúdos manifestos.

Segundo Bardin (2006), as etapas da técnica são pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado, com objetivo de tornar operacional e sistematizar as ideias. A exploração do material é a segunda fase, que consiste na exploração do material e definição de categorias e sistemas de codificação e classificação, é uma etapa analítica submetido a um estudo profundo, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferências e interpretações, com a condensação e o destaque das informações para análise. A análise de conteúdo proposta por Bardin (2006, p.38) é definida como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo dos indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produções/recepção (variáveis inferidas dessas mensagens).

Para Bardin (2006), o objetivo principal da análise de conteúdo pode ser sintetizado em manipulação das mensagens tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidencia indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem. Para a autora, a comunicação é “qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este” (BARDIN, 2006, p. 38), definição que pode ser usada para aplicações científicas em diversas áreas.

O importante na análise de conteúdo é o que se quer expressar, saber os objetivos para melhor exploração do material, que consiste em alcançar o núcleo de compreensão do texto, para assim o pesquisador escolher os códigos para se chegar a compreensão do texto e assim realizar articulação com material teórico. O tratamento e interpretações dos resultados passaram por pré-análises momento que requereu um contato direto e intenso com material de pesquisa, fase de organização e sistematização de ideias iniciais contidas nas entrevistas narrativas. Após

as transcrições, foram sublinhados trechos que responderam aos objetivos da pesquisa e indicadores para fundamentação teórica. A fase de exploração do material: período de codificação, transformação dos dados brutos do texto em recortes que permitiram uma descrição pertinente do conteúdo.

A seleção das categorias de análise contemplou palavras, frases ou temas. Para analisar as entrevistas, como foi citado pelos autores, análise temática segundo Bardin (2006), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado e segundo critérios, relativos à teoria que serve como guia à leitura” (p. 105).

Segundo Minayo (2014), a noção de tema é ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo. A análise temática considera o cerne da pesquisa e busca proporcionar ao investigador compreensão das informações sobre comportamento humano, a codificação dos dados em unidades de registro e definições de categorias, descritas a seguir:

[...] A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices[...] (BARDIN, 2006, p. 133).

Na pesquisa, as unidades de registro foram codificadas, levantadas e foi realizada a categorização dos materiais. O trabalho de categorização é um trabalho de classificar elementos importantes, inventariar e classificar mensagens. Bardin (2006) define o processo de categorização como:

Uma operação de classificação de elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (p. 147).

A organização das categorias, tratamento e análise de dados qualitativos visou a inferência e a interpretação qualitativa, perpassando por todo conteúdo teórico articulando com pesquisa empírica. Buscou-se, a partir dos aspectos teóricos metodológicos, responder às

questões de pesquisa delineadas, a partir da análise criteriosa considerando as trajetórias singular dos trabalhadores docentes do ensino superior.

## 5 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS, TRABALHO, CULTURA VIRTUAL E SUBJETIVIDADES DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

*“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”*  
Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*

Esta seção trata dos resultados encontrados na pesquisa, analisando as categorias elencadas por meio de interpretações articuladas aos referenciais teóricos. O intuito de alcançar os objetivos propostos foi realizado, houve exploração do material e tratamento dos resultados. Os resultados dessa pesquisa estão organizados a partir das categorias de análise.

### 5.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

Para as análises das entrevistas, utiliza-se o procedimento da análise de conteúdo. Nas análises, buscou-se utilizar todas as etapas, como a pré-análise do material com leitura flutuante, exploração do material, após transcrição foi codificando material, selecionado por cores as falas dos docentes, cada tema uma cor para assim melhor o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Aprimorou o tratamento do material da pesquisa (entrevistas narrativas), focando valores e respeitando a homogeneidade de sentidos e significados na tentativa de responder os objetivos da pesquisa. As categorias construídas foram:

1. Trabalho docente e trajetórias: engloba composição do trabalho docente, trajetórias de vida, vínculos de trabalho, percurso profissional.
2. Trabalho docente, cultura virtual e transformações: impactos da cultura virtual, transformações no fazer docente, pontos positivos e negativos.
3. Trabalho vida, produção de subjetividade e saúde mental: sentidos em ser professor, visão pessoal e cultural do trabalho docente, sofrimento e prazer, saúde mental, sinais e queixas frequentes, sentimentos vida pessoal e profissional.
4. Trabalho docente e rumos da educação: o que é importante para os docentes, reflexões, desafios com tantas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais.

A interpretação das análises segundo Minayo (2014) consiste essencialmente numa operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão. Com as categorias escolhidas, houve uma redução do texto, que possibilitou agregar as teorias e os recortes das falas dos docentes constituindo pela análise temática.

Na pesquisa, uns dos critérios para a escolha dos participantes foi serem professores do Ensino Superior privado. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se artigos atualizados e foram encontrados mais de 80 materiais, sendo selecionados 37 artigos em função dos critérios: serem produzidas de 2010 a 2020, estar no idioma português e ter coerência com o tema tratado na pesquisa. A escolha do material se direcionou pela pertinência do tema, título e resumo dos mesmos nas fontes: Scielo, BTD, Pepsic, Google Acadêmico publicações de autores específicos, revistas de saúde coletiva, revistas de saúde ocupacional e periódicos.

A preocupação com a subjetividade do professor leva estudiosos a investigar sobre a natureza e ressignificação do trabalho docente na tentativa de descobrir novos caminhos para a formação e desenvolvimento desse profissional e de forma que estes se capacitem para enfrentar desafios e lidar com o trabalho e nele se realizar.

Desse contexto derivam os marcos teóricos da pesquisa, que tem como objeto o trabalho docente e a produção de subjetividades. O problema da pesquisa é saber se no contexto do capitalismo flexível e global e a partir da inserção do trabalho docente na cultura virtual, qual impacto que o trabalho docente no ensino superior exerce na produção de subjetividade e quais os seus reflexos na saúde mental de professores? As questões de pesquisa aprofundam no tema central do problema e se desenvolve em perguntas. Como se manifesta a subjetividade no trabalho e na saúde mental do professor? Qual o papel da cultura digital na produção de subjetividade do professor e quais seus reflexos no trabalho docente e saúde mental?

Diante destes questionamentos, surgem hipóteses em relação ao tema proposto como: o aumento da produção acadêmica do docente universitário e relações flexíveis de trabalho sendo fomentadas pelos órgãos de controle promovendo uma desvalorização docente em nome da produtividade, estas relações de trabalho refletem diretamente na saúde mental do docente, afetando sua subjetividade, comprometendo seu processo de saúde doença, na forma de desgastes psíquico e físico relacionado a reconfiguração das instituições e precarização social e do trabalho. “Os professores universitários tendem a desenvolver autoimagem enaltecida que os instiga ao produtivismo acadêmico e a busca por prestígio, com consequências prejudiciais à vida sócio familiar, saúde e relações de trabalho” (PIOLLI; SILVA; HELOANI, 2015, p. 604).

Para responder a estas questões, tem-se que levar em consideração a necessidade de compreender o campo da saúde do trabalhador docente, relacionando-o ao docente como uma forma de contribuir na produção de melhorias nas condições de trabalho dos professores e consequente aperfeiçoamento e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.



Para Bauer e Gaskell (2007), a entrevista narrativa é muito útil para aproximar o pesquisador e participante da pesquisa, pois o foco é a subjetividade dos entrevistados. A técnica proporciona uma escuta, de vivências, experiências e saberes que se desenvolvem de forma própria e subjetiva de cada um em uma mesma profissão e carreira. Considerou-se que as narrativas produzidas favorecem a reflexão sobre a trajetória profissional de cada docente, o seu fazer docente, suas singularidades e assim revelando relações de trabalho, subjetividade e saúde.

A entrevista narrativa cria condições para uma conversa mais informal e da liberdade para os participantes fale de si e reflita sobre sua vida pessoal e profissional. É um instrumento auto revelador, uma técnica que permite o contato pessoal e tem-se uma aproximação maior com as suas lembranças, desejos e modos de se relacionar com o trabalho.

## 5.2 TRABALHO DOCENTE E TRAJETÓRIAS<sup>4</sup>

A categoria trabalho docente e trajetórias os professores descreveu os caminhos que levaram para carreira docente, o que os motiva a estar na sala de aula, os significados de ser professor, os docentes nessa questão falaram muito sobre o como se tornaram professores, não adentraram muito nas discussões sobre aspectos negativos de mudanças políticas e econômicas do trabalho e sim expressaram as respostas sobre trajetória, mudanças e desafios da docência hoje. Um aspecto muito falado pelos professores nas entrevistas foi sobre a formação que os docentes tiveram, que é completamente diferente da atualidade, mesmo os professores mais novos conseguem sentir essa diferença. Atualização de conteúdos e cursos que podem ajudar na formação dos mesmos e dos alunos foram evidenciados, esses aspectos, sendo uma das exigências de ser professor e dos impactos das tecnologias.

Locatelli (2017) diz que “o trabalho docente passou por transformações e os professores no ensino superior brasileiro também modificaram na última década”. Analisou-se que o trabalho docente tem outra composição e as modificações do trabalho docente na última década, considerando tudo que ocorrem no mundo do trabalho em função de interesses econômicos e políticos dominantes. Do ponto de vista empírico, levantaram-se alguns dados referentes ao quadro de professores do ensino superior no Brasil, observando o ocorrido da última década, mais precisamente entre 2003 e 2013. Constata-se que as condições atuais do trabalho docente no ensino superior continuam fortemente impactados pelas transformações do mundo do

---

<sup>4</sup> As citações das falas dos participantes das pesquisas serão transcritas em itálico.

trabalho e em que em suas particularidades e singularidades residem contradições próprias de um setor com objetivos e finalidades não necessariamente alinhadas as regras do mercado.

Os aprimoramentos das formas de controle por meio de metas, índices, medições e avaliações de desempenho estabelecem novos papéis, requisitos e demandas no âmbito da organização do trabalho. Os sistemas flexíveis requisitam constantes adaptações dos trabalhadores à base tecnológica e a organização do trabalho, e a manipulação e o envolvimento subjetivo do trabalhador. Esses direcionamentos, somados à precarização das condições de trabalho, produzem efeitos significativos na construção da identidade dos trabalhadores da educação em função das ampliações das atribuições e novos requisitos de trabalho (PIOLLI; SILVA; HELOANI, 2015). Desta forma, o trabalho docente inserido neste contexto cada vez mais rápido, mais tecnológico e mais flexível, produz cada vez mais novas formas de se relacionar com o mundo e com o trabalho.

No artigo de Rosenfield (2016), discute-se o significado das novas carreiras e percursos profissionais emblemáticos da Sociedade da Informação (CASTELLS, 1999), especialmente os novos contornos assumidos pela organização do trabalho por projetos e gestão de objetivos. Cabe notar na fala do professor os impactos sobre o trabalho docente e suas mudanças:

*[...] Eu tive excelentes professores na área de exatas e quando comecei não tinha muita tecnologia. Estou há 15 anos na sala de aula e com as tecnologias está tudo muito rápidos os processos. O trabalho docente está mais difícil, no sentido para chamar atenção para o aluno. Estou adaptando com técnicas como sala invertida, é muito trabalho, é um trabalho domiciliar, muita burocracia, muitas cobranças, iniciação científica e muita cobrança.*  
(PARTICIPANTE EXATAS 1, 2019)

O trabalho docente concebido como uma *unidade* é considerado em sua totalidade que não se reduz à soma das partes, mas sim em suas relações essenciais, em seus elementos articulados, responsáveis pela sua natureza, sua produção e seu desenvolvimento. A análise do trabalho docente, assim compreendido, pressupõe o exame das relações entre as condições subjetivas - formação do professor - e as condições objetivas, entendidas como as condições efetivas de trabalho, englobando desde a organização da prática, participação no planejamento escolar, preparação de aula; até a remuneração do professor. Estamos propondo, como sugere Vygotski (1993), uma análise do trabalho docente que considere as propriedades básicas em conjunto, articuladas, e não em elementos separados para uma posterior associação mecânica e externa (BASSO, 1998). Conforme as contribuições dos autores e relacionando com as falas

dos participantes podemos identificar essas mudanças do mundo do trabalho e suas influências na prática docente.

*[...] Eu me formei professora desde o início da minha trajetória docente eu procurei me especializar primeiramente fiz mestrado e fiz uma especialização em docência do ensino superior e depois o doutorado, tive disciplinas específicas como didática para melhorar minha atuação como professora. Para ser professor tem uma formação e eu busquei me qualificar, minha profissão me satisfaz, sou contratada período integral e exclusiva da universidade e me dá satisfação. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2, 2019)*

*[...] Na minha formação de filosofia, à docência sempre foi um caminho e é extremamente prazeroso, no sentido de que te permite o contato com a juventude e com a atualidade e isso sempre nos renova, é um modo de vida para compartilhar conhecimento e sempre um estudante aprendendo com você, e você aprendendo com a realidade deles, mas vejo uma transformação no aluno inserido em uma cultura midiática. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 1, 2019)*

Rosenfield (2011) destaca que o trabalho permanece como categoria de análise crucial na compreensão dos critérios morais que fundamentam as relações sociais na sociedade capitalista moderna. Na academia, o trabalho perde força como categoria de análise, enquanto a sociedade vivida continua sendo fonte de angústia e incerteza para aqueles que deles dependem (Honneth *apud* Rosenfield, 2011) busca redefinir o lugar da categoria trabalho no marco da teoria social, a fim de desvelar uma perspectiva de melhoria qualitativa do trabalho que não seja utópica. Para tal, pensa-se no trabalho como contribuição ao bem geral: o trabalho sendo o lócus da integração do indivíduo ao todo social e não somente meio de suprir as necessidades, articulando a abordagem do trabalho entendida como integração sistêmica (produtividade) com a do trabalho como forma de integração social.

Ao mesmo tempo em que a sociologia e a economia do trabalho discutem a mudança no perfil da força de trabalho e das novas exigências de formação, que apontam para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais em substituição a modelos de qualificação calcados no treinamento e na especialização, observa-se pouca atenção, por parte dos pesquisadores, ao movimento semelhante que ocorre no contexto escolar em todos os níveis (OLIVEIRA, 2004).

Nos relatos, os docentes surgem com discurso de uma docência atravessada pelas mudanças e necessidades de uma nova forma de atuar, de atualizações através de recursos midiáticos e de formações continuadas que contribuem para o processo de ensino e

aprendizagem, sendo este impactado pelas novas formas e exigências da dinâmica de produção da nova organização do trabalho.

Cabe ressaltar que as atividades docentes se veem duplamente atingidas pelas novas ordenações assumidas pelo Estado brasileiro e as decorrentes políticas implementadas para a educação superior: por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo – industrial, imerso numa nova organização do trabalho; por outro lado, o produto de seu trabalho, “força de trabalho competente” e “tecnologia e conhecimento científico”, são fundamentais na dinâmica do novo funcionamento socioprodutivo e também é afetado (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006).

Os professores encontram-se, assim, diante de uma nova ambivalência. Se por um lado as formas mais flexíveis e autônomas de organização de trabalho lhes trazem ganhos na autonomia e maior controle sobre suas atividades, por outro lado essa mesma organização lhes retira poder e controle como um grupo profissional, à medida que os demais sujeitos que participam da escola e do sistema se encontram agora investidos do poder de cobrar e exigir prestação de contas do que é produzido no ambiente escolar (OLIVEIRA, 2010). Esse processo de transformação constante e contradições podemos identificar nas falas dos participantes:

*[...] é essa modificação hoje em dia em sala de aula, apesar desse modelo tradicional, você está vendo aqui está em constante evolução, a gente pode usar dispositivos e recursos que não tinha. (PARTICIPANTE SAÚDE 1, 2019)*

*[...] são 25 anos mais ou menos que eu estou no magistério e houve uma mudança de modelos de comportamento, formas de comunicação, papel do professor. A gente enquanto professor tínhamos pouca fonte de pesquisa. (PARTICIPANTE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS 3, 2019).*

*[...] O professor tem que ter a capacidade de se relacionar bem com seus alunos, o professor que vai ser parceiro e mediar o conhecimento, já existe muita pressão na academia, minha atuação sempre foi essa. (PARTICIPANTE SAÚDE 3, 2019)*

Para Bosi (2007), o crescimento da força de trabalho docente foi e continua sendo marcado pela flexibilização dos contratos trabalhistas. São as possibilidades de contratações precárias, abertas por práticas constituídas à margem da lei ou mesmo por modificações na legislação trabalhista, que tem feito com que o número de docentes aumente, é nesse contexto que os docentes considerados trabalhadores “formais” começam a perceber o reflexo de tal

realidade, sem mesmo entender as formas atuais do seu próprio trabalho como expressão da dominação capitalista.

Dourado (2002) afirma que as novas tecnologias não se apresentam como simples veículos da ideologia dominante ou ferramentas de entretenimento puro e inocente. Pelo contrário, é fundamental compreender como ferramentas produzidas e apropriadas socialmente, uma vez que as novas tecnologias incorporam e disseminam discursos sociais e políticos, cuja análise e interpretação não são uniformes ou padronizadas, o que exige métodos de análises e crítica capazes de articular sua inserção na economia política e nas relações sociais em que são criadas, veiculadas e recebidas.

O produto do processo produtivo é utilizado pela sociedade, as estruturas sociais integram com estes processos determinando as formas de trabalho, as regras que determinam, apropriam e constituem novas formas que moldam as relações.

As exigências do mundo do trabalho requerem cada vez mais profissionais aptos para lidar com as TD, em suas variadas formas de acesso e de recursos. Demandam uma postura e um exercício permanente de abertura ao que é novo e ao que muda, de forma que os docentes se habilitem a entender a realidade e nela agir com a profissionalidade desejável e necessária. Isso para planejar e tornar seu trabalho mais interessante para os alunos, conseguir a atenção dos mesmos, motivá-los e envolvê-los no processo ensino aprendizagem. (CECÍLIO; REIS, 2016, p. 300).

Pensar no papel das novas tecnologias, nesse contexto, implica romper com a mística que acentua o papel das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como protagonistas sociais, remetendo ao necessário desvelamento do Estado em sentido amplo, entendido como espaço de luta política e expressão da condensação de forças entre sociedade civil e política, e de sua materialização no campo das políticas engendradas e materializadas pelo Estado na sociedade (DOURADO, 2002, p. 237-238). Na fala dos docentes percebe-se os desafios e mudanças traçadas pela sociedade tecnológica:

*[...] De quando comecei já mudou muito o trabalho docente, está tudo acelerado, a docência é pouco valorizada dentro da sociedade, pois se é a universidade que prepara os profissionais e nasce na relação aluno professor, o uso de tecnologias pra mim dentro da universidade é um desafio muito grande, alunos com perfis desafiadores que já estão pesquisando tudo que precisa na sala de aula. (PARTICIPANTE HUMANAS 2, 2019)*

*[...] Quando cheguei na universidade, tem 11 anos mudou muitos, os alunos são diferentes, muitas tecnologias e um novo espaço. Estar nesse novo espaço é gratificante para mim e vendo os alunos se desenvolverem, as iniciações*

*científicas. Eu ainda acho que preciso de formação mesmo tendo mestrado e fazendo doutorado. O professor dentro de sala de aula tem que ser outro e tentar não seguir o modelo antigo. (PARTICIPANTE HUMANAS 1, 2019)*

*[...] Sou professora desde os 14 anos, fui professora de inglês e não acreditava me tornar professora de medicina. Teve muita mudança, hoje preparo uma aula, separo textos e envio por Whatzapp, quando chego no ambulatório os alunos já estão sabendo o assunto. (PARTICIPANTE SAÚDE 2, 2019)*

Para Heloani e Piolli (2004, 2005), a questão da educação aparece, com frequência, ao lado da ideia de aquisição de competências que foram disseminadas pelos esquemas de avaliação individualizadas no âmbito das empresas e de seus novos instrumentos de gestão de pessoas. Essas noções passam a participar dos critérios modernos de avaliação e de manipulação da subjetividade que procuram identificar o potencial de “entrega” dos indivíduos aos objetivos organizacionais. Para maioria dos profissionais formados no nível superior, na era dos pós-fordismo e de seus mecanismos de exclusão, acentuam-se os dilemas e as angústias em torno das expectativas de construção e investimentos na carreira. O desencantamento e o sofrimento são frutos da defrontação com a realidade do mercado de trabalho, nesse sentido a identidade de muitos profissionais do ensino superior na atual realidade de mercado de trabalho pós-fordista está sendo carregada de angústias e auto-estima associadas ao sentimento do fracasso em relação a carreira ou ao exercício profissional o que parece cada vez mais evidente.

No estudo de Cunha (2009), afirma-se que precisamos assumir que a docência é uma atividade complexa, que exigem-se tanto uma preparação cuidadosa, como singulares condições do exercício, o que pode distingui-la de outras profissões, ser professor é ser múltiplo, pois a multiplicidade de saberes e conhecimento, que estão em jogo na sua formação, exigem dimensões de totalidade, que distancia da lógica das especialidades, tão presente em outras profissões, no exercício da docência exigem-se múltiplos saberes que precisam ser apropriados e compreendidos em suas relações. As ciências pedagógicas situam-se nesse contexto e só com essa perspectiva contribuir para formação de professores. Ainda com as falas dos participantes reafirma-se a ideia dos autores:

*[...] venho de uma formação totalmente presencial, é importante estabelecer laços com os alunos, eu vejo que meu curso especificamente como tem práticas laboratoriais o aluno tem que ir presencialmente, é muito rico, ver eles apaixonados e estar participando, e temos momentos de conversas e conhecer melhor uns aos outros. (PARTICIPANTE HUMANAS 3,2019)*

*[...] a mudança na área de tecnologia, foi uma passagem que eu vivi, e não vejo com maus olhos, desde que entrei para dar aula, já era para mim normal*

*quando entrei em 2007 para trabalhar já era EAD. A universidade está inserida no mercado e necessita de mudanças. (PARTICIPANTE EXATAS 2,2019)*

*[...] nesse período de 20 anos de carreira o trabalho docente mudou e a relação professor aluno e o uso de tecnologias. O perfil da escola mudou, da universidade. Na universidade tem mais estrutura e os professores estão empenhados em formações. Os alunos estão mudados estão muito digitais e virtuais e os professores tem que procurar ferramentas. (PARTICIPANTE EXATAS 3, 2019)*

As falas revelam os modelos que foram aprendidos em ser professor e o modelo que se deve aperfeiçoar, bem mais rápido e virtual, com muita oferta de cursos EAD. A atividade docente com estas mudanças invade o cotidiano não escolar dos professores. Nos momentos de lazer o docente muitas vezes busca atualizações para sua carreira e se adequem ao novo mercado das universidades.

Locatelli (2017) contribui com sua pesquisa que fala da crise da universidade, diversos são os estudos que se debruçam sobre essa temática, constatando tendências e manifestações que a expliquem. Além da crise financeira que parece se agravar mais recentemente, em grande parte, as discussões são pertinentes à relação da universidade com a sociedade, no tocante e seus objetivos, que saíram de uma perspectiva mais ampla direcionada ao bem comum da sociedade para uma finalidade voltada para o mercado. O resultado desse processo descrito pelos autores foi o crescimento vertiginoso do setor privado e o surgimento de um conjunto de normas avaliações e controles, que por diversos caminhos repercutiu nos acontecimentos da década posterior. De certa forma, foram essas iniciativas que impulsionaram o crescimento desse nível de ensino, mobilizando um grande contingente de professores que passaram a enquadrar nesse novo ambiente de trabalho (LOCATELLI, 2017, p. 79).

O predomínio das mudanças profissionais em função das tecnologias digitais, da cultura virtual, aponta para o seguinte: as tecnologias atingem a docência e reconfiguram, não apenas as práticas pedagógicas, mas também a forma de exercer o trabalho, a profissão e o próprio ser. Isto é cada vez mais visível em sua prática e implementação desses novos recursos e também nas pesquisas presentes nessa seção.

Nas análises das falas dos docentes participantes da pesquisa e da reflexão com as pesquisas/artigos apoiados dessa seção. Evidenciam mudanças e intensificação do trabalho docente, na medida que se exige de todos professores uma disponibilidade maior, para se adequar as tecnologias e a cultura virtual em geral. Compreende-se que existe uma necessidade

mercadológica em toda transformação dos processos de trabalho e das exigências de adequações mercadológicas existentes em nossa sociedade.

### 5.3 TRABALHO DOCENTE, CULTURA VIRTUAL E TRANSFORMAÇÕES

Trabalho docente, cultura virtual e transformações, nessa categoria os docentes têm opiniões diversas em relação a estas transformações da cultura virtual e seus impactos no trabalho docente. A opinião que prevalece que é a de que temos que acompanhar as transformações e que os impactos são mais positivos que negativos, pois as tecnologias podem auxiliar muito nos processos de ensino aprendizagem. Temos que aprender a usar as tecnologias e cultura virtual a nosso favor, o uso ainda está desenfreado e sem controle. Também nas entrevistas foram expressados uma característica sobre cultura virtual que pode ser preocupante, a ética no uso e o cuidado para a tecnologia não se tornar uma ferramenta de controle e poder.

Na sociedade globalizada ocorrem várias formas de interações através da cultura virtual e ciberespaços, a cultura se adaptou para um uso mais intenso de tecnologias. O trabalho docente e a educação também acompanharam essas transformações. Não se trata apenas de uma reconfiguração nos modos de fazer, de trabalhar. São novos modos de ser e de se comunicar, novos modos de pensar o mundo e de nele agir ou a ele responder. Portanto, é insuficiente discutir usos e apropriações, adotar posições pró ou contra as TD e modalidades de ensino por elas alteradas. Cabe compreender reconfigurações do trabalho e de subjetividades, trazidas pelo uso das TD, em suas diversas formas e intensidades (CECÍLIO, REIS, 2016, p.301).

Lévy (2014) diz que o mesmo movimento que torna contingente o espaço-tempo ordinário, abre novos meios de interação e ritmos das cronologias inéditas, cabe evidenciar a pluralidade dos tempos e dos espaços. Não é diferente na educação; são significativas as falas dos participantes:

*[...] A mudança no perfil do professor em relação professor – aluno, as tecnologias estão muito presentes, o celular hoje tem várias ferramentas que utilizam em sala de aula. A universidade está tendo uma transformação muito rápida e os professores estão empenhados em fazer pós-graduação, capacitação na área de tecnologias. (PARTICIPANTE EXATAS 3, 2019)*

*[...] As tecnologias elas ajudam muito, mas o mal uso dessas tecnologias, está levando para um homem máquina, nos cobrando e tendo que ter mais informação, mais formação. A angustia da sociedade é cobrada pelo seu desempenho. (PARTICIPANTE HUMANAS 3, 2019)*



*[...] as tecnologias também são ferramentas que podem nos auxiliar, mas a gente tem que saber usar e buscar o que faz sentido. (PARTICIPANTE HUMANAS 2, 2019)*

*[...] O impacto da cultura virtual no trabalho docente é direto, coisas impossíveis acontecem, eu posso passar uma transmissão ao vivo de um procedimento que o aluno pode acompanhar em tempo real. Essa facilidade é boa para o aluno e para o professor. Os alunos estão conectados e os professores que tem mais tempo de experiência ele vai mediar o conhecimento se precisar de uma interferência, mas usando as mídias. (PARTICIPANTE SAÚDE 1, 2019)*

Na fala dos docentes, a cultura virtual é central na vida do docente do ensino superior, expressa um prazer, necessidade de redescobrir no trabalho o prazer de construir a subjetividade utilizar novas técnicas, talvez seja um desafio aos mesmos. O trabalhador, conforme tem autonomia, pode desempenhar atribuições que invadem a vida privada e as tecnologias tem papel importante neste estreitamento da vida e trabalho.

Para Vieira Pinto (2005, p. 220), a “tecnologia” pode ser entendida como “o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento”. A tecnologia é apropriada pelas pessoas em determinado local e tempo. O autor assevera, ainda, que a tecnologia é a ciência da técnica e que “[...] a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 221).

A tecnologia que surge em determinado contexto e é posteriormente apropriada se torna, num segundo momento, resultado da intervenção do homem em função do contexto social e temporal em que vive. Logo, ao mesmo tempo em que a tecnologia transforma a sociedade, é por esta transformada, resulta dos diversos usos e aplicações que recebe. O trabalho promovido pelo uso intenso de artefatos digitais de telecomunicação, torna-se, portanto, aos olhos do docente, um paradoxo: se atende ou não um celular, responde ou não uma mensagem, seria mais ou menos competente na sua profissão docente? Ao mesmo tempo em que permite maior agilidade o aprisiona.

Num sentido de dualismo entre poder e alienação, “a internet é de fato uma tecnologia da liberdade, mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores de valor. Nesse sentido geral, a sociedade não mudou muito” (CASTELLS, 2003, p. 225).

Para Santos Neto (2018), se por um lado a internet opera como extensão das preocupações modernas para o controle social, por outro, em vez de ser uma ameaça para as

relações sociais, sem dúvida, aumenta suas chances de reestruturação em termos tempo-espaciais (HINE, 2004). A compressão do espaço e do tempo torna-se ao mesmo tempo uma “benção e uma maldição”. Por um lado, se torna possível, através da rede, do ciberespaço, estar em qualquer lugar ao mesmo tempo, por outro, numa visão marxista, o capital pode se apropriar desse mecanismo para estender o trabalho para locais e tempos não-laborais. “O emprego das chamadas tecnologias de informação e comunicação foi concebido quase como sinônimo de não trabalho, tal disjuntiva e mesmo antinomia que operava em relação à modalidade vigente de trabalho assalariado”. (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 8). Assim, acaba-se não compreendendo o trabalho on-line (extensivo ao tempo/espaço da escola) efetivamente como trabalho. Estes podem revelar que o professor além de cumprir o seu trabalho acadêmico, tem também que aprimorar sua prática, como pode-se analisar nas falas:

*[...] o lado bom é que quando utilizado para você buscar informações sobre o assunto e é dividido de forma bacana é uma coisa, é muito ruim quando o aluno tenta perguntar uma coisa pra te pegar no pulo, acho que pode ser um bode expiatório. (PARTICIPANTE SAÚDE 2, 2019)*

*[...] Eu estou com dificuldades de mudar em sala de aula, as influências são diretas da cultura virtual, mas estamos adaptando e usando o computador ali na sala de aula para auxiliar em buscas e soluções de problemas clínicos. Eles os aluno, tem a informação, mas não sabem discernir, aí eles têm o professor para ajudar. (PARTICIPANTE SAÚDE 3, 2019)*

*[...] O trabalho docente em sala de aula é um desafio, com essas novas tecnologias, elas trouxeram desafios, o aluno não está sozinho na sala de aula, tem o mundo em um aparelho celular que conecta ele a internet e não temos noção dessa conexão. O trabalho docente mudou muito pouco e ao longo dos anos mesmo com as novas tecnologias. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2, 2019)*

De um lado, o trabalho virtual dos docentes é importante para dar conta de suas atividades, porém, do outro, há uma sobrecarga de trabalho on-line, intensificando tais relações. A assimilação inconsciente disso faz com que se compreenda tal fato como um processo normal do trabalho. Este trabalho, se feito de forma não regulamentada e inconsciente, caracteriza-se como a expansão da jornada permitida pelo rompimento dos limites de espaço e tempo, amplia-se o tempo de trabalho em espaços diferentes daquele usual (ANTUNES, 2002).

Segundo Lévy (2014), um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as

mobilidades do estar junto, a constituição do “nós”, comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual.

Considera-se que a intensificação do trabalho docente ocorre, sobretudo, em função da compressão do espaço-tempo promovida pela utilização das TDIC. Outro ponto importante é a característica do trabalho docente, que se destaca pelo uso de tais tecnologias quando comparados a outras atividades, ou seja, o uso das TDIC é bastante frequente na atividade docente. Soma-se a isso o fato de que atividades associadas à educação a distância acabam por contribuir ainda mais com esse processo de intensificação, dada a “invasão” de espaços e tempos não-laborais promovida por tais tecnologias.

Para Lévy (2014), certamente nunca antes as mudanças técnicas, da economia e dos costumes foram tão rápidas e desestabilizastes, a virtualização constitui justamente a essência, a virtualização não é boa, nem má, nem neutra, ela se apresenta como o movimento mesmo do “devir outro”, ou heterogênese do humano. Os sistemas ditos de realidades virtuais nos permitem experimentar, além disso, uma integração dinâmica de diferentes modalidades perceptivas. Podemos quase reviver a experiência sensorial completa de outra pessoa. Essas mudanças são visíveis e significativas nas vivencias dos participantes da pesquisa:

*[...] a tecnologia é um aliado, porque realmente o aluno vive plugado, eles estão sempre conectados e usamos a tecnologia a nosso favor, busca aí, pesquisa aí. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 3, 2019)*

*[...] Os métodos antigos não atraem o aluno precisa se de inovações, o aluno não aguenta 20 minutos de explicação do modelo antigo. Tem que trazer vídeos aula, aulas que eles usam celular para trazer o aluno. (PARTICIPANTE EXATAS 1, 2019)*

*[...]Os aparelhos de telefone estão conectados em outros espaços, ao mesmo tempo que você está e atenção muda quando tem multitarefas, não se tem atenção para o que está fazendo. Estamos aprendendo e usar recursos tecnológicos dentro da sala. O grande problema é não ter foco. (PARTICIPANTE HUMANAS 1, 2019)*

*[...] Os novos alunos são cada vez mais fragmentados com relação ao conhecimento, as tecnologias fragmentam a consciência deles, estão fazendo multitarefas o tempo todo, isso dificulta um pouco essa capacidade de compreensão de leituras e conteúdo, exige uma certa paciência dos docentes, gera um pouco de ansiedade e o conhecimento ele se molda em uma temporalidade mais lenta, isso pra mim tem sido um problema muito grande. Eles têm uma urgência que não consigo, não sou capaz de dar a eles, essa urgência seria uma forma de construir um conhecimento consolidado e não superficial como eles buscam. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 1, 2019)*

Com o passar do tempo, os professores percebem que não há um caminho de volta quando se trata de cultura virtual, a vida está virtual ou você se adequa ou está fora, com esta sobrecarga muitos vão se desgastando físico e mentalmente, sobretudo porque as condições de trabalho docente são adversas em virtude de redefinições do papel do docente.

Para Teixeira e Beutler (2015), a virtualidade constitui o traço distintivo da nova face da informação que surge com as tecnologias digitais da informática e do ciberespaço. Levy (1996, 2014) afirma que a digitalização é o fundamento técnico da virtualidade e que ela não afeta apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, a economia, a sensibilidade e o exercício da inteligência (comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual).

Reorganizando os modos de ser, podemos concluir que os pares corretos de oposição seriam possível – real e virtual – atual. Os efeitos mais significativos do processo de virtualização é a alteração de como lidar com o tempo, a noção de tempo presente ganha pela primeira vez na história uma dimensão global (GALVÃO, 2017). A educação evolui para um modelo cada vez mais virtual e não são todos professores que veem dificuldades.

*[...] Em relação as avaliações, tivemos muitas mudanças, hoje estimulamos os alunos chegar no resultado refletindo não apenas por um caminho. Temos formação continuada, mercado se molda e nós temos que nos moldar através do querer, você tem que se ajustar. Em EAD se usa muito recurso tecnológico. Eu estou muito familiarizado com a cultura virtual, sempre esteve presente no EAD e a questão organizacional depende do professor para facilitar seu trabalho. (PARTICIPANTE EXATAS 2, 2019)*

Conforme apontam as análises dessa categoria, foi bem expressiva a interação entre os docentes as TD e a cultura virtual na universidade e no trabalho docente. As avaliações da pesquisa empírica e da pesquisa bibliográfica nessa seção consideram -se positivas pela maioria dos entrevistados, sendo que apenas um dos doze entrevistados comenta se sentir invadido pelas tecnologias. O participante narra dificuldades de se adaptar as novas tecnologias e cultura virtual (PARTICIPANTE SAÚDE, 3, 2019). Em suas práticas como professores do ensino superior, os mesmos admitem ter algumas dificuldades na interação com os alunos que tendem não saber utilizar os recursos midiáticos. O mundo virtual e todas suas possibilidades distanciam o aluno da sala de aula, mas ao mesmo tempo sabemos que pode ser um recurso de aproximação, tornando ambivalente de acordo com o uso. Embora a pesquisa bibliográfica apresente críticas em relação as tecnologias e cultura virtual, considerou-se pelos docentes da pesquisa que a tecnologia no trabalho é um complemento importante no processo de ensino-aprendizagem. No contexto da educação, é necessário, como já se abordou, a importância da

incorporação das TD e recursos midiáticos no trabalho docente, na infraestrutura da universidade, dos materiais e assim garantir adequação apropriada ao uso das tecnologias e através de formações e adaptações, para desenvolverem as inovações em seus conteúdos e práticas. Esses aspectos podem ser entendidos como um nível bom de apropriação pedagógicas da cultura virtual e TD, na condição da universidade pesquisada, revelando um processo de aprimoramento a ser potencializado dentro das universidades e no trabalho docente.

#### 5.4 TRABALHO, VIDA, SUBJETIVIDADE E SAÚDE

Trabalho vida, subjetividade e saúde, os docentes nesta categoria expressaram uma insatisfação pela falta de tempo e dos inúmeros papéis sociais e funções burocráticas que tem no dia a dia. Estes revelam que o professor além de cumprir o que lhe cabe na área acadêmica agora tem que exercer funções diferentes. Os sentidos subjetivos estão presentes nas falas e nas vivências do dia a dia somados a intensificação do trabalho e cobrança por produções. Conforme a análise das entrevistas tem falas comuns de professores, representam uma unidade integradora que é o amor pela sala de aula e o quanto é terapêutico o trabalho para os entrevistados. O trabalho docente ocupa-se e representa elementos emocionais, sociais e pessoais importantes na vida de todos docentes, é esta integração que define o sentido subjetivo e associação com elementos da saúde mental e física do docente.

Em uma revisão de artigos atuais, o Caderno de Saúde Coletiva, discute-se a saúde docente no trabalho e apresenta na investigação um crescimento do adoecimento docente no trabalho, destacando que poucas ações são desenvolvidas em relação às legislações e políticas específicas que privilegiem a saúde do professor, apesar do grande número de estudos relacionados a agravos à saúde docente. No artigo, analisam-se as publicações da Biblioteca virtual de Saúde em Psicologia (BVS-PSI) nos anos de 2003 a 2016, pesquisas relacionadas à saúde no trabalho docente. Os estudos evidenciam o adoecimento docente voltado à reorganização do trabalho docente e promoção de saúde do professor (CORTEZ; SOUSA; SILVA, 2017).

Para Dejours (1997), o sofrimento psíquico teria origem na mecanização e robotização das tarefas que se expressam por meio de um fazer ausente de sentido, determinado a priori, pela lógica de administração científica do trabalho. Assim, as pressões e imposições exercidas pelas organizações de trabalho, associadas as exigências de adaptação à cultura e valores organizacionais, levariam o trabalhador ao sofrimento e exaustão para atender a sobrecarga de trabalho própria do modelo administrado de trabalho. Piolli, Silva e Heloani (2015) consideram

as reformas educacionais, e a adoção de práticas e políticas centradas em metas e indicadores e suas implicações no cotidiano laboral de escolas e universidades públicas. Eles destacam na pesquisa metas do PNE (2014 – 2024), de modo a explicitar seu alinhamento às medidas e aos modelos de avaliação heterônoma. E apontam que esta aproximação das instituições educacionais à racionalidade instrumental contribui para a produção de conflitos, frustrações, sofrimentos e estresse e/ou adoecimento docente. Nas falas dos participantes conseguimos identificar o que a teoria afirma, como podemos analisar nestas falas:

*[...] Tem dia que chego em casa quero ficar caladinho e tenho certeza que é pelo meu trabalho. O trabalho sempre vivi em função da produção do trabalho. A saúde mental e física afeta, eu não tenho tempo para poder ter uma atividade física, o trabalho ocupa muito da minha vida, a família é um dos pilares da minha vida e tenho que deixar de lado para tentar melhorar, fazer um curso para melhorar o trabalho. (PARTICIPANTE EXATAS 1, 2019)*

*[...] A falta de estrutura, não ter um exame, o suporte, interfere na saúde mental, pois deixa a gente bem frustrada, você quer investigar uma patologia e não tem recurso, você perde a motivação e fico abalada emocionalmente. Sei se tivesse o recurso poderíamos ajudar o paciente. (PARTICIPANTE SAÚDE 2, 2019)*

*[...] Eu mudei muito, estava me dando cirrose sem beber, hoje eu estou me cuidando, me organizando, perdi peso, tenho meu momento de me cuidar dentro da minha rotina e isso influencia no meu trabalho e saúde em geral. (PARTICIPANTE EXATAS 2, 2019)*

Essas falas se mostram carregadas de significados subjetivos produzidos nas vivências de ser docente, a constituição do ser docente é então influenciada por sentidos subjetivos relacionados aos espaços sociais, família e sociedade. Neste sentido, os cuidados com o corpo e mente do trabalhador refletem no plano emocional e subjetivo do docente, causando riscos à saúde mental dos trabalhadores.

Vasconcelos e Faria (2008) dizem:

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2001), os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho são resultado de contextos de trabalho em interação com o corpo e o aparato psíquico dos trabalhadores. Entre os contextos geradores de sofrimento estão: (a) a falta de trabalho ou a ameaça de perda de emprego; (b) o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não reconhecido; (c) situações de fracassos, acidente de trabalho ou mudança na posição hierárquica; (d) ambientes que impossibilitam a comunicação espontânea, manifestação de insatisfações e sugestões dos trabalhadores em relação à organização; (e) fatores relacionados

ao tempo, o ritmo e o turno de trabalho; (f) jornadas longas de trabalho, ritmos intensos ou monótonos, submissão do trabalhador ao ritmo das máquinas; (g) pressão por produtividade; (h) níveis altos de concentração somada com o nível de pressão exercido pela organização do trabalho e (i) a vivência de acidentes de trabalho traumáticos. Embora a presença de sintomas se mostre como condição necessária para detectar uma doença mental, sua ausência não significa a constatação de Saúde Mental. Portanto, é preciso ir além da aparência do fenômeno para que se possa "escutar" o mal-estar, o sofrimento no qual ainda não há doença manifesta. Dessa forma, esta pesquisa propôs-se a escutar o sujeito trabalhador e sua concepção acerca da Saúde Mental, através de sua própria relação com o trabalho e com a organização (p. 455).

Esta contribuição do participante deixou clara a integração do trabalho subjetivo:

*[...]O aspecto subjetivo do trabalho é a imaterialidade, pois eu chego em casa e vou pesquisar alguma coisa do trabalho, tem um aceleração de informação que afeta a saúde mental. Não dar tempo de fazer outras coisas, mas é uma característica global. (PARTICIPANTE SAÚDE 1, 2019)*

Vasconcelos e Faria (2008) continuam dizendo:

Chama atenção igualmente que, além da vigilância da própria organização, há uma vigilância entre os próprios colegas de trabalho que controlam e delatam aqueles que fogem da regra. A cooperação é prejudicada, pois os funcionários assumem a ideologia organizacional do vigiar, identificando-se com o agressor como uma defesa contra a angústia, contra o reconhecimento do seu próprio sofrimento. O controle interpares é da ordem da vigilância, mas é também da lógica da punição pelo desencadeamento de micropenalidades subliminares. Os discursos revelam a insatisfação com o outro quando este não se enquadra no padrão. Este outro é tomado como detentor de privilégios se não há controle, e a organização acaba sendo percebida como não sendo uma instância de punição. Nesse caso, os chefes são identificados como não sendo suficientemente isonômicos e justos. A vigilância interpares é revelada nos discursos como uma espécie de "fazer justiça com as próprias mãos", agir em nome das atitudes unificadas e padronizadas (p. 458).

As pesquisas mais recentes analisadas neste artigo de revisão buscam articular aos achados sobre saúde docente ao meio que são produzidos, compreendendo a saúde do trabalhador como um processo biopsicossocial. Considerando-se um retrato geral da saúde do trabalho docente, é possível inferir o seguinte quadro: a intensificação da jornada de trabalho, e as desarticulação das políticas que legislam sobre o tema perpetuam a construção de um ciclo de adoecimento físico e mental, que implica sofrimento desestruturação psíquica. Espera-se que por meio dessa síntese, gerada no presente estudo, reafirmar a necessidade de pesquisas sobre o tema capazes de produzir conhecimento para o aprimoramento das condições de saúde dos

professores de forma geral, afinal, pelos elementos apresentados nesse estudo, há indícios de que o adoecimento físico e mental dos professores decorre de condições de administração do trabalho e promoções de saúde insatisfatórias no contexto atual e apresentam -se como questões relevantes no âmbito da saúde coletiva (CORTEZ; SOUSA; SILVA, 2017).

Para docentes que atuam em IES, a intensificação das exigências por geração de conhecimentos, formação profissional de qualidade e produção de novas tecnologias para o país se consolidam como tarefas adicionais a esses profissionais. O processo de saúde e adoecimento dos professores universitários deve ser entendido como um intrincado fenômeno sistêmico: cada vez que um dos componentes sofre alteração, esta repercute e atinge os demais fatores, desencadeando um processo para buscar um novo equilíbrio do sistema (LEITE, 2006). Os docentes afirmam nas falas a inter-relação constante dos espaços de trabalho suas organizações e seus reflexos em suas subjetividades:

*[...] Difícil falar disso, tem alguns alunos que nos testam e tive situações de pais de alunos que foi agressivo, esse tipo de situação mexe com a gente e deixa a gente nervoso. Ter que bancar conversas difíceis desgasta. O trabalho ocupa muito na minha produção de vida e tento me adaptar, me cuidar e equilibrar carga horária. Mas mesmo em um dia difícil sentimos que produzimos e ajudamos alguém. (PARTICIPANTE HUMANAS 2, 2019)*

*[...]às vezes tem muitas demandas e nossas particularidades como eu que tenho um nível de exigência de querer fazer o melhor, toma muito tempo e tem que ser bem organizado, pois o tempo as vezes não é suficiente para conciliar todas atividades de trabalho e vida pessoal e esses momentos de não dar conta de tudo me geram momentos depressivos um impacto direto na saúde mental. (PARTICIPANTE HUMANAS 3, 2019)*

Segundo Silva (2017), além dessas formas de adoecimento são mencionadas, nas narrativas e nas histórias de adoecimento apresentadas e discutidas no corpo do estudo, outras modalidades de sofrimento psíquico: condições de trabalho precárias, rebaixamento da imagem social do docente, relações desgastadas com a gestão, percepções da doença do professor, falta de reconhecimento, contradições entre exigências profissionais e realidade de trabalho, sentimentos de frustrações entre a idealização do trabalho docente e suas reais condições de realização. Esse conjunto de fatores citados nos relatos docentes, imbricados nas vivências sociais, subjetivas e familiares aparecem como prováveis dimensões desencadeantes de sofrimento e de adoecimento para os docentes investigados.

Silva (2017), para dar conta de tal problematização, dialoga-se com autores da sociologia/antropologia da saúde e da doença e com autores que discutem trabalho e doença;



precarização do trabalho docente; captura da subjetividade através dos modelos contemporâneos de gestão do trabalho e suas repercussões nos processos de subjetivação e do adoecimento do trabalhador e, mais especificamente, do profissional docente.

Barros (2004) e Santos e Silva (2011) apontam as lacunas entre o trabalho prescrito e o trabalho real, salientando que é nesta brecha que se desenvolvem as vivências subjetivas e intersubjetivas no trabalho. Contudo, o acesso a estas vivências somente é possível através da fala dos trabalhadores sobre suas atividades, pois o especialista em termos do trabalho e é o próprio trabalhador.

Para Deleuze (1992) a escola, assim como todos os meios de confinamento e a sociedade como um todo, estão em crise, pois estamos vivendo a passagem da sociedade disciplinar para sociedade controle. Na sociedade de controle há velocidade, simultaneidade, flexibilidade, falta de rotina e volatilidade. Aquele modelo de educação tradicional, que herdamos, não serve mais às necessidades da nova sociedade (SANTOS; SILVA, 2011).

Deleuze traz justamente a descentralização da noção de subjetividade, antes comumente considerada um produto exclusivo de uma instancia psíquica ou individual, em favor de uma perspectiva coletiva, assim como as instituições no macro sistema ressoando nos micros sistemas. A subjetividade constitui-se na singularidade de um tempo intempestivo. Não trata apenas de uma singularidade atribuída ao sujeito, mas do desenrolar do tempo nos fenômenos relativos à vida (GUATTARI; NEGRI, 2016). Segundo Guattari e Rolnik (1986), a produção de subjetividades pelo capitalismo mundial interligado é em série, normalizada e centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei maior. Ao pensar relação entre subjetividade e trabalho, precisamos nos remeter à análise de como os sujeitos ocupam posições em um determinado campo de prática. Para Nardi (2002), o trabalho é entendido enquanto um campo onde a subjetividade capitalística se renova, se modifica, se cristaliza e provoca resistência (SANTOS; SILVA, 2011).

Dejours (1992), as condições do trabalho têm como alvo o corpo, enquanto que a organização do trabalho atinge o funcionamento psíquico. A organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental dos indivíduos, o que torna as organizações como parte da saúde mental de seus integrantes. De acordo com dados divulgados pela Fundacentro (2007), entre 2000 e 2005 foram registradas 144.789 doenças relacionadas ao trabalho e pesquisas do Laboratório de Saúde do Trabalhador da Universidade de Brasília demonstram um aumento de 260% do número de afastamentos por doenças mentais entre os anos de 2000 a 2006 (VASCONCELOS; FARIA, 2008).

A maioria dos entrevistados na pesquisa de Vasconcelos e Faria (2008) relacionou saúde mental a um equilíbrio psicológico em função de: conforto para trabalhar, tranquilidade para trabalhar, volume de cobranças razoável, trabalhar sem medo, fazer o que gosta, fazer o que gosta e não estar esgotado. Outros entrevistados relacionaram a Saúde Mental mais especificamente a questões dos relacionamentos com colegas, clientes e na relação hierárquica e apenas dois indivíduos relacionaram Saúde mental no trabalho a atitudes do próprio indivíduo. Apesar de respostas diferentes em relação ao conceito de Saúde Mental, todos afirmam que o trabalho pode influenciar, prejudicar ou aumentar o sofrimento e possíveis adoecimentos mentais ou psicossomáticos. Nas entrevistas, os participantes deixam claro a importância do trabalho nas suas vidas e o significado deste na produção de subjetividade e saúde mental:

*[...]eu já entrei muito pra sala de aula arrebatada emocionalmente, e é difícil mesmo, mas a hora que eu estava lá dando a aula esqueci dos meus problemas. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 3, 2019)*

*[...]hoje meu trabalho é tudo para mim esses dias por exemplo eu estou com problema de coluna e estou afastada, parece que fico fora da história, do mundo, assim meu trabalho me liga com o mundo, meu trabalho me constituiu como sujeito, trabalhar com jovens da uma sensação que não percebo que envelheço. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2, 2019)*

*[...] posso dizer que hoje meu trabalho é a coisa mais importante da minha vida, se eu não tiver bem nas minhas relações, não consigo oferecer um trabalho de qualidade, tem que ter equilíbrio. (PARTICIPANTE SAÚDE 3, 2019)*

Lemos (2007, p. 257) afirma que “vai se configurando um quadro que apresenta a Universidade e o ensino superior como submetidos à mesma lógica da reestruturação produtiva que se deu ao mundo do trabalho dentro das empresas”. Pode-se acrescentar, adotando um modelo de organização do trabalho que associa o discurso da flexibilização com a rigidez das metas de produtividade, indicando uma clara inspiração toyotista (BERNADO, 2009; 2012). Quebrar estes modelos, sugere necessidade de consciência e este participante traz esta reflexão em sua fala:

*[...] Minha produção de vida de saúde, de subjetividade é justamente desconstruir, duvidar o tempo todo, daquilo que eu assumo como minhas crenças, produzindo multiplicidades do pensamento quebrar o binarismo do ponto de vista ético, estético e político. Para visualizar realidades diferentes d afetos que se multipliquem, sentir essa desconstrução que produzo me traz saúde, eu gosto desse processo, é um prazer produzir a partir da realidade do*

*outro, me permitindo produzir realidades e subjetividades.* (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 1, 2019)

A precariedade subjetiva vivida pelo docente universitário na atualidade, deve-se lembrar, que caracteriza um momento como um processo social e historicamente definido, pode levar ao desgaste mental (Seligman-Silva, 2011) e, conseqüentemente, afetar o bem estar e a saúde dos professores, bem como a qualidade do seu trabalho (BERNARDO, 2012).

A mobilidade da subjetividade, do corpo e da intersubjetividade é uma contribuição individual e coletiva para a organização real do trabalho. Como nada está garantido de antemão, lidar com o real do trabalho traz sofrimento, mas esse sofrimento pode se converter em sofrimento patogênico ou em gratificação. Para que o desfecho seja favorável é necessário o resultado que o resultado do trabalho encontre reconhecimento. A ausência de reconhecimento abre um campo para a descompensação psicológica (PEREIRA, 2011).

Para Dejours e Molinier (2008), o trabalho é fortemente marcado por uma ambivalência entre não poder viver sem o trabalho e o trabalho me impede de viver, esses dois aspectos de prazer- sofrimento afirmam a centralidade, pois essa é percebida na construção da identidade, na realização de si mesmo e na saúde mental, ou mesmo na saúde somática. O trabalho é gerador de saúde ou, ao contrário um constrangimento patogênico. O trabalho jamais é neutro, considerando desse ponto de vista, contribui para desestabilização e empurra o sujeito para a descompensação (PEREIRA, 2011).

O trabalho, mesmo alienado, é frequentemente menos deletério que a privação de trabalho. E se examinarmos ainda mais minuciosamente a contradição, encontramos situações em que o trabalho, mesmo dominado, aparece como meio de realização de si e como mediador da emancipação do sujeito (DEJOURS, 2008, 2015). O significado de trabalho vem impregnado de crenças, valores e modos de viver e assim alguns participantes se expressaram que:

*[...] Eu sinto que hoje esqueço com mais facilidade, não pratico exercício, trabalho das 7 às 10 da noite todos os dias e sábado de manhã. Então a gente acaba sendo escravo do trabalho, tenho medo de pedir exoneração e não dar para sustenta a família. Fica essa luta diária consigo mesmo, será que vale a pena? Nessa relação de escravidão a saúde mental e física fica ruim tem impacto direto na produção de vida.* (PARTICIPANTE EXATAS 3, 2019)

*[...]Eu preciso trabalhar e acho que estou sabendo lidar de forma saudável e organizada, precisa de disciplina para cumprir as obrigações do trabalho e de casa. Minha profissão é muito importante meu trabalho, mas ele não é prioridade, a minha prioridade é a minha família as minhas relações são em primeiro lugar, para eu estar bem no trabalho, preciso estar bem em outras*

*dimensões para meu trabalho ser bom, oferecer um trabalho de qualidade tem que ter equilíbrio.* (PARTICIPANTE HUMANAS 1, 2019).

Conforme refletimos nessa seção a satisfação e o prazer no trabalho docente estão relacionados tanto com os aspectos pessoais, quanto a aspectos da nossa cultura, e também com aspectos ligados a escolhas e formas de ser e perceber o mundo bem pessoais.

Cabe ressaltar de acordo com as falas dos docentes e com a articulação da teoria, foi exposto que os professores entrevistados demonstram estarem submetidos a uma carga psíquica intensa relacionada a precariedade subjetiva que provoca um desgaste mental. Pode-se afirmar que os docentes parecem estar sujeitos a carga de trabalho intensas. Nas falas de professores entrevistados, as cargas mais destacadas são as relacionadas ao desgaste da mente e do corpo, o modelo de organização de trabalho afeta diretamente os docentes, o desgaste mental é evidenciado nas falas dos professores mesmo que mascarado pelo prazer de ser professor e estar em sala de aula.

Nas narrativas de todos entrevistados indicam que eles têm consciência dos excessos que todos são submetidos, independente dos tipos de contratos, da carga horária e do tipo de vínculo. É interessante pensar que a consciência de alienação dos docentes parece gerar mais sofrimento do que as mudanças do trabalho em si. A produção de subjetividade na vida acadêmica dos docentes é restrita e afeta diretamente a saúde mental, mas não só, afetando também a saúde física dos docentes.

Pode-se afirmar que o trabalho docente impacta diretamente a produção de subjetividade e saúde mental de professores do ensino superior, pois o trabalho, como processo incessante da produção, não é só o homem, sujeito da cultura, que produz e transforma a natureza. O consumo e o registro determinam no seio da própria produção, o capitalismo global tende a investir nisso, ele se expande sobre este novo registro da produção que é a própria vida.

## 5.5 TRABALHO DOCENTE E RUMOS DA EDUCAÇÃO

Trabalho docente e rumos da educação, transformações da educação no ensino superior, é uma outra categoria de análise. As falas dos professores revelam que existe uma compreensão da nova organização do trabalho, seus significados e como esses modelos são implantados no cotidiano, muitas vezes o impacto é direto modificando a percepção dos participantes, a função do ser professor, o fazer docente. Os docentes investem na sua formação e se empenham para se adequar as mudanças no mundo do trabalho. As vezes os investimentos feitos para se

aperfeiçoar, não são valorizados e reconhecidos. O trabalho docente causa impactos na vida de cada professor e nas falas revelam significados subjetivos importantes que são incorporados, modificados e perpetuados durante a sua trajetória como pessoa e profissional.

É preciso partir do pressuposto que o trabalho docente na universidade é realizado com base nas relações políticas e sociais constituídas e possui grande número de singularidades, o fato de que a educação é ao mesmo tempo emancipação e alienação e necessita saber o que os professores estabelecem com as demandas de tecnologias, cultura virtual e as percepções envolvidas e seus reflexos no trabalho e nas instituições.

Segundo Kenski (2014), para acompanhar o ritmo de mudanças e as especificidades da sociedade tecnológica contemporânea, o processo educacional realizado na IES precisa ser reestruturado em todas as suas instâncias. É fundamental que se proponha-se inovação no ensino superior com uso de tecnologias. Nesse sentido, os desafios são de se pensar como adequar o ensino superior de qualidade com possibilidades cada vez mais amplas das TICs. Os entrevistados destacam em suas vivências a importância de lidar com as inovações, as respostas dos participantes nessa seção são bem diferentes, mas com pontos de semelhança, estas falas sugerem isso:

*[...] eu acredito que uma integração da tecnologia a competência humana agregada a competência técnica, vai fazer com que os processos de aprendizagens atinjam níveis muito avançados, acredito na integração, nossa função é estar presente mesmo no processo virtual. (PARTICIPANTE HUMANAS 1, 2019)*

*[...] A presença do professor é indispensável, o professor sempre vai ser o facilitador, mesmo com inteligência artificial. A máquina não dá conta disso. Cada aluno aprende de um jeito e é o professor que consegue saber como vai lidar com a aprendizagem do aluno. Gostar da profissão é um ponto positivo e estar na presença dos alunos e as burocracias tomam conta do tempo. Tinha que ter mais incentivo e ser professor é gostar da profissão. (PARTICIPANTE EXATAS 1, 2019)*

*[...] Os rumos são preocupantes, realmente a gente ver o mundo se tornando robotizado, o trabalho docente está caminhando para ensino híbrido, que significa não ser o ensino totalmente à distância e ter momentos presenciais, pois estão vendo a importância dos momentos presenciais. Eu venho de uma formação totalmente presencial e vejo a importância de estabelecer laços com os alunos, é muito rico estar presentes trocando experiências. (PARTICIPANTE HUMANAS 3, 2019)*

Fortalecer a formação crítica e reflexiva dos sujeitos viabiliza práticas e interações sociais que geram atitudes existenciais mais criativas, singulares capazes de pôr em questão comportamentos que determinam a constituição regressiva subjetiva. Neste sentido, a saúde mental contempla também o desenvolvimento da capacidade crítica dos sujeitos.

Para Vilela (2017), a universidade vem enfrentando um grande problema de formação, visto que os novos professores universitários são, em sua maioria, bacharéis, ou seja, não tiveram formação acadêmica que oportunizasse conhecimentos didáticos e pedagógicos. Além disso, muitas vezes aqueles docentes licenciados também consideram que a formação na graduação e pós graduação não garante os saberes didáticos-pedagógicos. Compreende-se que espaços formativos propiciam a reflexão crítica dos docentes. Além disso, os próprios professores manifestam a necessidade destes espaços pelas constantes mudanças no mundo e da docência, levando em consideração também a evolução da educação a distância ou EAD. Eis o que contribuem os participantes entrevistados:

*[...] A forma do professor dar aula está sempre mudando, tem sempre uma cabeça pensante de trás de tudo, mesmo nas modalidades virtuais, o professor tem que estar sempre estudando, se atualizando pois o mercado está cada vez mais competitivo. (PARTICIPANTE EXATAS 2, 2019).*

*[...] tem uma geração muito interessada e comprometida, atualizada e isso exige da gente também aperfeiçoamento para acompanhar e quando você compartilha você aprende e precisa estar aberta para receber o que essa dinâmica e com essas diferenças. (PARTICIPANTE SAÚDE 3, 2019)*

*[...] O trabalho presencial vai diminuir, hoje já está acontecendo, pois se um professor demora uma semana para dar um conteúdo, ele pode gravar 5 vídeos e o aluno assiste esse vídeo em casa, no trabalho, a gravação fica no banco de dados por muito tempo e pode passar o conteúdo para muitas turmas. (PARTICIPANTE EXATAS 3, 2019).*

O trabalho docente no ensino superior exige, além dos conhecimentos específicos da área científica na qual o professor atua, sólida formação teórico-pedagógica. É preciso combater, com uma docência da melhor qualidade que se materializa no momento da aula, a já disseminada ideia sobre o trabalho do professor, muito presente no imaginário social, de que não é necessário possuir conhecimentos e habilidades pedagógicas para ser professor no ensino superior (MAGALHÃES, 2013). Os docentes tem que se adequar as mudanças das universidades, a inserção das tecnologias acelera estas mudanças, os docentes se adequam para melhor ajudar os alunos no processo ensino aprendizagem, mas o ser professor. Sua presença ainda é a mais importante na vida acadêmica como relatam os participantes nestas falas:

*[...] A geração de hoje não sabe porque estão estudando, o saber é superficial, conhecimentos superficiais as tecnologias podem ajudar e podem atrapalhar no processo de aprendizagem. Tem um ponto negativo é a exposição, hoje temos que ter cuidado no que falamos, pois pode estar descontextualizada alguma frase e pode ter exposição do professor, são ferramentas que podem ajudar e fazer bom uso. (PARTICIPANTE HUMANAS 2, 2019)*

*[...] O professor sempre vai ser aquele que dá a mão, ensinando o aluno desenvolver, tem uma sensibilidade e é impressionante ver o aluno se desenvolver e saber que se precisar o professor vai te ajudar, o professor tem que ter amor e dedicação para ajudar a sociedade. (PARTICIPANTE SAÚDE 1, 2019)*

Um aspecto importante a ser considerado é que a educação e o trabalho docente não se objetivam completamente, pois é impossível dar à ideia de formação o mesmo sentido que se dá à ideia de produto. Essa contradição acaba gerando uma outra: a educação e o trabalho docente nunca são completamente objetivados, mas, como vimos, tendem a ser produzidos e controlados como se fossem mercadoria, o que diminui o grau de autonomia do professor e em consequência, afeta as condições de realização do trabalho (MAGALHÃES, 2013).

Para alcançar o mundo e responder aos anseios da sociedade contemporânea, a universidade precisa, em primeiro lugar, resolver muitas de suas rupturas internas, ou, ao menos minimizá-las criar uma cultura de colaboração e parceria entre as áreas, modalidades e ações de ensino, pesquisa, gestão e extensão é apenas o primeiro passo. As tecnologias digitais de informação e comunicação podem facilitar muito esse caminho de integração e intercomunicação entre os acadêmicos, em vários sentidos. A vontade e a força política para que isso ocorra depende das pessoas envolvidas (KENSKI, 2014). Diante desta realidade sobre a profissão docente, podemos dizer que há uma configuração de crise da profissão, exige-se que o docente seja polivalente, inovador e que se envolva físico, emocionalmente e cognitivamente com o desempenho de suas funções e nem sempre é valorizado por estas características que fazem o professor estarem sempre em reflexão sobre suas práticas. Nas falas dos docentes podemos analisar estas afirmações:

*[...] Aqui no Brasil a gente não respeita a figura do professor como em outros países, isso é cultural, a figura do professor precisa de respeito. (PARTICIPANTE SAÚDE 2, 2019)*

*[...] Então a formação para cidadania é fundamental, ser docente não é fácil tem que ter vocação e não achar que a docência é um sacerdócio, se você*

*escolhe ser professor, você se formou professor e precisa de técnicas, é uma profissão muito bonita e nunca vai deixar de existir, embora seja desvalorizada. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS 2, 2019)*

*[...] a classe professor, eu acho que eles tem que se unir todos os níveis de ensino que se sente como mero reprodutor, com baixas remuneração e não políticas de identificação onde o professor tá sendo visto como inimigo, é preciso confrontar essas visões, a gente se defender o nosso ponto de vista e defender a importância do professor, isso vai depender do campo de articulação política dos professores. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 1, 2019)*

Os professores do ensino superior sugerem uma ampliação de práticas que possam favorecer o ensino e a aprendizagem dos alunos. Estas práticas desenvolvidas por eles, formativas, percebe-se um consenso dessas influências novas em suas práticas tradicionais adaptadas as tecnologias e cultura virtual.

Segundo Vilela (2014), os investimentos em ações formativas para docentes universitários é uma demanda no contexto atual, e as instituições de ensino superior devem priorizar o fortalecimento das políticas institucionais que priorizem espaço - tempo de reflexões crítico colaborativas sobre a prática pedagógica tendo em vista assegurar continuamente os processos de profissionalização docente. Sobretudo, tendo como escopo os compromissos sociais das instituições de educação superior com o desenvolvimento humano de todas as pessoas nelas envolvidas. Como afirma esse participante:

*[...] só o conhecimento técnico, não vai em lugar nenhum, temos que desenvolver a sensibilidade de entender o outro, suas dificuldades e a cultura virtual é um caminho sem volta, temos que desenvolver um olhar diferente, vamos evoluir apenas se tivermos dispostos a mudar o olhar, respeitando as diferenças, para se aprender tem que ensinar a diferença e já é muita coisa. (PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS 3, 2019)*

Sabemos que as mudanças nas formas como o professor avalia e realiza seu trabalho não decorrem apenas de mudanças conceituais e teóricas, mas são as bases sobre as quais um outro tipo de pensamento e de prática poderão ser construídos. Ter o pleno domínio do conteúdo da(s) disciplina(s) que ministra não é suficiente para a realização de uma prática pedagógica universitária de qualidade. Por outro lado, a docência universitária não se resume à aplicação de técnicas e de recursos didáticos, com ênfase nas tecnologias dos dias atuais. Articular o conhecimento científico e didático ao conhecimento dos processos de aprendizagem e esse conjunto as concepções mais amplas e críticas de sociedade, homem e conhecimento, nos coloca para a docência universitária (MAGALHÃES, 2013).



Nas análises e reflexões dessa categoria mostram que os docentes do ensino superior revelam que a educação está passando por um momento de mudanças profundas, compreendendo -se que as aprendizagens e as utilizações pedagógicas em sala de aula precisam ser ampliadas. Todos os participantes mencionaram significativos desejos de se investir nas inovações tecnológicas e também em mais qualificação e formações para aprimorar as suas práticas. Levaram em consideração a aceleração da cultura virtual e manifestaram a importância de atualizações e a integração do homem e as tecnologias agregada a competência técnica dos docentes do ensino superior, que caminha para uma virtualização muito presente nas práticas dos professores.

Não podemos avaliar nesse momento os efeitos que a cultura virtual e as tecnologias vão causar em um futuro. O que sabemos e vivenciamos é um uso mais intenso e mais presentes em nossas vidas. Apesar da maioria dos docentes manifestarem a necessidade de se adequar ao novo mercado de trabalho cada vez mais virtual e tecnológico, alguns em especial comentaram sobre a importância da presença humana do professor, alguns manifestaram o medo desse processo de virtualização e verbalizando a tendência do ensino-aprendizagem ser superficial e perigoso para as formações do ensino superior. Não se demonstrou na pesquisa diferença de uso de tecnologias entre as áreas do conhecimento, e o uso de tecnologias nas suas práticas, pelo contrário, todos participantes fazem uso intenso de recursos tecnológicos mostram-se familiarizados com o uso e apropriação destes na prática pedagógica.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo transitou por muitos conhecimentos como trabalho, trabalho docente, cultura virtual, subjetividades, saúde mental e docência universitária. Esse fragmento é importante e merece ser investigado porque tais fenômenos abordados na pesquisa podem influenciar no desenvolvimento de doenças, desempenho insatisfatório, abandono de profissão e outros. Assim, sabe-se como a organização do trabalho docentes em instituição privada de ensino superior; e quais as condições que mais afetam os professores e suas opiniões e histórias sobre sua vida acadêmica resultou nessa pesquisa.

As pesquisas acadêmicas sobre esse tema são vastas, existem muitos estudos em relação ao trabalho, trabalho docente e as mudanças do mundo do trabalho. Mostram-se que não se é raro as manifestações e os impactos nas subjetividades e saúde docente e que tem a possibilidade de se manifestar nas dimensões físicas e psíquicas das pessoas. A influência da cultura virtual e suas características específicas, é que causam nos sujeitos, nas subjetividades produzidas como desejos, pensamentos, sentimentos, ações, modos de relação consigo mesmo e com o social e mundo.

Sobre a natureza do trabalho docente este é reconhecido pela sua imaterialidade. Os docentes pesquisados afirmam ser um trabalho intelectual. Este é um dos aspectos, pois o trabalho intelectual pressupõe a imaterialidade por envolver sentimentos, afetos, conhecimentos, conceitos, não podemos esquecer que a força de trabalho pode ser comprada como mercadoria, isto não se aplica totalmente ao trabalhador docente. A imaterialidade também foi confirmada pelos docentes pesquisados; como o trabalho de pesquisa extraclasse, preparação, planejamento, elaboração, correção de atividades, atualizações e formações. Este tempo investido as vezes não aparecem em jornadas fixas de trabalho e de materialidade mensurável, mas pode ser uma característica de trabalho precarizado e flexível.

A flexibilidade, introduzida no mundo do trabalho pela reestruturação produtiva, traduz-se nas exigências referidas pelos docentes, quanto o acúmulo de atividades e atribuição assumidas, além de alta pressão por resultados, agilidade e adaptabilidade, para acompanharem e saber ligar com as transformações relacionadas a entrada das tecnologias digitais e cultura virtual. As mudanças do mundo do trabalho afetam diretamente as formas de trabalhar e produzi, o desempenho sofre pressão, instabilidades dos empregos, exigências de polivalência funcional, habilidades novas são relatadas e são constatadas nas falas dos professores entrevistados ao se referirem ao aumento da jornada de trabalho, e o levam a trabalhar e produzir cada vez mais. O capitalismo flexível se faz mais visível e presente à medida que se espera do

professor ser mais ágil, produtivo, flexível e apto as mudanças, inclusive compreender e agir diante delas mostrando interesse aberto e capacidade técnica.

Nas entrevistas realizadas com docentes no ensino superior, as condições de trabalho são permeadas por vínculos de trabalho e quando questionei na entrevista sobre condições de trabalho, saúde e vida, a maioria dos docentes entrevistados relata ser suficiente o tempo de descanso e de férias, e alguns ainda relatam ir trabalhar mesmo estando de atestado. Na fala dos docentes nota-se que experimentam um conflito entre entender o que está passando do ponto e o fazendo sofrer e o que está saudável.

Os docentes mostram ter consciência dos excessos que todos são submetidos, independente dos tipos de contratos, da carga horária e do tipo de vínculo. É interessante pensar que a consciência de alienação dos docentes parece gerar mais sofrimento do que as mudanças do trabalho em si. A produção de subjetividade na vida acadêmica dos docentes é restrita e afeta diretamente a saúde mental, mas não só, afetando também a saúde física dos docentes.

No que se refere às relações de gênero, nesta pesquisa houve um equilíbrio e foram entrevistados seis mulheres e seis homens trabalhadores docente em nível universitário, o que foi inusitado, pois a docência é considerada uma profissão predominantemente feminina. Na fala de professores e professoras é possível reconhecer o destaque à centralidade e a importância do trabalho em suas vidas.

Sobre as transformações do mundo do trabalho, por meio das inovações tecnológicas, cultura virtual, a maioria dos entrevistados tem uma avaliação positiva das tecnologias digitais e cultura virtual, evidenciam sua importância para pesquisas, para procedimentos na área da saúde, educação, humanas, ciências sociais aplicadas e exatas. Mas também apontam os perigos que podem causar, falta de privacidade, tem um fator de controle/poder onde alguns relataram situações de filmagens sem autorização de aulas. Os entrevistados apontam o uso do bom senso, discernimento e criticidade para o uso das tecnologias.

Quanto ao prazer no exercício do trabalho docente, a maioria dos professores revela que experienciam mais sensações de prazer em ser docente, do que sensações de sofrimento. Nenhum dos professores apontou desejos de abandonar a profissão, embora uma maioria declare a necessidade de outros vínculos empregatícios, em outras universidades ou consultório particular.

Não se pode avaliar os efeitos que a cultura virtual e as tecnologias vão causar em um futuro, o que se sabe e vive-se, é um uso mais intenso e mais presentes em nossas vidas. Apesar da maioria dos docentes manifestarem a necessidade de se adequar ao novo mercado de trabalho cada vez mais virtual e tecnológico, alguns em especial comentaram sobre a importância da

presença humana do professor. Alguns manifestaram o medo desse processo de virtualização, verbalizando que a nova tendência no ensino superior, ensino-aprendizagem pode se tornarem superficiais e ser danosa para as formações do ensino superior. Na pesquisa não evidenciou diferença de uso de tecnologias entre as áreas do conhecimento, e o uso de tecnologias nas suas práticas, pelo contrário, todos participantes fazem uso intenso de recursos tecnológicos, mostram familiarizados com o uso e apropriação destes na prática pedagógica.

Nos registros da pesquisa também se revelou, que o trabalho é essencial à constituição de subjetividade do professor e que sua influência ultrapassa tempo e espaço físico e passa atingir outras dimensões. A trajetória de cada professor constrói uma história singular no processo de dificuldades e êxitos da profissão, a paixão pelo que se faz, demonstra uma pertença em várias dimensões psicossociais em que é construída. Os docentes do ensino superior afirmam que as transformações da cultura virtual é o que mais impacta o trabalho docente no ensino superior.

Poderíamos perguntar se os docentes acreditam na educação, visto que a maioria possui outro vínculo de trabalho? Os trabalhadores docentes, lidam bem com as mudanças no trabalho? Os docentes que acham e que afeta a saúde mental, porque continuam? Pensar em trabalho docente, subjetividade, cultura virtual e saúde mental de professores universitários, faz refletir sobre como a educação está nesse atual momento, o que precisa ser melhorado para os resultados sejam qualitativos.

Este estudo e outros abordando o tema, poderão advir benefícios pessoais, coletivos e institucionais, no sentido de possibilitar conhecimento das situações de trabalho individuais e coletivas do trabalho, entender os rumos da profissão docente, suas relações entre trabalho e vida pessoal, saúde mental e transformações enquanto sujeitos categoria profissional. A esses aspectos, torna-se necessário espaços para formação de professores na própria instituição, focando nas transformações e adequações ao mundo contemporâneo, espaços de cuidado entre colegas de trabalho e profissionais para se discutir sobre saúde do trabalhador e motivacionais para o trabalho e incentivos para formação fora da Universidade.

No entanto a produção de conhecimento por meio da pesquisa não é limitada e determinista. Um estudo vale não apenas pelas respostas produzidas, mas também pelo que coloca de questionamento e que pode ser investigado e despertando um novo olhar e novos conceitos da sociedade contemporânea.



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 44, p. 19-32, 1998.
- BAUER, Martin.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 129-139, 2014.
- BEUTLER, Dário; TEIXEIRA, Adriano. **As complexidades da cibercultura em Pierre Lévy e seus desdobramentos sobre a educação**. In: Anais do Workshop de Informática na Escola. 2015.
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf)>.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CECÍLIO, Sálua; ARAÚJO, Denise Oliveira Silva. Professores e tecnologias digitais no ensino superior: tendências de uso e implicações para a subjetividade de professores. **Roteiro**, v. 38, n. 2, p. 337-364, 2013.

CECÍLIO, Sálua; REIS, Briana Manzan. Trabalho docente na era digital e saúde de professores universitários. **Educação: Teoria e Prática**, v. 26, n. 52, p. 295-311, 2016.

CORTEZ, P, A. SOUZA, SILVA et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, mar. 2017.

CUNHA, Maria Isabel da. O lugar da formação do professor universitário: o espaço da pós-graduação em educação em questão. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 81 – 90, jan./abr. 2009.

DAL-ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.



DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: um estudo da psicopatologia do trabalho. 6ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.  
Delors, J. **EDUCAÇÃO**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.** [online], v. 23, n.80, p. 234-252, 2002.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. **Ruminações**: cultura letrada e dispersão hiperconectada. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

GALVÃO, Cleyton Leandro. Os sentidos do termo virtual em pierrô Lévy. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 108-120, set. 2016/fev. 2017.

GÓMEZ, J. M. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILLI, P. (ORG). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 128-179.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. In: \_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HELOANI, Roberto; PIOLLI, Evaldo. A falácia da qualificação: dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior. **Revista USP**, n. 64, p. 201-211, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Tempo Docente**. Campinas: Editora Papirus, 2013.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho Imaterial**. Rio de Janeiro: DPEA, 2001.

LEITE, Andrea Ferreira; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé. Fatores condicionantes de saúde relacionados ao trabalho de professores universitários da área da saúde: uma revisão integrativa. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 42, e6, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000010116>

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** 2. ed. Tradução de Paulo Naves. São Paulo: Editora 34, 2011.

LOCATELLI, Cleomar. Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 248, p. 77-93, Jan 2017.

MAGALHAES, S. M. O. Trabalho, pesquisa e ensino: tensões e desafios para a docência no ensino superior. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 4, n. 1, p. 60-78, 2013.

MAGALHAES, S. M. O. Trabalho, pesquisa e ensino: tensões e desafios para a docência no ensino superior. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 4, n. 1, p. 60-78, 2013.

MANCEBO, Deise. Globalização e efeitos da subjetivação. **Logos**, v. 7, n. 1, p. 57-62, 2000.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em revista**, v. 28, p. 37-53, 2006.

MARQUES, Stela; OLIVEIRA, Thiago. Educação, ensino e docência: reflexões e perspectivas. **Revista Reflexão e Ação**, v. 24, n. 3, p. 189-211, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, v. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

PELBART, Peter Pál. Do niilismo à microfísica. In: LIMA, Elizabeth Araújo; NETO, João L. Ferreira; ARAGON, Luís Eduardo (orgs.). **Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos**. 1ª. ed. Curitiba: Editora CRV, 2010.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. **Lugar Comum**, n. 17, p. 33-43, 2002.

PEREIRA, Luciano. O trabalho. O trabalho em causa na “epidemia depressiva”. **Tempo Social**, v. 23, n. 1, p. 67-95, 2011.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI, José Roberto. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, dez. 2015.

RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 12, n. 25, p. 339-346, June 2008.

REY, Fernando Gonzáles. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2005.  
ROSENFELD, Cinara. Trabalho docente e precarização. **Tempo social: revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 1, p. 247-268, Jul 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2008.

SANTOS NETO, V. B.; MILL, D. Intensificação do trabalho docente e tecnologias digitais em pesquisas sobre educação no Brasil. *Revista de Educação a Distância*, v. 5, n. 1, p. 123-136, 2018.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e Desgaste Mental: O Direito de Ser Dono de Si Mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNETT, Richard. **A coerção do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5 ed. São Paulo: Record, 2009.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico, a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SILVA, Lúcia Almeida; SANTOS, Nair Iracema Silveira. Subjetividade e Trabalho na Educação. **Revista Subjetividades**, v. 11, n. 4, p. 1429-1460, 2011.

SILVA, Selma Gomes da. Travessias entre a sala de aula e o consultório: trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores. 2017. 489f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2017.

SOARES, Fabio Montalvão. A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. **Fractal, Rev. Psicol.** [online], v. 28, n. 1, p. 118-126, 2016.

SOARES, Leonardo Barros; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que significa? **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2009.

SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A subjetividade no trabalho em questão. **Tempo social**, v. 23, n. 1, p. 11-30, 2011.

VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008.

VIEIRA, Vania Maria de Oliveira et al. Estado do conhecimento: práticas pedagógicas, formação e desenvolvimento profissional docente do professor da Educação Superior. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 11, n. 2, p. 300-324, ago. 2018.

VILELA, Naiara Sousa; MORAIS, Sarah Juvencino de Oliveira; MELO, Geovana Ferreira. Pedagogia universitária: contribuições de ações formativas para a profissionalização docente. Revista Transmutare, v. 2, n. 2, p. 257-271, 2017.



## APÊNDICES

### Apêndice A - Entrevistas

PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS,1. Uberaba, 19 de junho de 2019.Arquivo de áudio mp3 (60 minutos). Entrevista realizada no pátio do curso de onde leciona.

PARTICIPANTE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS,2. Uberaba, 09 de agosto de 2019. Arquivo de áudio mp3 (50 minutos). Entrevista realizada na residência da docente.

PARTICIPANTE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS,3. Uberaba, 9 de setembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (60 minutos). Entrevista realizada na universidade, na sala da docente.

PARTICIPANTE HUMANAS,1. Uberaba, 01 de agosto de 2019. Arquivo de áudio mp3 (50 minutos). Entrevista realizada em sala de aula da universidade e curso que leciona.

PARTICIPANTE HUMANAS,2. Uberaba, 24 de agosto de 2019. Arquivo de áudio mp3 (50 minutos). Entrevista realizada na residência da entrevistadora.

PARTICIPANTE HUMANAS,3. Uberaba, 07 de outubro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (60 minutos). Entrevista realizada na biblioteca da universidade.

PARTICIPANTE SAÚDE,1. Uberaba, 2 de setembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (30 minutos). Entrevista realizada na sala de aula do curso que o docente leciona.

PARTICIPANTE SAÚDE,3. Uberaba, 27 de setembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (50 minutos). Entrevista realizada na universidade, na sala de reuniões do curso que a docente leciona.

PARTICIPANTE SAÚDE,2. Uberaba, 28 de setembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (40 minutos). Entrevista realizada na residência da entrevistadora

PARTICIPANTE EXATAS,1. Uberaba, 12 de novembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (30 minutos). Entrevista realizada na universidade, na sala do docente no EAD.

PARTICIONANTE EXATAS,2. Uberaba, 13 de dezembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (40 minutos). Entrevista realizada na universidade, na sala de reuniões do programa de pós graduação em Educação.

PARTICIPANTE EXATAS,3. Uberaba, 20 de dezembro de 2019. Arquivo de áudio mp3 (40 minutos). Entrevista realizada na universidade, na sala do docente no EAD.

## Apêndice B - Termo de consentimento livre esclarecido

### TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Professor(a)

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar do projeto de pesquisa intitulada **Cultura Virtual e Trabalho Docente no Ensino Superior: Produção de Subjetividades e Saúde Mental de Professores** vinculado ao curso de mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, sob a coordenação da professora Sálua Cecílio, pesquisadora da temática na pós-graduação.

As transformações do sistema econômico global causam mudanças no trabalho docente. A educação, a vida e a sociedade são atingidas pela cultura virtual que atravessa a vida de indivíduos e grupos, requerendo que o professor compreenda e saiba lidar com as transformações em curso e a partir delas buscar seu desenvolvimento profissional e pessoal, de modo a possibilitar ações na formação e atuação pessoal e de seus alunos.

Nesse sentido, essa pesquisa busca compreender a relação entre trabalho docente e produção da subjetividade e saúde mental de trabalhadores docentes do ensino superior, no contexto do capitalismo flexível e em tempos de cultura virtual. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir articulações entre trabalho docente, cultura digital e produção de subjetividade em suas interfaces com a saúde mental; d) analisar em quais condições o trabalhador docente de diferentes cursos/áreas do ensino superior nas áreas de humanas, ciências sociais, exatas e saúde, produzem seu trabalho e que influências ele traz para sua subjetividade; c) identificar as condições do trabalho docente e suas influências na saúde mental e o modo como atingem a produção de subjetividade de professores; d) compreender os reflexos da cultura digital na saúde mental docente.

O método usado é o qualitativo, o instrumento de coleta de dados é a entrevista narrativa orientada pelo tema da pesquisa, trabalho docente e subjetividades, saúde mental docente, cultura virtual e trabalho docente no ensino superior. Essa abordagem surge como possibilidade de produção de conhecimento científico levando em conta a realidade vivenciada pelo sujeito em seu contexto histórico e social.

Os cursos selecionados para o desenvolvimento da pesquisa são os cursos das grandes áreas do conhecimento, Humanas, Saúde, Ciências Sociais aplicadas e Exatas, sendo entrevistados 3 docentes de cada área.

O procedimento usado para coleta de dados é um roteiro aberto preestabelecido, que aborda o contexto da pesquisa e nosso momento atual da sociedade. As entrevistas narrativas



serão realizadas individualmente com duração de uma hora, uma hora e meia. E como norte da entrevista vão ser abordados os seguintes aspectos, o trabalho docente e trajetória profissional, trabalho docente e cultura digital, trabalho docente e vida, trabalho docente e saúde mental, trabalho docente e ensino superior.

A análise das entrevistas prevê um procedimento da análise de seu conteúdo que, em cruzamento com a literatura, possibilite chegar aos objetivos da pesquisa.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato e a proteção de sua identidade. A divulgação dos resultados será feita utilizando nomes fictícios, de forma a não identificar os participantes.

Não será cobrado nada e não haverá gastos, decorrentes de sua participação. O estudo não apresenta riscos físicos, embora possa causar algum desconforto ou perda de sigilo. Foram tomadas medidas de proteção para confidencialidade e o sigilo a quaisquer dados dos participantes. A participação é voluntária e os riscos sejam de ordem moral e/ou psíquica, são mínimos como por exemplo: constrangimento em expor alguma vivência ou sentimento negativo, desconforto psicológico, dentre outros. Para proteger o participante, sua identidade será preservada e está prevista a garantia do sigilo de seus relatos. Também poderá desistir em qualquer momento da pesquisa ou se negar a responder alguma questão caso desejar, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Ressaltamos que os dados levantados serão arquivados no acervo interno do projeto, estando disponíveis apenas para a pesquisadora e orientador. Serão usados só para fins científicos, tendo em vista publicações em dissertação, artigos e periódicos da área.

Do estudo poderão advir contribuições científicas e sociais, porquanto a partir dele espera-se ampliar a compreensão do que é subjetividade em suas articulações com a cultura virtual e a própria saúde mental, oferecendo aos participantes a possibilidades de se reconhecerem não apenas na profissão, mas como sujeitos em construção e reconstrução de seu trabalho e de si mesmos e junto à sociedade e suas mudanças. Além disso, o estudo pode favorecer uma leitura da realidade profissional diante dos desafios impostos pela reorganização técnica e social do trabalho docente propiciando a compreensão do ambiente acadêmico e os modos como ele tem sido vivenciado pelos professores, como também de suas implicações na saúde mental e subjetividades do ser docente e em tempos de cultura virtual. Os benefícios podem ser diretos e indiretos, podendo acontecer na forma de autoconhecimento e bem-estar, enfrentamento de dilemas emocionais, interpessoais e profissionais e/ou maiores recursos e condições profissionais para o exercício do trabalho docente

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado.

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com o pesquisador principal.

---

(Assinatura do participante da pesquisa)

---

Simone Alves Cavalcanti

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado

---

Orientadora Prof. Sálua Cecílio

Pesquisadora responsável e coordenadora do Projeto

Programa de Pós-graduação em Educação – Curso de Mestrado - UNIUBE

Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro Universitário

CEP: 38055- 000

Telefone: 33319 – 8811

Endereço: CEP - Campus Aeroporto – Bloco C, sala 2C09, Universidade de Uberaba.

Telefone: (34)3319-8816 e-mail: [cep@uniube.br](mailto:cep@uniube.br)

APÊNDICE II – Roteiro de entrevista

## Apêndice C – Roteiro de Entrevista Narrativa

### Roteiro da Entrevista Narrativa

O trabalho docente hoje passa por transformações diversas, sofre influências de vários setores da sociedade, dos interesses econômicos e políticos, das tecnologias, das relações de trabalho, flexibilização das organizações de ensino, alta produtividade e de outros relativos ao mundo do trabalho. Nesse sentido o trabalho docente e suas atribuições exigem mudanças no seu saber fazer docente.

1. Nessa direção, o que tem a nos dizer sobre tal realidade? O que é trabalho docente para você? O que gostaria de destacar em sua trajetória como docente? Como foi seu percurso profissional? Durante sua carreira quais foram as principais mudanças no trabalho docente? Acredita que o professor consegue lidar com os desafios?
2. A cultura virtual e as tecnologias digitais atingem o trabalho e a vida em geral. Na sua visão, quais têm sido as principais influências por elas deixadas? Como elas têm marcado o trabalho docente? Isso tem afetado de que forma o professor?
3. De acordo com as transformações econômicas, sociais e políticas, o seu trabalho mudou? Você exerce a função que imaginava? Qual sua jornada de trabalho?
4. Quando você para refletir sobre o seu trabalho, o que é possível destacar sobre a influência que ele tem na sua vida? E na sua saúde mental? Poderia falar sobre isso? Qual avaliação faz da sua saúde mental?
5. Como se percebe em seu trabalho, o que afeta e em que direções? Ele tem papel na produção de sua subjetividade? Nessa produção de vida, qual o lugar que seu trabalho ocupa?
6. Na sua opinião, a educação está passando por um processo de uso cada vez mais intenso de tecnologias digitais que é uma característica da cultura virtual. Poderá um dia, dispensar a presença direta de professores? Do modo como vem se dando a presença de tecnologias na vida e nas instituições de ensino como percebe as influências das referidas tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem? Quais efeitos o uso das tecnologias digitais e a imersão na cultura virtual trazem ao trabalho docente?
7. Em suas considerações finais, sobre o trabalho docente, o que acredita ser importante para os docentes de hoje, e o que gostaria de deixar como reflexões e recados sobre o